



TJRJ



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Desembargador
Claudio de Mello Tavares
Presidente

RELATÓRIO ANUAL
2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO ANUAL 2020

DESEMBARGADOR CLAUDIO DE MELLO TAVARES
PRESIDENTE

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Presidente

Desembargador CLAUDIO DE MELLO TAVARES

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador BERNARDO MOREIRA GARCEZ NETO

1º Vice-Presidente

Desembargador REINALDO PINTO ALBERTO FILHO

2º Vice-Presidente

Desembargador PAULO DE TARSO NEVES

3ª Vice-Presidente

Desembargadora ELISABETE FILIZZOLA ASSUNÇÃO

ÓRGÃO ESPECIAL

VAGAS DE ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte

Desembargadora Nilza Bitar

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Otávio Rodrigues

Desembargador Nildson Araújo da Cruz

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto

Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção

VAGAS DE ELEIÇÃO

Desembargador Claudio de Mello Tavares

Desembargador Marco Antonio Ibrahim

Desembargadora Leila Maria R. P. de Carvalho e Albuquerque

Desembargador Rogério de Oliveira Souza

Desembargador Paulo de Tarso Neves

Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme

Desembargadora Katya Maria de Paula Menezes Monnerat

Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes

Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos

Desembargador Adolpho Correa de Andrade Mello Junior

Desembargadora Sandra Santarém Cardinali

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Claudio de Mello Tavares
Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto
Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho
Desembargador Paulo de Tarso Neves
Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção
Desembargador Luiz Felipe Miranda de Medeiros Francisco
Desembargadora Renata Machado Cotta
Desembargador Fabio Dutra
Desembargador Sidney Rosa da Silva
Desembargador Sergio Ricardo de Arruda Fernandes

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador José Muiños Piñeiro Filho
Desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado
Desembargadora Inês da Trindade Chaves de Melo
Desembargador Marcelo Lima Buhatem
Desembargador Marcus André Chut

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREG)

Desembargador Fernando Antônio de Almeida
Desembargador Cairo Ítalo França
Desembargadora Cláudia Pires dos Santos Ferreira
Desembargador Plínio Pinto Coelho Filho
Desembargadora Maria Isabel Paes Gonçalves

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Dr. Luiz Umpierre de Mello Serra
Dr. Marcello Rubioli
Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa
Dr.^a Eunice Bitencourt Haddad
Dr. Leandro Loyola de Abreu
Dr. Fábio Ribeiro Porto

GABINETE E DIRETORIAS GERAIS

Chefe de Gabinete da Presidência (GABPRES)

Maria da Glória Motta Mendes de Farias Mello

Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR)

Alessandra Fabrício Anátocles da Silva Ferreira

Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM)

Solange Rezende Carvalho Duarte

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGPES)

Gabriel Albuquerque Pinto

Diretoria Geral de Logística (DGLOG)

Francisco Marcos Motta Budal

Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

Claudio Torres Carvalho

Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI)

Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho

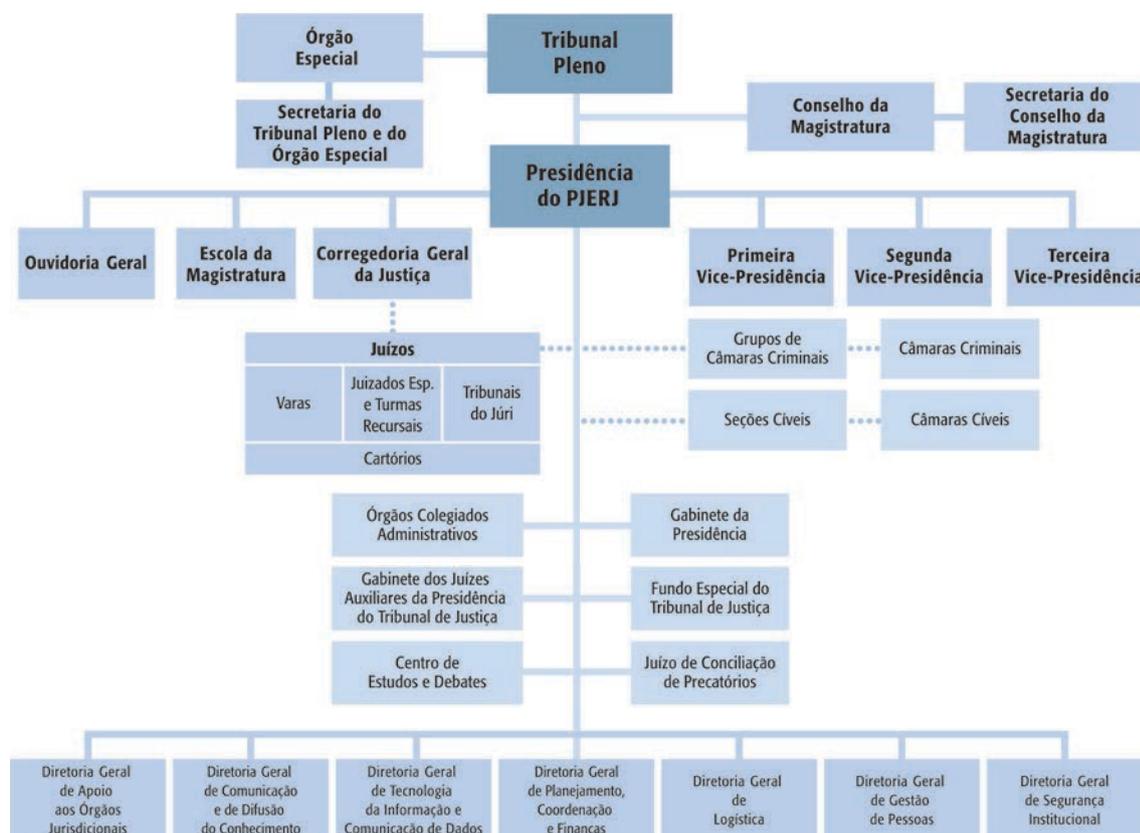
Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC)

Humberto Vieira da Cruz

Núcleo de Auditoria Interna (NAI)

Livia Maria Saad Freitas Gomes

ORGANOGRAMA | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

MISSÃO

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando pacificação social e efetividade de suas decisões.

VISÃO

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

POLÍTICA DA QUALIDADE

Ética

Probidade

Transparência

Integridade

Acesso à Justiça

Celeridade

Responsabilidade social e ambiental

Imparcialidade

Efetividade

Modernidade

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	9
2.	PLANO GERAL DO RELATÓRIO	17
3.	PLANEJAMENTO E GESTÃO	21
4.	GOVERNANÇA INSTITUCIONAL	25
5.	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	37
6.	GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	85
7.	GESTÃO DE PESSOAS	93
8.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	107
9.	ORÇAMENTO E FINANÇAS	123
10.	ESTRUTURA PREDIAL E LOGÍSTICA	149
11.	SEGURANÇA	157
12.	COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	177



APRESENTAÇÃO



1. APRESENTAÇÃO

Prezados,

O curto período de dois anos dedicado à gestão judiciária não nos permite soluções provisórias ou superficiais. Impõe-se à Alta Administração, por conseguinte, a priorização da gestão e da governança; a determinação de um planejamento estratégico; a ordenação de ações objetivas e, fundamentalmente, a congregação de todos, Magistrados e Servidores, em torno de escopos comuns, de sorte que, sem deixar de resolver as demandas cotidianas, voltemos nossos olhos para programas que impactem o futuro da atividade judicante e a prestação do serviço à sociedade fluminense, a médio e a longo prazo.

Quis o destino que o segundo ano da minha gestão se desse praticamente por meio virtual, durante uma pandemia que vem abalando o curso da Humanidade. Este é, possivelmente, o nosso momento mais trágico desde a Segunda Guerra Mundial. O impacto da Covid-19 se produz em múltiplas dimensões da vida, como sanitária, social, econômica, fiscal e política. Aproveito para externar a minha solidariedade aos profissionais de saúde de todo o país e às pessoas que estão sofrendo pela perda de entes queridos, do emprego, da renda ou por dificuldades em suas empresas.

No entanto, a despeito das graves consequências políticas, sociais e econômicas advindas da atual crise, é preciso seguir adiante. Na apresentação que escrevi por ocasião do relatório concernente ao meu primeiro ano de gestão (2019), mencionei que, no contexto de globalização, avanços tecnológicos, novas descobertas científicas e relações sociais complexas no mundo em constante mutação, “o Poder Judiciário também passa por uma mudança de paradigmas na sua gestão administrativa e judicial”.

Pois bem. O desafio adicional trazido pelo coronavírus provocou também a aceleração dessa mudança. Diante do cenário tão peculiar em que estamos vivendo, nunca debatemos tanto sobre reinvenção. Todos já devem ter ouvido falar sobre o “novo normal”. Afinal, a pandemia provocou o distanciamento social, e, com ele, mudanças profundas na estrutura das relações.

Já faz algum tempo que profissionais de todos os campos do conhecimento vêm explorando o potencial do mundo on-line. Esse universo, que deu voz a tanta gente, evidentemente vem ajudando a democratizar o acesso à informação. Talvez agora, em meio a essa situação tão crítica que atravessamos, tenhamos percebido o quanto o longe também pode ser sinônimo de próximo. Sem nenhum paradoxo.

Hoje, usamos como nunca ferramentas que encurtam distâncias. E vencemos lacunas que, até então, pareciam intransponíveis. Assim, se um dia falamos sobre bolhas digitais que esfriam relações humanas, agora estamos convictos de que o digital também pode unir e estreitar laços. Pode aproximar pessoas e instituições. Otimizar o tempo, inclusive aquele que cada um investe em sua vida pessoal e profissional. Dar ainda mais transparência ao serviço jurisdicional prestado pelo nosso Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, o pensar sistêmico, olhando o todo e buscando soluções integradas, é outro movimento que avança em velocidade ímpar e sem volta. E integração pressupõe, sempre, cooperação. Vemos nitidamente esse movimento, em diferentes iniciativas de diversas mídias, no combate a um problema atual e crescente no Brasil e fora dele, que é a questão das fake news. Juntos, veículos de diferentes perfis e grupos trabalham para encontrar estratégias para levar informação segura à população.

Ousemos sair mais fortes, conectados, empáticos, cooperativos e corajosos em busca de outras formas de enxergar o mundo. Mudanças não são, necessariamente, confortáveis, mas grandes desafios representam também oportunidades únicas de crescimento como profissionais, seres humanos e sociedade.

Desde 17 de março deste ano, quando implantado o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), foram adotadas medidas para manter o funcionamento do Poder Judiciário fluminense e a prestação jurisdicional. Foram publicados diversos Atos Normativos que regulamentam o funcionamento do Judiciário fluminense e orientam a população sobre as mudanças. Também foram realizados treinamentos e lives para que Magistrados e Servidores se adaptassem à nova rotina. O resultado do esforço de todos se refletiu nas estatísticas de produtividade: de 17 de março até 3 de janeiro, o TJRJ somou 1.937.447 sentenças; 1.914.525 decisões; 5.315.632 despachos; e 59.620.374 atos cumpridos por servidores. Uma produção que chega quase a 69 milhões de movimentações (68.787.978).

A redução no acervo geral do TJRJ atingiu o seu maior marco: de 10.609.487 processos em andamento em 2018, para 7.954.618 em 2020, o que importou no arquivamento de 6.184.274 processos no período. O ano de 2020 registrou também o melhor Índice de Produtividade dos Magistrados, chegando à média de 4.418 processos baixados por Juiz. Já o Índice de Produtividade dos Servidores, que mede a relação entre o número de processos baixados com o número de servidores, foi de 314. A maior produtividade desde 2017 (82 casos a mais). Também recorde foi o Índice de Atendimento à Demanda, com a marca de 246,90%.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro bateu, em 2020, mais um recorde na redução da taxa de congestionamento global - uma espécie de índice que mede a efetividade do tribunal levando em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base. A redução deste ano foi de 11,29%, tendo a taxa chegado a 68,85%. No final de 2019, o TJRJ já havia atingido o menor índice em relação aos quatro anos anteriores: de 94,20% em 2015 desceu para 74,18%. São levados em conta no cálculo os indicadores de primeiro e segundo grau, dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais, tanto na fase de Conhecimento como na de Execução. Em 2020, o TJRJ obteve o menor acervo geral de sua série histórica na primeira instância. Até novembro, houve uma redução de 2.654.869 ações em relação ao estoque de dezembro de 2018. Esse desempenho foi alcançado graças à implantação do Modelo de Gestão de Dívida Ativa, que proporcionou a redução de 2.464.204 processos, o que corresponde a mais de 90% da quantidade de processos reduzidos nesse período.

Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que atuam nas varas com competência em Dívida Ativa passaram a contar com uma importante ferramenta de trabalho para auxiliá-los no dia a dia: o Portal da Dívida Ativa. Nele é

possível consultar legislações específicas, jurisprudências selecionadas, artigos científicos e uma série de relatórios gerenciais essenciais para o acompanhamento das atividades cartorárias.

A evolução dos indicadores da Dívida Ativa é reveladora: mostra um total de 3.027.201 arquivamentos em 2019 e 2020, percentual que chega a 267,52%. O total de processos decididos entre 2019 e 2020 alcançou 1.880.198, alta de 152,34%. E 431.204 processos foram digitalizados em 2020, o equivalente a 15,08% do acervo físico de janeiro. Todo esse esforço resultou na arrecadação de R\$ 92 milhões de 2019 a outubro de 2020.

Mais uma vez nos destacamos positivamente no Relatório Justiça em Números, divulgado em 25/8/2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesta 16ª edição anual do documento, uma espécie de raio-x do Judiciário brasileiro no ano de 2019, o Judiciário fluminense conquistou posições dianteiras em uma série de tópicos, comprovando o seu histórico bom desempenho entre os cinco tribunais estaduais de grande porte: TJRJ, TJSP, TJRS, TJMG e TJPR. Pelo 11º ano consecutivo, Magistrados e Serventuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) são os mais produtivos do país.

O ano de 2020 trouxe um marco especial para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que se tornou o primeiro tribunal estadual do país a implementar o Juízo 100% Digital, método que utiliza exclusivamente os meios eletrônicos para execução de atos processuais. Desde outubro, 13 unidades da Justiça estadual passaram a participar do projeto, um dos cinco eixos da gestão do ministro Luiz Fux como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). A novidade foi aprovada por unanimidade e instituída pela Resolução nº 345/2020 do CNJ.

É importante salientar que também a Justiça Itinerante se manteve atuante. Após breve período de suspensão dos serviços, o ônibus do programa voltou a circular, prestando atendimento à população mais carente, seguindo as medidas sanitárias de prevenção estabelecidas pelo TJRJ e as orientações das autoridades de saúde pública. Foram realizados 53.157 atendimentos e formalizados 4.259 processos entre março e novembro.

O primeiro balanço socioambiental do nosso Tribunal apresenta resultados animadores no ciclo de avaliação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no período entre 2015 e 2020. Em cinco anos, houve redução de 16% no consumo de água - índice 300% acima da meta almejada, que era de 5%; de 7% no consumo de papel, índice 280% superior à meta de 2,5% então estipulada; além da diminuição de 28% de uso de combustível e de 1,03% a menos no consumo de energia.

Com as pessoas mais conectadas à internet, as redes sociais se tornaram boas aliadas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Através delas, dúvidas de seguidores sobre o funcionamento dos fóruns e o atendimento das serventias, assim como sobre os serviços prestados pelo TJRJ durante o período de isolamento, foram esclarecidas, agregando mais um canal de comunicação com a sociedade.

Com mais de 150 mil seguidores, as mídias sociais do TJRJ também serviram como ferramentas de apoio a trabalhos inéditos, caso das transmissões das sessões do Tribu-

Especial Misto. É preciso registrar que, pela primeira vez, um Tribunal Especial Misto foi instalado para julgar o processo de impeachment de um dirigente do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Todas as sessões realizadas foram transmitidas ao vivo pelo canal do TJRJ no Youtube e assistidas por pessoas de diversas regiões do país e do mundo. Ao todo, nossas postagens nas mídias sociais oficiais do TJRJ alcançaram mais de 7 milhões de visualizações.

No ano em que Magistrados e Servidores tiveram de se reinventar e se adaptar às mudanças impostas pela pandemia, o Portal do Conhecimento do TJRJ, atualizado diariamente para apoiar o processo de tomada de decisões judiciais e administrativas e estreitar a comunicação com o público em geral, se tornou uma importante ferramenta de apoio para a atividade jurisdicional. Com cerca de 5 milhões de acessos em 2020, o Portal do Conhecimento reúne jurisprudência, legislação, doutrina e memória institucional. Somente em relação à Covid-19, foram disponibilizadas 621 normas, 531 ações coletivas e publicadas 10 edições do Boletim Especial Covid-19.

A pandemia do coronavírus prejudicou a economia de municípios e do próprio estado, impactando também os precatórios, que são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de instituições públicas valores devidos após uma condenação judicial definitiva. No dia 7 de agosto, estado e municípios foram instados a recalcular as últimas cinco parcelas mensais de 2020 – agosto a dezembro – a fim de quitarem toda a dívida anual. Em dezembro de 2020, a Divisão de Precatórios retomou os pagamentos entre o Estado do Rio e cidadãos na fila de prioridade constitucional - mais de 60 anos, pessoas com deficiência ou com doenças graves. O total remetido ao Banco do Brasil, que executa a transferência bancária, foi de quase R\$ 131 milhões.

Em 7 de dezembro, inauguramos a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (Vepema) da Comarca da Capital, reafirmando o nosso compromisso com o restabelecimento do tecido social, e com a esperança de que a sua criação traga eficácia na aplicação e controle das medidas alternativas à prisão.

É certo que nunca mais seremos os mesmos depois desta pandemia, mas acredito que, para superar as dificuldades atuais, a visão estratégica, a paciência, a dedicação e a resiliência são ferramentas fundamentais a serem associadas às nossas atividades cotidianas.

Às demandas já conhecidas somam-se novos desafios. O que se mantém perene é o compromisso de envidar todos os esforços na busca de soluções que melhor atendam os apelos sociais, a iniciar pelo diálogo franco e aberto com os demais poderes e instituições. A nossa vocação é servir à sociedade. Precisamos de denominadores comuns e patrióticos. Pontes e não muros. Diálogo em vez de confronto. Razão pública no lugar de paixões extremadas.

A importância da atividade judicante foi sinteticamente retratada pelo professor Ruy Barbosa, em “Oração aos Moços”, discurso proferido por ele quando foi paraninfo da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, *in verbis*: “Preservai, juízes de amanhã, preservai vossas almas juvenis desses baixos e abomináveis sofismas. A ninguém importa mais do que à magistratura fugir do medo, esquivar

humilhações, e não conhecer covardia. Todo o bom magistrado tem muito de heroico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão da outra justiça, assente, cá embaixo, na consciência das nações, e culminante, lá em cima, no juízo divino. Não tergiverseis com as vossas responsabilidades, por mais atribuições que vos imponham, e mais perigos a que vos exponham. Não receeis soberanias da terra; nem a do povo, nem a do poder.”

Esqueçamos os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares, porquanto chegado o tempo da travessia, e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Um Judiciário forte é sinônimo de uma sociedade justa, solidária e democrática. Creio que isso seja o que todos desejam, precisam e merecem.

Agradeço, de coração, a todos os que participaram desta gestão que se aproxima do fim. A última palavra é de agradecimento a Deus. Embora seja a última palavra, há de ser a primeira atitude, diariamente, no recato das reflexões e orações que nos guiam, dado que a fé se guarda da contaminação das impurezas e se revela em toda ocasião.

Que Deus continue nos abençoando.

Atenciosamente,

Desembargador Claudio de Mello Tavares
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
(biênio 2019/2020)

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SOCIEDADE (Alcançar)	MISSÃO <ul style="list-style-type: none"> Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando a pacificação social e à efetividade de suas decisões. 	VISÃO <ul style="list-style-type: none"> Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.
	POLÍTICA DA QUALIDADE <ul style="list-style-type: none"> Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos. 	VALORES DO TJRJ <ul style="list-style-type: none"> Ética, probidade, transparência, integridade, acesso à justiça, celeridade, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, efetividade, modernidade.
PROCESSOS INTERNOS (Aperfeiçoar)	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL <ul style="list-style-type: none"> Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau Valorização da informação como mecanismo de efetividade jurisdicional Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios Gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional Priorização da fase de execução e da gestão das execuções fiscais Aprimoramento da justiça criminal como mecanismo de pacificação social 	GOVERNANÇA INSTITUCIONAL <ul style="list-style-type: none"> Defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ Aprimoramento das políticas de controle interno do PJERJ
	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL <ul style="list-style-type: none"> Incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil Aprimoramento da comunicação com a mídia 	GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA <ul style="list-style-type: none"> Promoção da responsabilidade socioambiental
RECURSOS (Ter)	GESTÃO DE PESSOAS <ul style="list-style-type: none"> Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais 	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI Aprimoramento dos sistemas institucionais Ampliação do acesso à tecnologia
	ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA <ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da segurança a Magistrados, Servidores e edificações Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional Aprimoramento logístico do PJERJ 	ORÇAMENTO E FINANÇAS <ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ

PLANO GERAL DO RELATÓRIO



2. PLANO GERAL DO RELATÓRIO

O presente relatório está organizado a partir dos temas do planejamento estratégico, de acordo com o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), que é o resumo gráfico dos focos da estratégia institucional. São eles: Prestação Jurisdicional, Governança Institucional, Comunicação Institucional, Garantia dos Direitos da Cidadania, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Estrutura Predial, Logística e de Segurança e Orçamento e Finanças.

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

O panorama geral da instituição visa demonstrar o contexto no qual a Administração assumiu a gestão e sua evolução no decorrer do biênio.

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão.

As demais seções se estruturam de acordo com os temas adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, que foram desenvolvidos pela Administração.

São relatadas também iniciativas da Administração que não necessariamente compõem a estratégia, mas que concorreram para o desenvolvimento de cada tema específico trabalhado pelo PJRJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte ao longo do ano.



PLANEJAMENTO E GESTÃO



3. PLANEJAMENTO E GESTÃO

ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

No que diz respeito ao planejamento, o início de gestão foi marcado pela continuidade no atendimento às diretrizes que vinham sendo adotadas pela Administração anterior, com fulcro na Resolução CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014, que estabeleceu a estratégia para o Judiciário, no período de 2015 a 2020.

Tal estratégia, a nível nacional, previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – em torno dos quais deveriam ser desenvolvidos objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento deveria avançar além de uma gestão. Dessa forma, vários projetos estratégicos tiveram sua continuidade assegurada conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2019/2020: “... garantir que ações importantes iniciadas por gestões passadas possam ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional”.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), em reuniões realizadas nos meses de abril, junho e agosto de 2019, debateu a estratégia a ser adotada na Instituição e formalizou a documentação do planejamento estratégico, bem como deliberou por encaminhá-la ao Egrégio Órgão Especial para homologação.

Objetivos e temas de planejamento foram associados em um Mapa Estratégico, representação gráfica da estratégia, que explicitou não só a direção da atuação administrativa como o alinhamento à estratégia nacional instituída pela Resolução CNJ nº 198/2014.

O Planejamento Estratégico do biênio 2019/2020 foi elaborado pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP) em 2019 e, com a publicação da Resolução TJ/OE nº 15/2019, foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG), a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do PJERJ.

Para execução do plano estratégico, 36 propostas de projetos estratégicos foram analisadas pela COGEP na 1ª reunião da comissão, realizada em 10/04/2019. Dessas, 14 foram continuidade e 22 novas. Todas as propostas de projetos de continuidade foram aprovadas, bem como 16 das novas. Uma das propostas novas foi integrada a projeto já existente, uma foi rejeitada, outra necessitou de nova redação e para as demais foi determinada sustentação oral na reunião seguinte.

Na 2ª reunião da COGEP, em 25/06/2019, foi apresentada mais uma proposta de continuidade e houve sustentação oral referente a três propostas da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ), mas não houve consenso por parte do Colegiado, tendo sido determinado Plenário Virtual para nova análise.

Já na 3ª reunião, realizada em 22/08/2019, houve aprovação de proposta já existente, bem como de nova proposta e foram rejeitadas as três que haviam sido objeto de análise no Plenário Virtual.

Ressalte-se que tais propostas foram formuladas pelas unidades administrativas e por Colegiados Administrativos existentes no Tribunal.

Os projetos que compõem o plano estratégico estão alinhados ao Plano de Ação Governamental (PAG), assegurando-se assim os recursos orçamentários necessários à execução dos mesmos. O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos está baseado na análise dos dados de cada iniciativa estratégica, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações e diligenciando-se quanto às respectivas pendências, no âmbito da diretoria responsável ou de outras diretorias, cuja atuação seja importante para progresso do projeto.

Dos 34 projetos estratégicos selecionados pela COGEP para o biênio 2019/2020, 15 são projetos de continuidade, ou seja, foram iniciados em gestões anteriores, e, devido à complexidade e ao tempo que demandam, perpassam as administrações.

Até outubro de 2020 o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 55,28%, em relação ao total de ações planejadas. Dos 34 projetos aprovados no biênio, quatro foram concluídos; dois cancelados; três suspensos; quatro não documentados; e 21 estão em andamento dos quais nove estão no prazo e 12 com atrasos na execução.

Além do acompanhamento do percentual de implementação dos projetos, a estratégia também vem sendo monitorada por um conjunto de indicadores estratégicos aprovados pela COGEP. A adoção de indicadores estratégicos na gestão do Tribunal é parte da metodologia Balanced Scorecard (BSC), prevista nas diretrizes da Resolução CNJ nº 198/2014. Tais indicadores, adequados às peculiaridades da estratégia da Instituição, evidenciam o impacto da implementação dos projetos estratégicos na realização dos objetivos fixados pela Administração e consignados no mapa estratégico, medindo o grau de seu atingimento.

Em 2019, foram realizadas três reuniões de análise da estratégia pela COGEP e, em 2020, foram realizadas duas reuniões com o intuito de analisar os resultados dos projetos e indicadores estratégicos, o resultado das Metas Nacionais do CNJ, entre outros assuntos referentes à estratégia da instituição.

Cabe destacar que, para o próximo sexênio (2021/20206), o CNJ já definiu novo planejamento estratégico nacional na Resolução CNJ nº 325/2020.

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL



4. GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

A governança institucional é o processo pelo qual, de acordo com a literatura em administração, se organiza e distribui a autoridade e as responsabilidades numa organização e se realiza a prestação de contas. Esse processo compreende, necessariamente, três grandes áreas ligadas ao desenvolvimento da missão da organização, que são: a) a definição do seu papel no ambiente, do público que atende e dos vínculos com outras organizações; b) as escolhas estratégicas e o impacto de suas ações sobre a comunidade; c) a construção do conhecimento necessário à sua atuação, por meio de sistemas e desenvolvimento de pessoas.

Este processo tem por objetivo melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos e alinhar as ações à estratégia do PJERJ, mediante o desenvolvimento das estruturas de governança, baseadas nos princípios de eficiência, transparência e prestação de contas, para alcance de resultados institucionais que satisfaçam as expectativas da sociedade.

Para o biênio 2019/2020, a Administração manteve como objetivos da governança, no mapa estratégico, a defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário, o alinhamento estratégico das unidades do Tribunal e o aprimoramento das políticas de controle interno.

Além disso, foi destacado como projeto estratégico “Implementar Política de Governança no PJERJ”, o que demonstra a relevância que o tema vem ganhando junto às instituições.

Garantia do Alinhamento Estratégico das Unidades do TJRJ

No que diz respeito à construção do conhecimento necessário ao desempenho das atividades do Tribunal na área jurisdicional e administrativa, a governança da instituição envolve documentação e manutenção permanente dos processos de trabalho dos seus órgãos e a implementação de sistemas de gestão, além do planejamento estratégico, que detalha a estratégia traçada em cada biênio para desenvolvimento dos objetivos institucionais. Pelo exercício coordenado dessas atividades, promove-se o alinhamento estratégico dos órgãos, potencializando os recursos e ações em prol do atingimento das metas postas pela Administração.

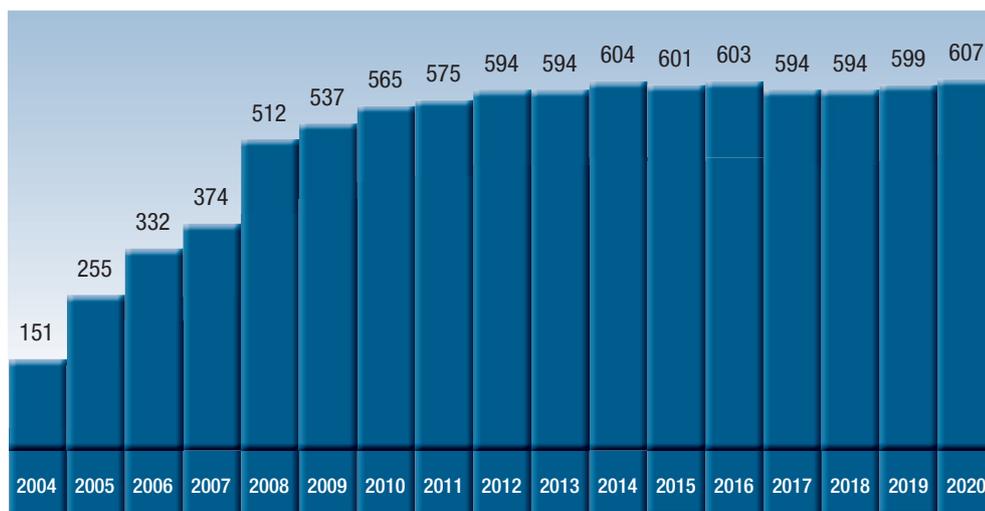
Rotinas Administrativas (RAD) e Indicadores

As rotinas administrativas (RADs) são resultado do mapeamento e documentam os diversos processos de trabalho no TJRJ. Permitindo assim, compreensão de cada etapa do processo, interações com outras áreas, padronização do procedimento a ser executado, transparência, treinamento de novos servidores, uso dos processos modelados como base para a construção de sistemas computadorizados, estudos para automação de sistemas de gestão, criação e mensuração de indicadores das atividades para melhor monitoramento e controle dos processos de trabalho da Instituição.

Até o mês de novembro, o Tribunal soma 607 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas, o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos, totalizam 1.635 documentos controlados.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da Instituição desde a sua implantação.

RAD – Evolução Anual do Acervo



O gráfico indica uma estabilização da documentação de processos, cabendo, no entanto, destacar que o percentual de rotinas administrativas revisadas atingiu, aproximadamente, 49%. Esse percentual sofreu uma grande queda com o advento da pandemia, o que fez com que os esforços fossem voltados para adaptação à nova forma de trabalho. Só em novembro, a grande maioria das unidades iniciou o trabalho de revisão dos documentos, conforme mostra o gráfico abaixo. Importante destacar que, mesmo com a pandemia e a necessidade de priorização da modificação das atividades cotidianas para o trabalho à distância, praticamente 50% do acervo de RAD do PJERJ foi espontaneamente revisado pelas unidades, o que demonstra a vitalidade do sistema de gestão e documentação do PJERJ:

RAD – Evolução Mensal de Revisão de RAD – 2020



Em 2019 e 2020, destacam-se:

- Elaboração das árvores de processos de trabalho, mapeamento; desenho, redesenho de fluxogramas, elaboração de diagrama de contexto, elaboração das rotinas administrativas e publicação dos processos de trabalho do Gabinete do Desembargador Nagib Slaibi;
- Redesenho dos fluxogramas, elaboração e publicação das rotinas das Câmaras Cíveis; elaboração da árvore de processos, diagrama de contexto, redesenho e publicação dos processos de trabalho do Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços da Diretoria-Geral de Logística, mapeamento, desenho, elaboração e publicação das rotinas administrativas do Departamento de Engenharia da Diretoria-Geral de Logística (DGLOG/DEENG);
- Mapeamento de processos de trabalho da Divisão de Precatório do Gabinete da Presidência;
- Elaboração do fluxograma de processo do trabalho do Protocolo Violeta Laranja (projeto estratégico);
- Mapeamento, desenho, elaboração das rotinas administrativas do processo de trabalho “Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos de Obras do PJERJ do Departamento de Engenharia da Diretoria-Geral de Logística;
- Mapeamento; desenho, redesenho de fluxogramas, elaboração e publicação de duas Rotinas Administrativas do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC;
- Elaboração da documentação da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa (CODIV);
- Mapeamento, elaboração e publicação de rotinas para processamento de correições, sindicâncias e relatórios circunstanciados, reclamações e cartas precatórias realizados pelos NURs;
- Elaboração e publicação de rotina para manutenção evolutiva dos sistemas de informática desenvolvidos pela DGTEC;
- Mapeamento do processo de trabalho Processamento de Ações Coletivas desempenhado pela secretaria do Órgão Especial;
- Modelagem do fluxo do processo de trabalho do Tribunal Especial Misto;
- Modelagem dos fluxos para automatização das Varas Criminais após parecer que instruiu o processo 2018-0075444;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da

rotina administrativa do processo de trabalho de Abrigamento de Vítimas de Violência Doméstica Atendidas Durante o Plantão Judiciário pela Equipe CEJUVIDA (projeto estratégico);

- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Apoiar a Prestação Jurisdicional de Competência da Infância e Juventude no Plantão Judiciário (projeto estratégico);
- Elaboração dos fluxos para automação do sistema de Vara Cível; mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Prestar Apoio Técnico Interdisciplinar ao Custodiado na Central de Audiência de Custódia;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Prestar Apoio Interdisciplinar nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas e na Divisão de Penas e Medidas da Vara de Execuções Penais;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Gerir Dados Estatísticos no Portal GMF;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Processar Expedientes de Competência do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário;
- Mapeamento, desenho do fluxograma do processo de trabalho e elaboração da rotina administrativa Achados e Perdidos;
- Desenho do fluxograma do processo de trabalho de Concessão de Diárias; apoio na realização da Pesquisa de Satisfação das unidades certificadas pela NBR ISO 9001:2015.

Para finalizar a participação no Grupo de Trabalho de Câmaras Cíveis e no Grupo de Trabalho de Câmaras Criminais (projeto estratégico) foram realizadas 22 reuniões no biênio tendo como objetivo a revisão e a melhoria do processo de trabalho dos segmentos Cível e Criminal em 2º grau de jurisdição.

Entre as principais melhorias nos processos de trabalho das Câmaras e no Órgão Especial destacam-se:

- Integração do sistema E-JUD e o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) no procedimento Expedir Mandados de Prisão e Alvará de Soltura;
- Padronização do procedimento para expedição de intimações;
- Solicitação para mudança na contagem de prazos de mesa e locais virtuais para que tais prazos sejam contados em dias úteis apenas; alterações de nomenclaturas de pastas virtuais;

- Levantamento dos requisitos para unificação do Registro Judiciário Individual (RJI); solicitação para criação de campo para Relator Designado no gerenciador de sessão; digitalização dos acervos físicos da 6ª e da 18ª Câmaras Cíveis.

Em 2020, a participação no Grupo de Trabalho de Câmaras Cíveis e no Grupo de Trabalho de Câmaras Criminais (projeto estratégico) foi interrompida em virtude da pandemia, que sobrestou as deliberações das reuniões realizadas pelos grupos.

Sistema Integrado de Gestão (SIGA) e Certificação ISO

O Tribunal põe à disposição das unidades jurisdicionais e administrativas dois sistemas de gestão: um baseado na norma ISO 9001, e o SIGA, desenvolvido internamente de forma colaborativa com os órgãos do próprio Tribunal.

CERTIFICAÇÃO SIGA

A Administração atual manteve a forma de ingresso voluntário para as unidades organizacionais no SIGA, isto é, por livre adesão do Magistrado Titular do Juízo ou do Diretor-Geral da unidade administrativa. Também, ficou decidido, a partir de 2020, que outra forma de ingresso seria por determinação da Administração do PJERJ.

No ano de 2019, o escopo das unidades jurisdicionais foi alterado com a separação de 24 unidades adjuntas das respectivas varas, aumentando, assim, o escopo total do SIGA PJERJ. Dessa forma, o escopo do SIGA JURIS conta com varas, unidades adjuntas, juizados e cinco centrais de cumprimento de mandados da capital.

O ano de 2020 começou com 257 unidades organizacionais inseridas no SIGA, tratando-se do SIGA para unidades jurisdicionais e administrativas. No SIGA administrativo, o escopo é de 27 unidades, com 12 unidades implementadas. No SIGA jurisdicional, o escopo é de 667 serventias com 245 serventias implementadas. Após negociação com as respectivas unidades e autorização da Presidência, foram elencadas 8 (oito) unidades jurisdicionais para implementação do SIGA Juris em 2020, todas para o segundo semestre. Devido à pandemia da Covid-19, as implementações não puderam ser realizadas, e, dessa forma, os números do início de 2020 foram mantidos. Para 2021, mantemos as 8 (oito) serventias para implementação e mais 5 (cinco) serventias que fizeram o pedido para a Administração, totalizando 13 unidades jurisdicionais para implementação.

O SIGA está implementado em 37,03% das unidades organizacionais do PJERJ, tanto administrativas quanto judiciais.

Evolução do SIGA no PJERJ



CERTIFICAÇÃO ISO

Para o ano de 2020, contamos com duas unidades a serem certificadas na ISO 9001:2015, a Secretaria e o Gabinete da 06CCIV. Inicialmente, foram planejadas para o mês de abril. Porém, com a pandemia da Covid-19 e conforme Ato Conjunto 05/2020, que determina trabalho remoto para o PJERJ, ficaram para o segundo semestre de 2020. Com a manutenção da pandemia ao longo do ano de 2020, as unidades não foram certificadas. Novas negociações estão ocorrendo para a certificação em 2021.

As unidades aderentes aos sistemas de gestão estão apresentadas na tabela a seguir:

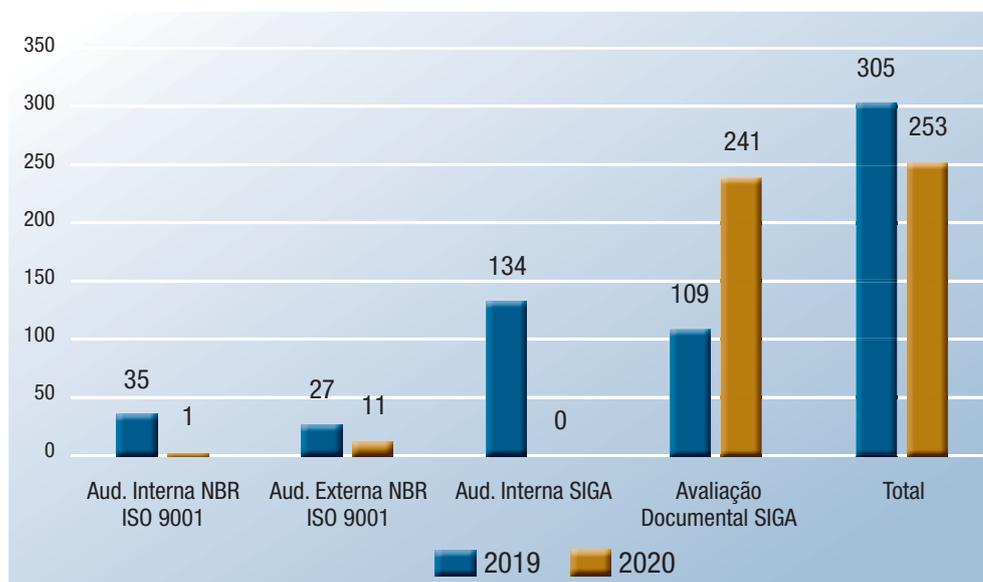
Evolução do SIGA X ISO no PJERJ

Área	Sistema de Gestão	Sistema de Gestão	Abrangência
	SIGA	NBR ISO9001	Total
Área Jurisdicional	245 unidades	26 unidades	271 unidades
Área Administrativa	12	15 unidades	27 unidades

A experiência acumulada desde 2004 demonstra que o processo de implementação/manutenção do SIGA vem, gradativamente, sendo absorvido pelos participantes como colaboração, recurso e apoio prestados pela Administração às unidades, na medida em que disponibiliza ferramentas de gestão que auxiliam na melhoria das atividades. Uma vez que os sistemas de gestão são percebidos e assimilados internamente como apoio às atividades das unidades, seus procedimentos são incorporados ao dia a dia dos servidores, que passam a encontrar na integração com os consultores internos uma possibilidade de intercâmbio que leva à melhoria dos resultados dos processos de trabalho e, concomitantemente, a uma melhoria do ambiente de trabalho. Os sistemas de gestão são avaliados através de auditorias de gestão, que são uma forma de avaliar a efetividade dos sistemas adotados pelo Tribunal, consistindo numa oportunidade de revisão do funcionamento interno das unidades, do grau de adoção dos controles administrativos e dos resultados obtidos, medidos por indicadores vinculados aos objetivos da organização. As auditorias de gestão permitem identificar o grau de eficiência da própria operação e, também, identificar oportunidades de melhoria, num processo contínuo. Nos sistemas de gestão certificados de acordo com a norma ISO 9001, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e, as internas, contaram com a atuação de profissionais contratados e de servidores integrantes do quadro de auditores do PJERJ. As unidades integradas ao SIGA foram auditadas exclusivamente por auditores do quadro do PJERJ.

No biênio 2019/2020, em cumprimento ao programa aprovado pela administração, foram realizadas 208 auditorias de gestão e 350 avaliações documentais.

Realização de auditorias de gestão no biênio



Visando o aperfeiçoamento dos seus sistemas de gestão, o Tribunal está reformulando a trilha de capacitação de auditores internos, que são incumbidos de examinar o grau de implementação do SIGA e a aderência à Norma ISO 9001 e difundem pela organização o conhecimento administrativo adquirido. Atualmente, nosso quadro conta com 18 auditores internos aptos a liderarem equipes de auditoria.

Com o fim de alinhar as ações com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), em 2019 foi implementada pela Divisão de Avaliação de Sistema de Gestão (GABPRES/DIASI) uma avaliação documental nas unidades inseridas no SIGA.

Tal avaliação, que tem foco nos resultados das serventias, consiste na análise dos relatórios de indicadores extraídos do sistema DCP, tais como o atendimento às metas 01 e 02, a redução de acervo e os autos paralisados.

Os dados oriundos desses relatórios foram divulgados aos envolvidos, bem como à Administração Superior.

Em 2020, em razão da incidência da pandemia e do fato de grande parte do TJRJ estar atuando de forma remota, optou-se pela realização das avaliações à distância em todas as unidades inseridas no SIGA (241 serventias).

Cabe destacar a excelente adaptação de praticamente todas as unidades ISO que a utilizaram com a prática da auditoria remota, o que, eventualmente, poderá ser mantido enquanto houver necessidade de trabalho remoto em alguma medida, em virtude da pandemia.

Atuação dos Colegiados Administrativos

Os Órgãos Colegiados Administrativos atuam auxiliando a Presidência do TJRJ no alcance dos objetivos estratégicos traçados para o biênio 2019-2020, como a promoção da responsabilidade socioambiental; o aprimoramento da infraestrutura, dos equipamentos de TI e

dos sistemas institucionais; o incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau; o fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; a valorização da Primeira Infância e o aprimoramento do Modelo de gestão das Execuções Fiscais, entre outros.

Até o final de novembro de 2020, o Tribunal possuía 87 (oitenta e sete) colegiados instituídos pela presidência do TJRJ. Desses, 40 (quarenta) tiveram atividades medidas no período referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2020. Houve uma queda no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, de 57,63% para 45,98%, quando comparado à primeira medição da atual Gestão, levando em consideração que as medidas de isolamento social causadas pela Covid-19 impactaram a realização de atividades por alguns Colegiados, e em contrapartida, alguns Colegiados intensificaram suas atividades de maneira remota por meio de reuniões virtuais através do aplicativo Teams. Importante destacar a excelente adaptabilidade dos Colegiados às reuniões via acesso remoto, o que poderá vir a ser mantido a partir do próximo ano, na medida da necessidade do PJERJ ou mesmo, da conveniência das comissões.

Projeto Estratégico: Política de Governança Institucional

Visa implementar a Governança Institucional mediante a elaboração de políticas que estabelecem as diretrizes da governança no PJERJ, gerir o desempenho da alta administração, zelar por princípios de ética e conduta, gerir os riscos organizacionais, promover transparência, responsabilidade e prestação de contas, assegurando a efetiva atuação da auditoria interna.

Esse projeto está em andamento, e, preliminarmente, foram levantados no PJERJ os seguintes eixos de governança: capacidade de resposta (modernização da gestão), integridade (padrões de conduta e combate à corrupção) e melhoria regulatória (criação e avaliação de políticas).

Em 2020, foram formadas quatro turmas do curso de capacitação “Noções de Governança” para os servidores, adaptadas a partir do que seriam turmas presenciais.

Alguns documentos, como Política de Viagens e Código de Ética estão em fase final de elaboração e integrarão a política de governança do PJERJ. Cabe destacar que outros documentos, como Política de Gestão de Riscos e Política de Segurança de TI já foram elaborados, o que tende a reforçar a continuidade do projeto, especialmente no próximo biênio.

Projeto Estratégico: Implementação de Política Geral de Proteção de Dados no PJERJ

Com a vigência da Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) a partir de agosto de 2020, houve a necessidade de formação de grupo multidisciplinar para o desenvolvimento de uma política adequada de tratamento de dados no âmbito do PJERJ, já que as sanções impostas pela referida lei são bastante rígidas.

Dessa forma, esse projeto busca estabelecer diretrizes gerais para a implementação da LGPD no âmbito do PJERJ, tanto no que se refere aos dados gerados em meio digital, como os gerados em meio físico. São necessárias regras que protejam os usuários do PJERJ, bem como a própria Instituição de questões de segurança relativas à referida lei.

Durante o ano de 2019, foram montados grupos de trabalho extrajudiciais para ampliar a conscientização sobre a importância da LGPD, especialmente na esfera pública.

Em novembro de 2020, com a antecipação da vigência da referida lei, foi formado o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, que já fez diversas reuniões para iniciar as medidas necessárias para a adequada implementação da LGPD no PJERJ. Minuta do fluxo de trabalho da comissão – que inicialmente atuará como DPO, ou responsável pelos dados no PJERJ – já está em elaboração para aplicação a partir do início de 2021.

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRESIDÊNCIA (GABPRES-DEPRE)

Na ampliação da rede de atendimento da 1ª instância, vale destacar a criação, através da Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2020, e instalação, pelo Ato Executivo nº 156/2020, da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital – VEPEMA.

No que tange aos processos em matéria jurisdicional criminal, no ano de 2020 foram prestadas 2971 informações em Habeas Corpus impetrados perante os Tribunais Superiores, em que figure como autoridade coatora Juiz ou Desembargador deste Tribunal, com média mensal de aproximadamente 247 informações. Foram também processados 109 pedidos de recambiamento de presos (transferência do(a) preso(a) provisório(a) de uma Comarca da Unidade Federativa para outro Estado).

No âmbito legislativo, foi enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no final do ano de 2019, a Mensagem Legislativa nº 02/2019, que gerou o Projeto de Lei nº 1779/2019, transformado na Lei nº 8710, de 24.01.2020, publicada no dia 27.01.2020 e republicada no dia 29.01.2020 no D.O do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração da LODJ (Lei nº 6.956/15) e do quadro anexo das regiões judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.971/11) para elevar as comarcas de Itaboraí, Maricá e Macaé a entrância especial e dá outras providências”.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

5. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Nesta seção, serão analisados os projetos e ações da Administração pertinentes ao tema e aos objetivos da prestação jurisdicional, bem como as demais atividades que tenham concorrido para a consecução das respectivas metas do plano estratégico. Serão apresentadas, também, ações de apoio à atividade jurisdicional, isto é, aquelas que, praticadas por órgãos com atribuições administrativas, contribuíram para os resultados da jurisdição.

INCREMENTO DAS POLÍTICAS DE PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE 1º GRAU

A priorização do 1º grau é o principal objetivo no tema da prestação jurisdicional, marca da gestão no tocante à atividade-fim do Tribunal, em continuidade à diretriz da gestão antecedente. É no 1º grau de jurisdição que é solucionada a maior parte dos conflitos e são os provimentos dos juízos singulares os que maior impacto têm na vida dos jurisdicionados – sem esquecer que neles se dá a execução de todos os julgados. A ênfase dada pela Administração a esse segmento, portanto, é uma escolha pela efetividade da jurisdição e pela potencialização da justiça.

Nesse sentido, a Administração vem aprimorando a gestão mediante a expansão do SIGA, que é um conjunto de métodos de trabalho e controles administrativos que permite melhoria na administração das unidades jurisdicionais e que se encontra estabelecido no TJRJ desde 2008. Com a sua implementação, além da melhoria do ambiente de trabalho, as unidades elevam a sua produtividade.

O Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi instituído através do Ato Executivo nº 105/2015, com alterações promovidas pelos Atos Executivos nº 161/2015 e nº 87/2016. E seus membros foram definidos através do Ato Executivo nº 165/2019, com as alterações promovidas pela Portaria nº 1073/2020.

No atual biênio, o Colegiado realizou 07 (sete) reuniões, nas quais foram emitidas 166 (cento e sessenta e seis) deliberações, das quais 155 (cento e cinquenta e cinco) foram devidamente cumpridas.

O objetivo de incremento da priorização ao 1º grau continua sendo desenvolvido por meio de projetos estratégicos, ações e atividades correlatas, a seguir apresentados.

Projeto Estratégico: Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Resolução CNJ nº 254/2018) (continuidade)

Proposto pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) esse projeto busca a expansão e interiorização do PROJETO VIOLETA, que visa garantir segurança e proteção máxima de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, permitindo uma prestação jurisdicional de forma célere àquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco, concedendo as medidas protetivas de urgência em até quatro horas.

Contempla a expansão e interiorização do PROTOCOLO VIOLETA LARANJA que visa acelerar o acesso à Justiça às mulheres sobreviventes (vítimas diretas) e eventuais familiares (vítimas indiretas) em situação de extrema vulnerabilidade e em risco de grave morte ou

de lesão à sua integridade física, assegurando que medidas protetivas de urgência sejam concedidas em espaço de tempo adequado, nos crimes de feminicídio, reduzindo o lapso temporal entre o registro do fato e a decisão judicial que as concede.

Também está direcionado para fortalecimento e divulgação das atribuições da Central Judiciária de Abrigamento provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (CEJUVIDA), um serviço judiciário integrado ao Plantão Judiciário e que tem por objetivo intermediar o acesso urgente de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e de seus filhos menores, às casas-abrigo, encaminhadas pelos Magistrados com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher, fora do horário forense, em finais de semana ou feriados, quando, por qualquer motivo, não estejam funcionando os serviços especializados nos centros de referência da mulher.

O projeto está em andamento com 89,95% das ações implementadas até novembro/2020.

Projeto Estratégico: Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)

O projeto estratégico visa à reestruturação das rotinas administrativas da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (CTTJ) e da infraestrutura logística e de pessoal, além da capacitação da unidade, com levantamento de todas as atribuições envolvidas no sistema DCP.

Dentre os benefícios do projeto estão: a melhoria no fluxo do processo de trabalho e a reestruturação dos controles e indicadores de gestão da unidade.

No final de 2020, o DEGEP recebeu um contato da unidade solicitando a retomada do projeto com a máxima velocidade possível, tendo em vista a necessidade cada vez maior de padronização das rotinas e atividades do setor.

Projeto Estratégico: Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)

Elaborado pela Coordenadoria das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ), colegiado administrativo da Presidência, trata-se de projeto que visa à implementação de medidas administrativas no âmbito da jurisdição criminal, da execução penal, da infância e do 2º grau de jurisdição, a fim de assegurar a prioridade de tramitação e a celeridade de processos envolvendo, direta ou indiretamente, crianças na primeira infância, bem como sujeitos de medidas protetivas, aí incluídas gestantes ou mães presas que convivam com filhos no cárcere.

O projeto também tem por objetivo a capacitação das equipes interdisciplinares das Varas de Infância, Juventude e Idoso, visando a adesão – e posterior difusão na rede de atendimento – de metodologia específica de cuidado de crianças na primeira infância, de 0 a 6 anos de idade, sujeitos de medidas protetivas, buscando promover maior celeridade e efetividade nos respectivos processos, inclusive e, especialmente, de adoção.

O projeto está em andamento com 62% das ações implementadas até novembro/2020.

PROJETO ESTRATÉGICO: JUSTIÇA EFICIENTE

Projeto de responsabilidade da Corregedoria-Geral da Justiça. Visa o planejamento das ações da CGJ, com foco no aumento da produtividade de juízes e servidores, lastreada em

dados objetivos, notadamente indicadores do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, homologados e disponibilizados pelo DEIGE com os exatos componentes da Resolução nº 76 do CNJ extraídos dos sistemas corporativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ, tendo como base o caderno de indicadores do CNJ a serem fornecidos pelo DEIGE.

O projeto está em andamento com 85% das ações implementadas até outubro/2020.

APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL COMO MECANISMO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL

Projeto Estratégico: Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)

O projeto foi iniciado em 2017, com a digitalização dos processos físicos e o mapeamento de processos de trabalho.

O projeto foi impactado pela implantação do SEEU, pois os processos de trabalho foram alterados com o sistema, havendo necessidade de mudanças nas rotinas de trabalho.

Em julho/2020, a COGEP deliberou pela suspensão do projeto até a próxima gestão.

Foi criada a Vara de Penas e Medidas Alternativas da Capital (Vepema) para cuidar exclusivamente da execução de penas aplicadas a crimes de menor potencial ofensivo, com condenações de até quatro anos, e em que a prisão ou detenção seja passível de substituição por medidas alternativas.

Assim, a VEP passa a cuidar somente da execução das penas de crimes de maior potencial ofensivo.

Estima-se a retomada do mapeamento das rotinas de ambas as unidades a partir de 2021, tanto com a finalização da divisão da VEP, como com a finalização da implementação do SEEU.

VALORIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO MECANISMO DE EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A disponibilidade de meios adequados de acesso à informação constitui, na atualidade, importante instrumento de realização da efetividade da jurisdição.

Recursos informacionais, em maior parte computadorizados e acessíveis por meio de redes de comunicação, são indispensáveis tanto para a atividade dos Magistrados como para os advogados, as partes e os representantes das funções essenciais à Justiça.

Do mesmo modo, a informação jurisdicional correta e acessível atende à sociedade em geral, seja como forma de difusão de direitos ou como em razão da sua disponibilidade para pesquisas acadêmicas.

Por todos esses aspectos, a informação serve à construção da efetividade das decisões, entre as partes, assim como para o público, o que concorre para revigorar o valor da Justiça no meio social.

Projeto Estratégico: Digitalização de Acervos Cartorários – Livro Eletrônico

Projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça com o intuito de substituir o manuseio dos livros físicos em papel pelos arquivos digitais, contendo as imagens dos regis-

tros e a totalidade de seu conteúdo, transformando o acervo físico num banco de dados eletrônico, capaz de ser perpetuado, mantido e manuseado de forma menos custosa.

O projeto Digitalização de Acervo teve seu escopo alterado para ser possível a sua implantação conforme as novas necessidades trazidas pela pandemia da Covid-19. Ademais, com a publicação do Provimento CNJ nº 100/2020 foi preciso estabelecer novos parâmetros de atendimento do projeto para a sua correta execução frente à essa nova normativa. A substituição do Projeto Digitalização de Acervo para Ato Eletrônico veio em momento oportuno, justamente para atendimento às novas demandas da sociedade, sobretudo no que diz respeito aos atos eletrônicos extrajudiciais.

O Projeto Ato Eletrônico está com o seu sistema de consulta implantado, sendo possível o seu monitoramento de forma completamente remota, tendo sido o pioneiro no país.

O Projeto foi concluído em agosto/2020.

Projeto Estratégico: Desenvolvimento de Banco de Dados de Depósito de Firmas

Projeto desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça com o intuito de organizar e democratizar o acesso aos dados públicos de Depósito de Firmas do Estado do Rio de Janeiro. Seu desenvolvimento teve por objetivo garantir direitos de cidadania, trazendo benefícios na relação do TJRJ com seu jurisdicionado.

Esta iniciativa permitiu a criação de Banco de Dados de Depósito de Firmas disponibilizado para consulta on-line no Portal Extrajudicial, por nome e/ou CPF, para localizar serviço extrajudicial onde se encontra depositada a firma pesquisada.

O projeto foi concluído em abril/2020.

PRESERVAÇÃO DOS MECANISMOS DE CELERIDADE JURISDICIONAL DO TJRJ

Projeto Estratégico: SIGA nas Secretarias de Câmaras

Projeto que visa proporcionar a melhoria da prestação jurisdicional da segunda instância para a sociedade.

O objetivo do projeto era implementar o SIGA nas secretarias das Câmaras Cíveis e Criminais com os processos de trabalho mapeados, documentados, medidos e controlados, e seu ambiente de trabalho organizado segundo os fundamentos da ergonomia: conforto, segurança e eficiência. Ao longo de sua implantação, ele acabou sendo incrementado e passou a ser um projeto para o aperfeiçoamento da gestão organizacional da segunda instância.

Foram criados dois Grupos de Trabalho – GT Câmaras Criminais e GT Câmaras Cíveis – e realizadas 22 reuniões. Foi iniciado o remapeamento dos processos de trabalho das Câmaras, no qual foram obtidos inúmeros benefícios e resultados há muito buscados, como maior uniformização dos procedimentos das Câmaras Cíveis e Criminais, tais como a conquista, pela DGJUR, de realização de GEAP na segunda instância, pela primeira vez,

e a resolução de questões doutrinárias específicas que diferenciavam os procedimentos de trabalho nas secretarias das Câmaras. A conclusão da implementação do SIGA, com aprimoramento de indicadores e outras medidas em 2020, acabou adiada por conta da pandemia, devendo ser retomada a partir de 2021.

DIRETORIA GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS (DGJUR)

As Diretorias Gerais da Presidência são especializadas e prestam apoio às unidades que compõem o Tribunal de Justiça deste Estado a fim de que cumpram a missão institucional e alcancem a visão, previamente definidas no Mapa Estratégico.

No caso, cabe à Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) auxiliar a prestação jurisdicional disponibilizando às serventias nas ações sob o pálio da Justiça Gratuita, peritos, tradutores, intérpretes, bem como apoiar os Juízos na realização de exames genéticos, auxiliar na instrução e formalização de convênios de Dívida Ativa, de Intercâmbio de Dados, em estatísticas gerenciais de primeiro e segundo grau e disponibilizar a Justiça Itinerante à sociedade, alimentar os indicadores do Portal do Observatório da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como o do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária, dentre outras.

Sendo assim, seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas nesse seguimento:

Peritos

A atividade de cadastramento de peritos é regida pela Resolução do Conselho da Magistratura nº 2/2018, que consolida normas, orientações e procedimentos para a execução das atribuições do Serviço de Perícias Judiciais, no que se refere à realização de perícia em processos judiciais com deferimento da assistência judiciária gratuita e processos inerentes a acidentes do trabalho.

Atualmente, o cadastro conta com 5.104 (cinco mil, cento e quatro) peritos cadastrados em diversas especialidades, tendo sido registrado o ingresso, em 2020, de 642 (seiscentos e quarenta e dois) novos profissionais.

Podemos destacar as seguintes atividades desenvolvidas durante o ano:

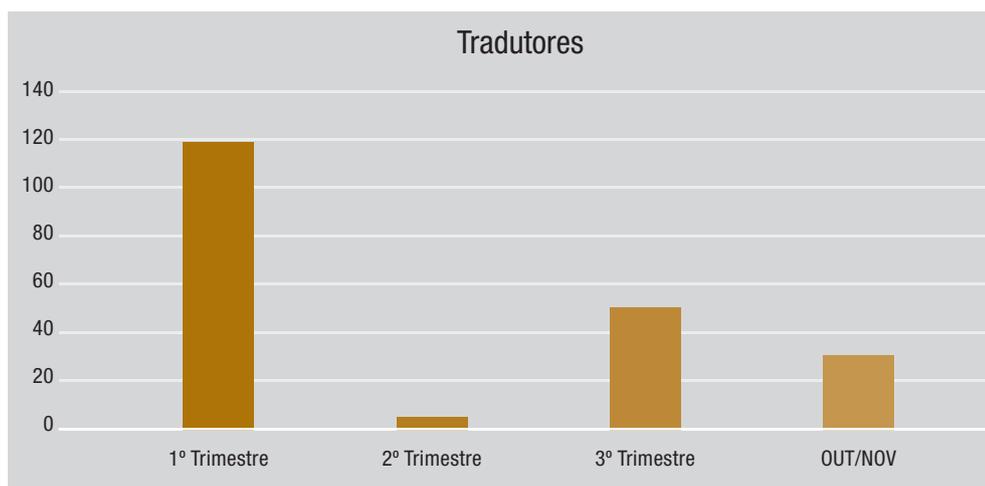
- Planilhas de pagamentos de ajudas de custo enviadas à DGCPF durante o corrente ano: **152**
- Processos de Apuração de Conduta: **107**
- Peritos cadastrados: **642**
- Cursos na ESAJ – turmas de formação de novos peritos judiciais com a participação de **160** peritos nas áreas de Tecnologia, Engenharia, Saúde, Serviço Social, Psicologia, Contábil, Financeira e Administração.

Tradutores, Intérpretes, Exames de Tipagens Genéticas (DNA)

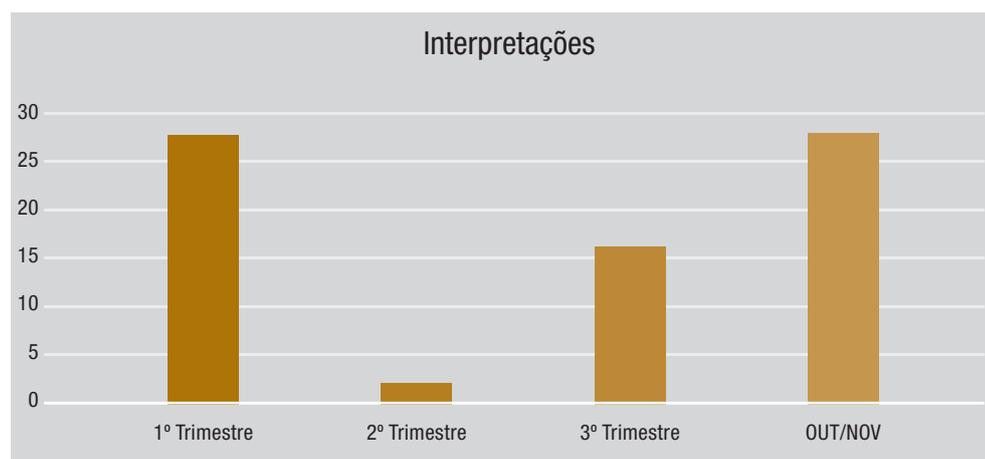
Em apoio à prestação jurisdicional, foram disponibilizados tradutores e intérpretes de libras pelo Serviço de Rogatórias, Extradicações e Interpretação (SREI), bem como o serviço de perícias genéticas, nas ações que estejam sob o pálio da justiça gratuita, referentes ao período de 01 de janeiro de 2020 a 30 de novembro de 2020.

Até novembro de 2020, foram realizadas 204 traduções, 64 interpretações, 1058 expedientes recebidos (cartas rogatórias e traduções) e 1502 exames de DNA. Entretanto, em virtude da pandemia da Covid-19, os exames de DNA ficaram suspensos entre março e julho de 2020, mas foram retomados posteriormente, não havendo pendências a cumprir.

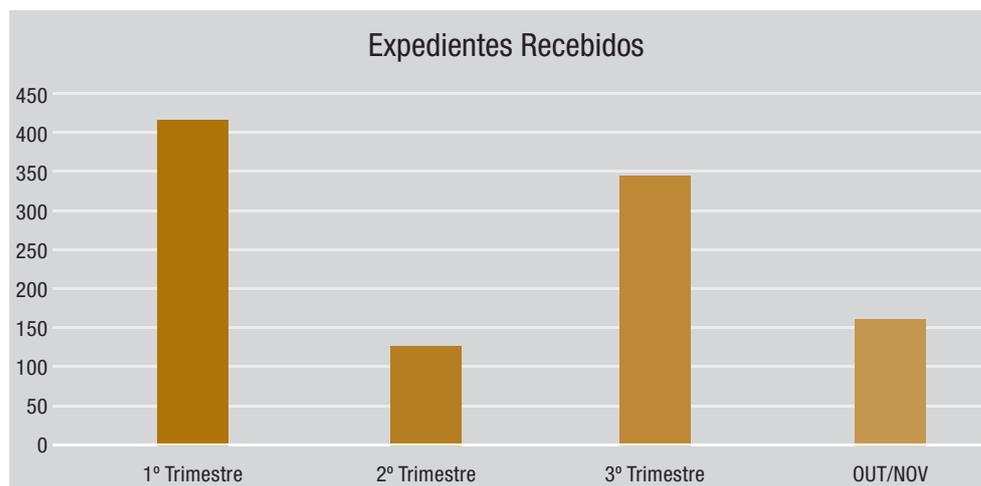
Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	OUT/NOV	Total
Tradutores	117	5	51	31	204



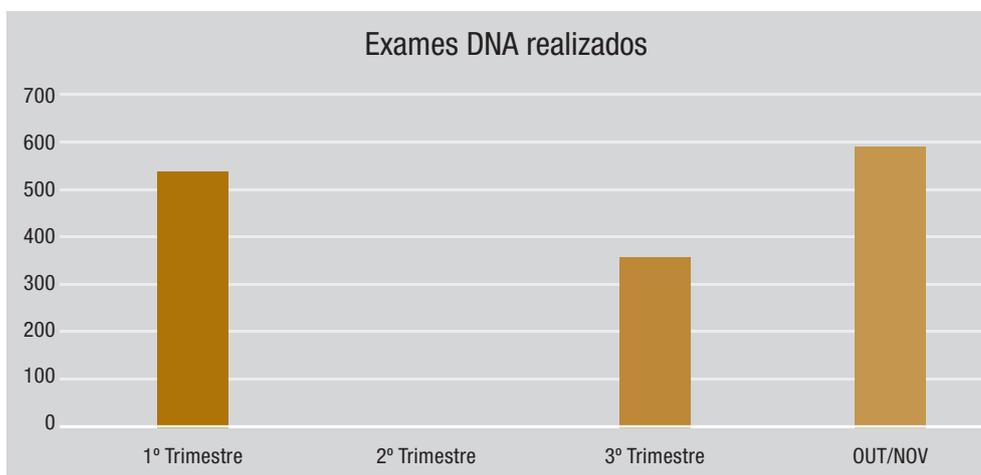
Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	OUT/NOV	Total
Interpretações	24	2	14	24	64



Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	OUT/NOV	Total
Expedientes Recebidos	419	129	347	163	1058



Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	OUT/NOV	Total
Exames DNA Realizados	541	0	365	596	1502



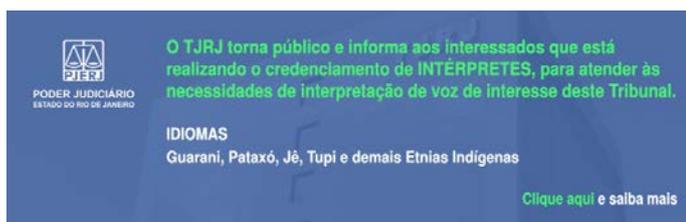
Edital de Credenciamento de Intérpretes de Línguas Faladas pelas Etnias Indígenas e Chamamento Público de Peritos Antropólogos

Visando o cumprimento da Resolução CNJ nº 287/2019, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário, em consonância ao descrito no artigo 6º, parágrafo único, c/c Art. 15, da refe-

rida Resolução, qual seja, o de manter cadastro de intérpretes especializados nas línguas faladas pelas etnias da região, bem como de peritos antropólogos, providências foram tomadas pela DGJUR em conformidade com os requisitos estabelecidos pela normativa.

Sendo assim, foram encaminhadas correspondências eletrônicas às Instituições especializadas com o Edital de Credenciamento nº 01/2016 e seus respectivos Anexos I, II e III, cujo fito é a possibilidade de formação do Cadastro Geral de Profissionais especializados nas línguas faladas pelas etnias nativas características do Estado do Rio de Janeiro, bem como divulgado o chamamento público de peritos antropólogos junto às entidades atinentes.

Outrossim, foi providenciada pela Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM), em parceria com a Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR), a divulgação de cartazes no que se refere ao credenciamento de intérpretes especializados nas línguas faladas pelas etnias indígenas características da região e o chamamento público de peritos na especialidade Antropologia do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, regulamentado na Resolução nº 02/2018, do Conselho da Magistratura (CM).

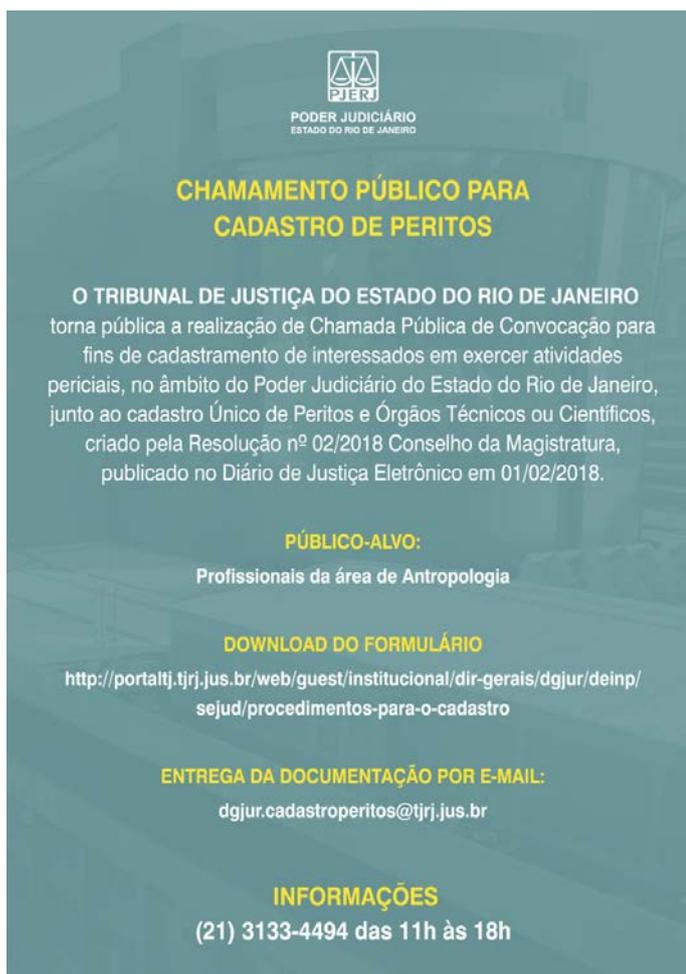



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O TJRJ torna público e informa aos interessados que está realizando o credenciamento de INTÉRPRETES, para atender às necessidades de interpretação de voz de interesse deste Tribunal.

IDIOMAS
Guarani, Pataxó, Jê, Tupi e demais Etnias Indígenas

[Clique aqui e saiba mais](#)




PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA
CADASTRO DE PERITOS**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna pública a realização de Chamada Pública de Convocação para fins de cadastramento de interessados em exercer atividades periciais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, junto ao cadastro Único de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, criado pela Resolução nº 02/2018 Conselho da Magistratura, publicado no Diário de Justiça Eletrônico em 01/02/2018.

PÚBLICO-ALVO:
Profissionais da área de Antropologia

DOWNLOAD DO FORMULÁRIO
<http://portal.tj.rj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dgjur/deinp/sejud/procedimentos-para-o-cadastro>

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO POR E-MAIL:
dgjur.cadastroperitos@tj.rj.jus.br

INFORMAÇÕES
(21) 3133-4494 das 11h às 18h

Leiloeiros e Corretores de Imóveis

O credenciamento de leiloeiros e corretores de imóveis segue as diretrizes normativas do Ato Conjunto Normativo TJ/CGJ 07/2018, bem como a Resolução CNJ nº 236/2016. O processo conta com a atuação das Diretorias Gerais de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, de Tecnologia da Informação e de Segurança Institucional.

Atualmente, o cadastro possui 47 leiloeiros públicos e seis corretores de imóveis ativos, tendo sido 15 leiloeiros credenciados em 2020. Além disso, foram promovidas melhorias no processo de trabalho, tendo sido expedidos atestados de capacidade técnica e documentados nos autos as principais exigências para o credenciamento, como a comprovação de experiência, requisitos técnicos de informática e requisitos técnicos da filmagem da alienação judicial.

Justiça Itinerante

O Programa surgiu como um novo paradigma de realização da prestação jurisdicional. Na verdade, a Justiça Itinerante é um programa vanguardista, prático e acessível, principalmente em relação aos cidadãos que possuem maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um projeto inovador porque, ao contrário das práticas exercidas, é a própria Justiça que vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

Nestes 16 anos de funcionamento do Programa, até o momento foram realizados 1.353.648 atendimentos e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro se faz presente em 26 Postos da Justiça Itinerante, nos municípios de Aperibé, Areal, Belford Roxo, Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes (Morro do Coco e Goytacazes), Japeri, Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco, Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Gonçalo (Jardim Catarina), São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e no Rio de Janeiro (Campo Grande, Cidade de Deus, Maré/Mangueiros, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo e Vila Cruzeiro/Alemão), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Na página a seguir, o consolidado do relatório estatístico dos atendimentos realizados no corrente ano, sendo certo que o atendimento foi suspenso durante período de pandemia e prevenção ao contágio pelo coronavírus, conforme Aviso nº 29/2020.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DOS ATENDIMENTOS - 2020 - JUSTIÇA ITINERANTE													
ATENDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
TOMBAMENTOS													
LOCALIDADES													
Aperibé	121	172	0	0	0	0	0	0	53	62	53		461
	13	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0		26
Areal	478	271	145	0	0	0	0	0	0	615			1509
	32	46	11	0	0	0	2	4	1	17	32		145
Belford Roxo	782	334	325	0	0	0	0	0	155	210	361		2167
	43	52	44	0	0	0	8	0	8	56	53		264
Campo Grande	316	244	150	0	0	0	0	0	0	184			894
	41	20	16	0	0	0	0	0	0	4	7		88
Carapebus	123	25	42	0	0	0	0	0	34	110	109		443
	6	16	11	0	0	0	10	0	1	3	1		48
Cardoso Moreira	33	18	38	0	0	0	0	0	38	86	60		273
	58	36	33	0	0	0	7	67	78	64	13		356
Cidade de Deus	292	141	145	0	0	0	0	0	231	299			1108
	32	26	11	0	0	0	0	0	25	6	10		110
Goytacazes (Campos)	786	943	678	0	0	0	0	0	50	182	215		2854
	47	32	15	0	1	8	6	7	6	25	24		171
Japeri	472	216	207	0	0	0	0	0	223	572	473		2163
	74	45	40	0	0	0	21	1	0	36	12		229
Jardim Primavera (D. de Caxias)	3370	1720	1720	0	0	0	0	0	2370	3533	2830		15543
	112	98	47	0	0	0	19	3	55	36	57		427
Levy Gasparian	245	224	128	0	0	0	0	0	83	136	118		934
	21	33	12	0	0	0	11	0	11	9	15		112
Macuco	36	47	28	0	0	0	0	0	0	24	40		175
	21	6	7	0	0	0	0	0	0	12	9		55
Maré	319	248	167	0	0	0	0	183	271	262			1450
	82	71	42	0	0	0	22	13	59	48	67		404
Morro do Coco (Campos)	0	163	0	0	0	0	0	0	14	42	48		267
	6	14	1	0	3	1	0	1	2	0	3		31
Nova Sepetiba	323	257	189	0	0	0	0	0	391	222			1382
	62	48	39	0	0	0	0	0	11	24	13		197
Quatis	114	59	41	0	0	0	0	0	18	40	48		320
	3	11	3	0	0	0	6	1	0	4	7		35
Realengo	325	335	186	0	0	0	0	0	330	246			1422
	69	31	22	0	0	0	0	0	5	8	15		150
Rocinha	261	226	164	0	0	0	0	0	308	219			1178
	46	23	33	0	0	0	0	0	34	15	17		168
São Gonçalo (J.Catarina)	1729	1154	454	0	0	0	0	0	543	309	487		4676
	53	46	42	0	0	0	0	1	28	25	17		212
São Francisco do Itabapoana	65	96	74	0	0	0	0	0	83	58	83		459
	7	12	4	0	0	0	0	3	0	3	3		32
São José de Ubá	43	54	36	0	0	0	0	0	27	30	28		218
	13	9	11	0	0	0	5	2	5	7	7		59
Subregistro	378	227	220	0	0	0	0	209	377	422			1833
	67	42	57	0	1	1	5	27	43	46	51		340
Tanguá	402	317	238	0	0	0	0	0	431	324	335		2047
	37	36	30	0	0	0	0	2	44	31	25		205
Varre-Sai	71	58	72	0	0	0	0	0	34	32	91		358
	3	10	1	0	2	0	9	6	0	13	3		47
Vila Cruzeiro Alemão	166	199	161	0	0	0	0	264	213	177			1180
	34	67	27	0	0	0	0	2	18	11	14		173
Vila de Cava	1000	1734	1057	0	0	0	0	0	330	625			4746
	33	43	42	0	0	1	0	0	25	12	19		175
Atendimentos	12127	9457	6623	0	0	0	0	656	6573	8911	5270	0	49617
Tombados	1015	870	590	0	7	11	121	140	458	512	493	0	4259
TOTAIS	13142	10327	7213	0	7	11	121	796	7031	9423	5763	0	53876

Emissão de certidões de feitos judiciais de 2ª Instância

Diante da realização de eleições municipais, em primeiro turno, em 15 de novembro, e em segundo turno, em 29 de novembro de 2020, a Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR) expediu, de junho a novembro, 44.167 certidões para fins eleitorais, em cumprimento à Lei Complementar nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar nº 135/2010, a Lei da Ficha Limpa.

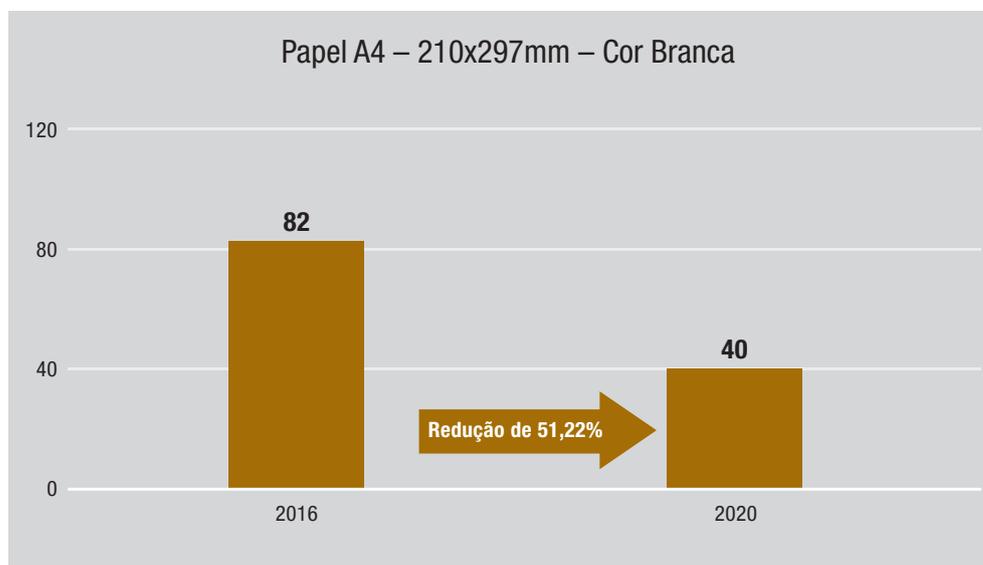
Segundo a Lei Complementar nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar nº 135/2010, a Lei da Ficha Limpa, são inelegíveis para qualquer cargo pessoas condenadas, em decisão transitada em julgado (quando não cabe mais recurso) ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até oito anos após o cumprimento da pena. Também não podem ser eleitos os condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até oito anos após o cumprimento da pena.

O procedimento de emissão e entrega de certidões eleitorais foi realizado 100% on-line, sem nenhuma necessidade de comparecimento pessoal, respeitando as restrições impostas pelas autoridades sanitárias, evitando, assim, que houvesse circulação de pessoas e atendimento presencial.

Da mesma forma, em respeito às restrições de circulação de pessoas no Palácio da Justiça, foram expedidas 14.210 certidões on-line diretamente do Portal do TJERJ para nomeação ou designação em cargo público, em cumprimento à Resolução CNJ 156/2012.

Já quanto às certidões de comprovação de suspensão de prazo, de exercício da profissão, de distribuição de feitos judiciais em nome de pessoa jurídica, dentre outras, foram expedidas 572, a partir de julho de 2020, por intermédio de processo SEI, cujo procedimento de requerimento e entrega é eletrônico, respeitando-se o isolamento social prescrito por autoridades sanitárias.

A alteração do procedimento de requisição e entrega de certidões em meio eletrônico possibilitou a economia de papel em 51% por cento em comparação ao consumo desse item em 2016, à época da emissão de certidões eleitorais, conforme demonstrado em gráfico abaixo:



Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)

Diante dos dados apurados acerca do acervo das serventias de Dívida Ativa, que, no início do ano de 2019, representavam 62% de todos os processos do TJERJ, demonstrando o grau de congestionamento nessa competência, foi decidido pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento – COGEP, a continuidade do projeto Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa.

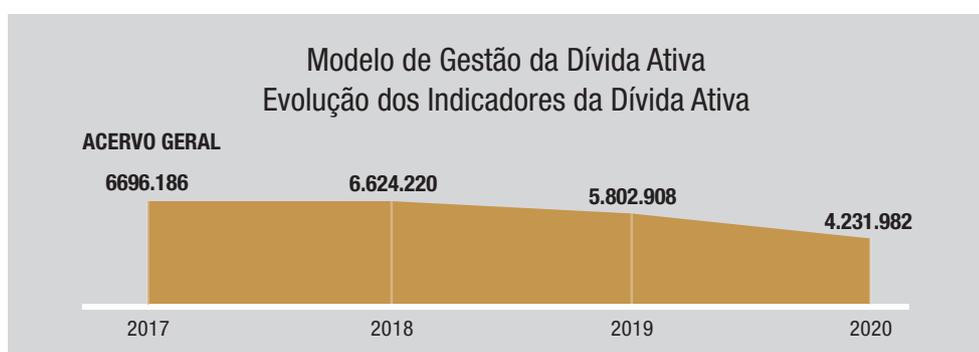
Em prosseguimento ao trabalho desenvolvido pela CODIV em gestões anteriores, foi elaborado projeto de ampliação do modelo de gestão da Dívida Ativa, acrescendo serventias ao seu escopo, com os seguintes eixos: Renovação do Convênio de Cooperação Técnica e Material para Prestação Jurisdicional nos processos de execução da Dívida Ativa com o oferecimento da ferramenta das citações por e-Carta, fomento à implementação da GRERJ compartilhada específica de Dívida Ativa, promoção da redução do acervo físico, arquivamento e aumento da arrecadação, incentivo à adoção de relevantes medidas Municípios, tais como, higienização do cadastro e realização do protesto, quando aplicável.

Nesta gestão, o trabalho realizado atingiu seus melhores índices dos últimos anos, conforme demonstrado abaixo:

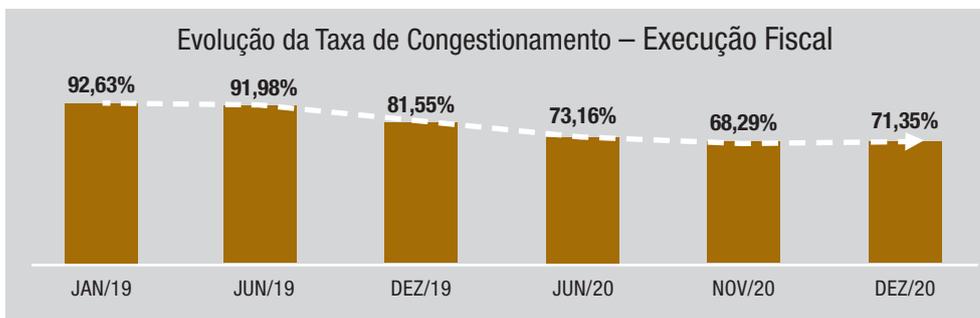
- Redução do acervo de processos das Serventias da competência de Dívida Ativa no quantitativo 2.322.142, até dezembro/2020, em comparação com acervo referente a janeiro/2019.



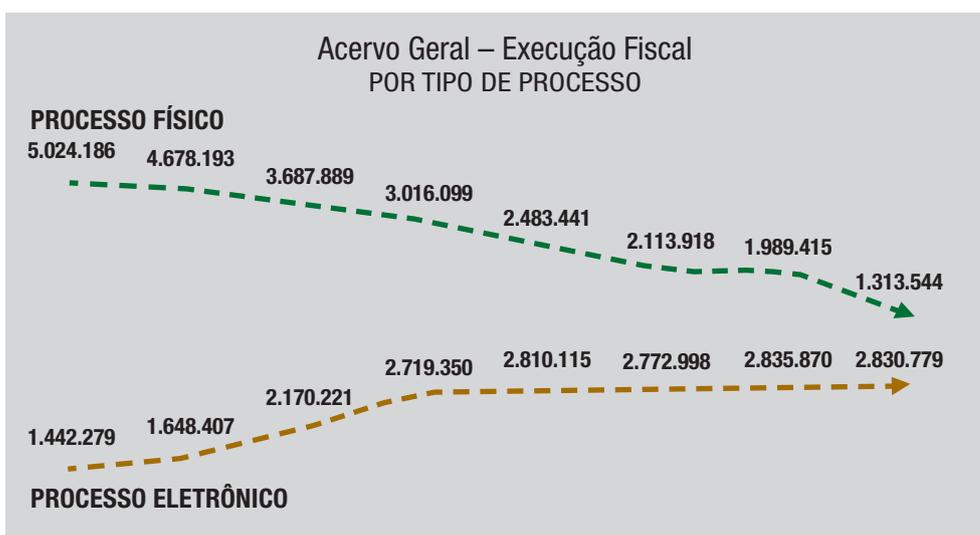
- Redução do acervo geral em 36,11% de dezembro de 2018 a novembro de 2020, o que equivale a 2.392.238 processos a menos.



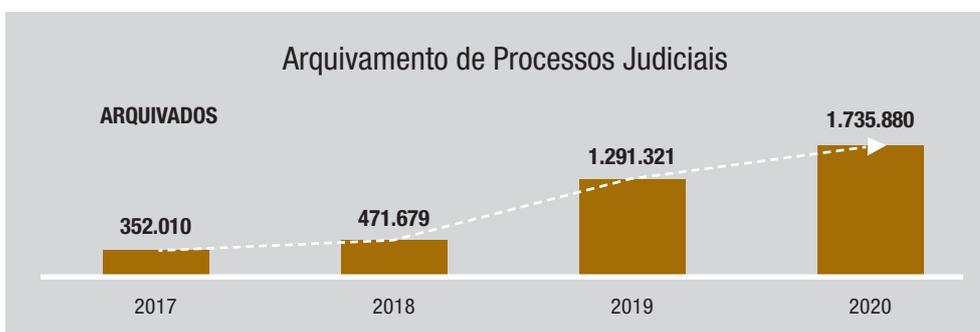
- A taxa de congestionamento da execução fiscal iniciou em 92,63% em 2019 e finalizou, em dezembro/2020, em 71,35%.



- O acervo físico decresceu em 73,85%, de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.
- O acervo eletrônico cresceu em 96,27%, de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.



- Arquivamento de 3.027.201 processos judiciais da competência Dívida Ativa no biênio 2019-2020, representando 48,95% do total de arquivados no PJERJ.



- Redução do prazo do retorno do AR de cinco anos da data da emissão para 23 dias, em média, com a implementação do e-Carta.
- Celebração de Convênios de Dívida Ativa com 86 Municípios.
- Adesão de 48 Municípios ao modelo de cláusula de citação eletrônica por e-Carta.

Municípios que aderiram ao e-Carta, até 30 novembro de 2020

1 - Angra dos Reis	25 - Nova Iguaçu
2 - Armação dos Búzios	26 - Mesquita
3 - Arraial do Cabo	27 - Paracambi
4 - Barra Mansa	28 - Paraty
5 - Belford Roxo	29 - Paty do Alferes
6 - Bom Jesus do Itabapoana	30 - Petrópolis
7 - Cabo Frio	31 - Piraí, Pinheiral
8 - Cachoeira de Macacu	32 - Rio Bonito
9 - Campos dos Goytacazes	33 - Queimados
10 - Carapebus	34 - Rio das Ostras
11 - Quissamã	35 - São Francisco do Itabapoana
12 - Duque de Caxias	36 - São Gonçalo
13 - Iguaba Grande	37 - São João de Meriti
14 - Itaboraí	38 - São José do Vale do Rio Preto
15 - Itaperuna	39 - São Pedro da Aldeia
16 - Japeri	40 - Saquarema
17 - Macaé	41 - Seropédica
18 - Magé, Mangaratiba	42 - Três Rios
19 - Maricá	43 - Teresópolis
20- Macuco	44 - 11ª Vara de Fazenda Pública – Estado do Rio de Janeiro
21 - Miguel Pereira	45 - 12ª Vara de Fazenda Pública – Município do Rio de Janeiro
22 - Nilópolis	46 - 17ª Vara de Fazenda Pública – Estado do Rio de Janeiro
23 - Niterói	47 - Vassouras
24 - Nova Friburgo	48 - Volta Redonda

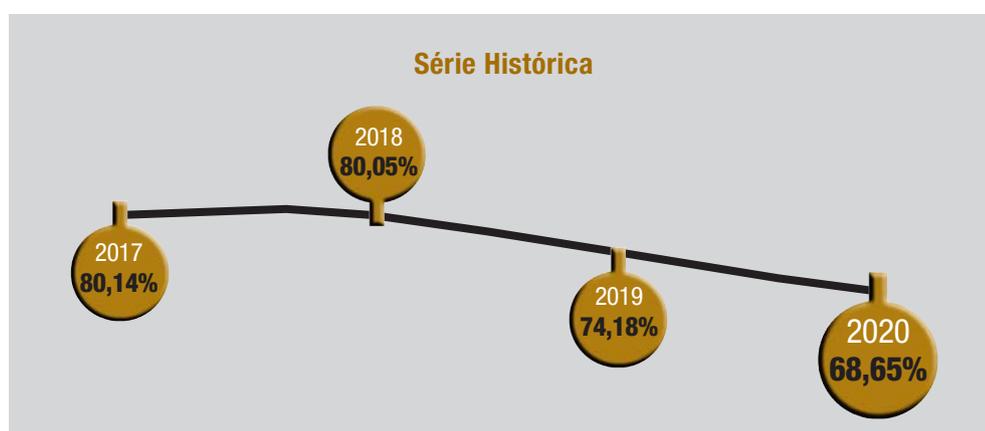
Municípios que assinaram convênio da Dívida Ativa com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 2020:

1 - Angra dos Reis	45 - Niterói
2 - Araruama	46 - Nova Friburgo
3 - Areal	47 - Nova Iguaçu
4 - Armação dos Búzios	48 - Paracambi
5 - Arraial do Cabo	49 - Paraíba do Sul
6 - Barra do Piraí	50 - Paraty
7 - Barra Mansa	51 - Paty do Alferes
8 - Belford Roxo	52 - Petrópolis
9 - Bom Jardim	53 - Pinheiral
10 - Bom Jesus do Itabapoana	54 - Piraí
11 - Cabo Frio	55 - Porciúncula
12 - Cachoeiras de Macacu	56 - Queimados
13 - Cambuci	57 - Quissamã
14 - Campos dos Goytacazes	58 - Resende
15 - Cantagalo	59 - Rio Bonito
16 - Carapebus	60 - Rio Claro
17 - Cardoso Moreira	61 - Rio das Flores
18 - Carmo	62 - Rio das Ostras
19 - Casimiro de Abreu	63 - Rio de Janeiro Estado – 11ª e 17ª Varas de Fazenda Pública
20 - Comendador Levy Gasparian	64 - Rio de Janeiro Município – 12ª Vara de Fazenda Pública
21 - Conceição de Macabu	65 - Santa Maria Madalena
22 - Cordeiro	66 - Santo Antônio de Pádua
23 - Duas Barras	67 - São Fidélis
24 - Duque de Caxias	68 - São Francisco do Itabapoana
25 - Guapimirim	69 - São Gonçalo
26 - Iguaba Grande	70 - São João da Barra
27 - Itaboraí	71 - São João de Meriti
28 - Itaguaí	72 - São José do Vale do Rio Preto
29 - Italva	73 - São Pedro da Aldeia
30 - Itaocara	74 - São Sebastião do Alto
31 - Itaperuna	75 - Sapucaia – somente cessão de funcionário
32 - Itatiaia	76 - Saquarema
33 - Japeri	77 - Seropédica
34 - Macaé	78 - Silva Jardim
35 - Macuco	79 - Sumidouro
36 - Magé	80 - Tanguá
37 - Mangaratiba	81 - Teresópolis
39 - Mendes	82 - Trajano de Moraes – somente cessão funcionário
40 - Mesquita	83 - Três Rios
41 - Miguel Pereira	84 - Valença
42 - Miracema	85 - Vassouras
43 - Natividade	86 - Volta Redonda
44 - Nilópolis	

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro alcança os menores índices de congestionamento em seus indicadores

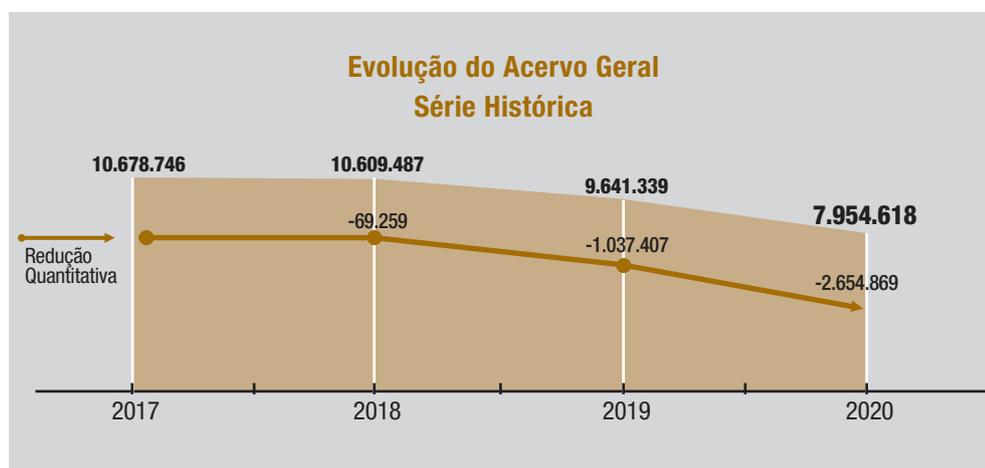
O desempenho de excelência ora demonstrado pelos indicadores do projeto de Dívida ativa, fazem parte de esforços empreendidos no comando da Administração Superior, em todas as competências das unidades jurisdicionais, visando o empenho conjunto e integrado de Magistrados, Servidores e colaboradores para que o TJERJ supere as expectativas, em meio às dificuldades advindas das restrições de circulação de pessoas impostas pela pandemia.

Mesmo com a implantação do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), em 16 de março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, o Poder Judiciário do Rio atingiu a sua menor taxa de congestionamento global: 68,85%. O índice abrange os casos pendentes e o somatório de processos baixados nos últimos 12 meses.



Fonte: Painel Justiça em Números e DW Oracle Discoverer - Res. 76 de 2009 (versão 14)

Sob a presidência do desembargador Claudio de Mello Tavares, a redução no acervo geral do TJRJ atingiu o seu maior marco: de 10.609.487 processos em andamento, em 2018, para 7.954.618, em 2020. O que significou o arquivamento de 6.184.274 processos no período.



Fonte: DW Oracle Discoverer - Histórico da Serventia

O ano de 2020 registrou também o melhor Índice de Produtividade dos Magistrados, chegando à média de 4.418 processos baixados por juiz. Um aumento de 1.097 processos em comparação com o ano de 2017.



Fonte: Painel Justiça em Números e DW Oracle Discoverer (Res. 76, versão 14)

Já o Índice de Produtividade dos Servidores, que mede a relação entre o número de processos baixados com o número de servidores, foi de 317, o melhor resultado desde 2017 (82 casos a mais).



Fonte: Painel Justiça em Números e DW Oracle Discoverer (Res. 76, versão 14)

Também recorde foi o Índice de Atendimento à Demanda, com a marca de 246,90%. O IAD mede a relação entre o número de processos baixados e o de casos novos apresentados no mesmo período. Somam-se os indicadores do 1º Grau, 2º Grau, Juizados Especiais e Turma Recursal, concomitantes às fases processuais de conhecimento e de execução. Em 2020, houve um aumento de 120,91% comparado a 2017.



Fonte: Painel Justiça em Números e DW Oracle Discoverer (Res. 76, versão 14)

Podemos destacar que o trabalho realizado com foco nos processos de Dívida Ativa, maior gargalo histórico do Poder Judiciário, foi um divisor de águas no tratamento do acervo geral e impactou sobremaneira a redução da taxa de congestionamento global e na de execução fiscal.

A nova política de gestão da matéria foi formulada pela Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa, órgão colegiado da Presidência, que estabeleceu diretrizes, metas e promoveu, durante a gestão, o acompanhamento e o monitoramento dos resultados e disponibilizou canais de comunicação direta com as unidades administrativas, que forneceram apoio irrestrito e instantâneo às necessidades das serventias.

De acordo com o Relatório Justiça em Números de 2020, o TJRJ conseguiu avançar três posições no ranking de processos de execução fiscal baixados entre os cinco tribunais de grande porte, ficando atrás apenas de Minas Gerais. O total de processos baixados por vara chegou a 22.950. Uma diferença de 12.111 processos a mais do que foi feito pelos tribunais de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que, juntos, chegaram a 14.126.



Diante de tantos desafios na área de Tecnologia da Informação, o advento da pandemia, fato imprevisível, ensejou a priorização da ampliação e manutenção dos serviços jurisdicionais de forma eletrônica e à distância, tanto que a produtividade dos Magistrados e Servidores se manteve crescente em relação aos anos anteriores.

Do dia 16 de março, quando teve início o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), até 6 de dezembro, o TJRJ somou 1.820.696 sentenças, 1.796.091 decisões, 4.930.824 despachos e 55.514.135 atos cumpridos por servidores. Uma produção que, se somada, passa de 64 milhões de movimentações (64.061.746).

Convênios de intercâmbio de dados e de cooperação

Outrossim, procurando aperfeiçoar os processos de intercâmbio de dados de modo a auxiliar na busca de informações de interesse judicial ou no intuito de estabelecer a cooperação mútua junto às instituições públicas, foram elaborados convênios no âmbito da Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, conforme descrito a seguir:

- Convênio Escritório Social Município de Niterói - Formalização de novo Convênio – Objeto: desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município de Niterói - **Processo Administrativo nº 2019-604649** - Termo nº 003/0469/2020;

- Escritório Social Município de Maricá - Formalização de novo convênio – Objeto: desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando a cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, dessa forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Município de Maricá - **Processo Administrativo nº 2019-621644** - Termo nº 003/0053/2020
- Convênio CDLRIO – Formalização de novo convênio – Objeto: Integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do CDLRIO e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de facilitar a disponibilização de dados para a localização de pessoas, agilizando assim o provimento jurisdicional – **Processo SEI nº 2019-0631077**
- Convênio SEAP – Formalização de Termo Aditivo ao Convênio nº 003/715/2018 – Objeto: Expansão do Projeto de Sala de Videoconferência na Cadeia Pública Tiago Teles, na Comarca de São Gonçalo – **Processo SEI nº 2020-0661482**
- Convênio DETRAN-RJ e SEPOL – Formalização de novo convênio – Objeto: Transmissão de dados criminais entre TJERJ, SEPOL e Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN-RJ – **Processo SEI nº 2020-0618441**
- Convênio Banco do Brasil – Formalização de convênio – Objeto: Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, visando a interligação de sistemas, por meio do software SISCONDJ, para gestão dos serviços de geração de guias, consulta de saldos e extratos e levantamentos eletrônicos dos depósitos judiciais vinculados ao Tribunal – **Processo SEI nº 2020-0678961**
- Convênio CNJ – Formalização de novo Termo de Adesão – Objeto: Utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), destinado prioritariamente ao controle da execução penal dos Tribunais brasileiros, bem como ao fornecimento de dados e informações para gestão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça – **Processo SEI nº 2019-0600751**
- Convênio Município de Nova Iguaçu e SEPOL – Formalização de convênio – Objeto: Humanização de espaços destinados pelo IML para atendimento a mulheres vítimas de violência no Município de Nova Iguaçu – **Processo SEI nº 2020-0652712**
- Convênio MPRJ - Formalização do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 003/0514/2016 – Objeto: alterações no termo originário, que disciplina o acesso, pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, aos sistemas eletrônicos do Ministério Público, intitulados Módulo Criança e Adolescente (MCA) e Quero uma Família – **Processo SEI nº 2020-0654188**
- Convênio SEAP – Formalização de Termo Aditivo ao Convênio nº 003/715/2018 – Objeto: expansão do projeto da videoconferência na Cadeia Pública Patrícia Acioli em São Gonçalo – **Processo SEI nº 2020-0661492**

- Convênio SEAP – Formalização de Termo Aditivo ao Convênio nº 003/715/2018 – Objeto: Expansão do projeto da videoconferência para a Cadeia Pública de Resende – **Processo SEI nº 2020-0642782**
- Convênio SEPOL, DPGE, SEAP, SMS – Formalização de novo convênio – Objeto: Implementar estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia, nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, contando com o apoio logístico de SEPOL, SEAP e SMS – **Processo SEI nº 2020-0651196**
- Convênio SEPOL, MPRJ, DPGE – Formalização convênio – Objeto: cooperação técnica e material visando à implementação do Projeto Violeta Laranja em todo o Estado do Rio de Janeiro, a fim de garantir às mulheres, vítimas de feminicídio tentado, e às vítimas indiretas, nos casos de competência do Tribunal do Júri, livre acesso à Justiça e a atendimento humanizado, assegurando-lhes que as medidas protetivas de urgência sejam deferidas e executadas em curto espaço de tempo; a priorização dos Registros de Ocorrência, da instauração do processo penal e do processamento – **Processo SEI nº 2020-0617679**
- Convênio MPRJ – Formalização de convênio – Objeto: Cooperação Técnica e Institucional, para permissão de acesso ao sistema de cadastro presencial, disponibilizado no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para realização dos cadastros presenciais de seus membros, visando à comunicação eletrônica para citação, intimação e outras comunicações em suas dependências, sem necessidade de comparecimento ao Tribunal – **Processo SEI nº 2020-0684216**
- Convênio SEPOL, Municípios de Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí e São Gonçalo – Formalização de convênio – Objeto: Cooperação Técnica e Material, visando à humanização de espaços destinados pelo IML de Tribobó, para atendimento a mulheres vítimas de violência, nos Municípios de Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá – **Processo SEI nº 2020-0653155**
- Convênio DETRAN-RJ – Formalização convênio – Objeto: possibilitar ao Tribunal o acesso eletrônico às informações das bases de dados da Instituição conveniente, a disponibilização do serviço de certificação biométrica de identidade e a indicação do número de registro civil (RG) nas certidões expedidas pelos serviços extrajudiciais de registro civil de pessoas naturais do Estado – **Processo SEI nº 2020-0676011**
- Convênio SEAP e DETRAN-RJ – Formalização convênio – Objeto: intercâmbio de informações, através dos sistemas informatizados, para a disponibilização de dados processuais, de mandados de prisão de alvarás de soltura, para solicitação de agendamento de internos e agendamento e disponibilização de laudos referentes a exames de dependência toxicológica e de insanidade mental de forma on-line – **Processo SEI nº 2020-0630732**
- Convênio Município do Rio de Janeiro, SEPOL, SMS, SES – Formalização de novo convênio – Objeto: Sala Lilás Rio de Janeiro - Instituto Médico-Legal Afrânio – **Processo SEI nº 2020-0664353**
- Convênio Banco Itaú Unibanco – Formalização convênio – Objeto: Possibilitar a comunicação eletrônica, para visualização, recebimento e encaminhamento de res-

postas referentes a ofícios expedidos por juízos do TJERJ, solicitando informações cadastrais e comunicando ordens judiciais destinadas ao ITAÚ UNIBANCO, relativos a processos judiciais em que a instituição financeira não seja parte do processo – **Processo SEI nº 2020-0670126**

- Convênio Município de Petrópolis, SEPOL e SMS – Formalização Convênio – Objeto: Cooperação Técnica e Material visando a humanização de espaços destinados pelo Posto Regional de Polícia Técnico-Científica de Petrópolis (PRPTC), onde funciona o IML, para o atendimento a mulheres vítimas de violência no Município de Petrópolis através da instalação da Sala Lilás – **Processo SEI nº 2020-0649755**
- Convênio TJERJ x RIOPREVIDÊNCIA – Objeto: Possibilitar o acesso do RIOPREVIDÊNCIA ao Portal de Serviços do TJERJ, através do Sistema de Cadastro Presencial, visando a comunicação eletrônica para visualização, recebimento e encaminhamento de respostas referentes a ofícios expedidos pelo TJERJ – **Processo nº 2016-058637**
- Convênio TJRJ-VEP x SEPOL - DRCPIM – Objeto: Destinação de bens apreendidos por intermédio da DRCPIM, cuja designação dependa de autorização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se a mão de obra das internas do Sistema Prisional Fluminense, para a descaracterização dos bens e confecção de peças de artesanato, a fim de que sejam doadas a órgãos ou entidades de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal militar e social, bem como instituições sem fins lucrativos, de caráter beneficente – **Processo nº 2018-033071**
- Convênio TJERJ x Light – Objeto: Disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light, via internet, ao TJERJ, a ser utilizado pelos Juízes e/ou por servidores autorizados pelos mesmos, limitando-se a três servidores por Vara/Juizado, permitindo dessa forma, a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas a ações que tramitem nos mencionados Juízos – **Processo nº 2013-086445**
- Convênio Conselho Federal da OAB – Objeto: Acesso à consulta ao banco de dados da OAB pelo TJERJ, para integrar os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário – **Processo nº 2019- 0169312**
- Convênio PGE- RS – Objeto: Possibilitar o acesso da PGE/RS ao Portal de Serviços do TJERJ, através do Sistema de Cadastro Presencial, visando a comunicação eletrônica para visualização, recebimento e encaminhamento de respostas referentes a citações, intimações e ofícios expedidos pelo TJERJ – **Processo 2017-0076566**
- Convênio Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – Objeto: A Câmara de Resolução de Litígios de Saúde – CRLS reunirá Defensores Públicos designados para atuação em processos de saúde, Procuradores do Estado da Procuradoria de Serviços de Saúde, Procuradores do Município da Procuradoria de Serviços Públicos e representantes da SES, da SMS e da SAS/MS, por meio do DGH, com escopo de promover o atendimento de partes assistidas pela DPGE e pela DPU e que demandem prestação de serviço de saúde, de modo a evitar o ajuizamento de ações, buscando solução administrativa para oferta de medicamentos e de insumos para saúde, agendamento de procedimentos cirúrgicos e eletivos, de tratamentos médicos ou de exame médico e internações – **Processo 2019-0033204**

- Convênio Sala Lilás Centro RJ – Objeto: Consiste na Cooperação Técnica e Material visando a humanização da sala do Instituto Médico-Legal Afrânio Peixoto/IMLAP-SEDE, para mulheres vítimas de violência no Município do Rio de Janeiro e adjacências – **Processo nº 2015-055086**
- Termo Aditivo ao Convênio Projeto Violeta Expansão – Objeto: Cooperação Técnica e Material visando à expansão do Projeto Violeta, vencedor da XI edição do Prêmio Innovare em 2014, a fim de estabelecer estrutura capaz de garantir a aplicação, em todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, de modo a contribuir para a erradicação da violência doméstica, na medida em que o Protocolo acelera o acesso à Justiça de mulheres em situação de extrema vulnerabilidade e em risco grave de morte ou lesão à sua integridade física, garantindo a expedição de Medidas Protetivas em curto espaço de tempo – **Processo nº 2018- 0231481**
- Convênio Sala Lilás Campo Grande – Objeto: Consiste na Cooperação Técnica e Material visando a humanização de espaços destinados a mulheres vítimas de violência no bairro de Campo Grande e adjacências – **Processo 2018- 071647**
- Convênio Audiência de Custódia – Objeto: Implementar estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia, nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, contando com o apoio logístico da Polícia Civil, Secretaria de Administração Penitenciária e Secretaria de Saúde do Município/Estado – **Processo 2015- 120460**
- Convênio CNJ – Termo de Cooperação Técnica – Termo de adesão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ao Termo de Cooperação Técnica nº 007/2015 para efetiva implantação do Projeto Audiência de Custódia, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados aos presos em flagrante delito à autoridade Judiciária, no prazo máximo de 24 horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento das Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encerramento provisório de pessoas – **Processo 2015- 180030**
- Convênio TIM – Formalização de Convênio de Cooperação Técnica – Objeto: Disponibilizar, via WEB, a Magistrados e Aervidores, o Sistema Eletrônico intitulado INFOTIM, para acesso aos dados de clientes e registros de fluxos telefônicos e de dados, que sejam necessários para a instrução de processos judiciais e em conformidade com a legislação vigente – **Processo nº 2019-0074244.**

Instalação e Transformação de Varas

A Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) instituída pelo Ato Executivo nº 1204/2013, publicado no DJERJ de 17/05/2013, com a alteração promovida pelo Ato Executivo nº 85/2016, publicado no DJERJ de 28/06/2016, primou pelo funcionamento efetivo, eficiente e eficaz dos serviços judiciais prestados à sociedade, aplicando as melhores práticas de gestão no exame de dados estatísticos de produtividade dos órgãos judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A COMAQ, dentre outras deliberações, promoveu instalação e transformação de serventias judiciais, conforme descrito abaixo:

- Cria a 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital, por transformação, da 25ª Vara Criminal da Comarca da Capital – RESOLUÇÃO nº 10/2019
- Instala a 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital, por transformação, da 25ª Vara Criminal da Comarca da Capital e dá outras providências – ATO EXECUTIVO nº 175/2019
- Cria o Juízo da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da comarca da capital – VEPEMA por transformação do XXVIII Juizado Especial Cível da Capital – RESOLUÇÃO TJ/OE nº 03/2020
- Instalação da VEPEMA na Comarca da Capital – Ato Executivo TJ nº 156/2020

Preservação dos Mecanismos de Celeridade Jurisdicional

Aperfeiçoamento da Gestão Organizacional da Segunda Instância

A atual Administração permeia sua política de gestão de forma participativa, envolvendo os atores na busca de melhores práticas, dialogando e buscando consensos.

Motivado pela necessidade de alinhamento em observância à pluralidade de práticas no exercício das atividades das Secretarias, foram instituídos dois Grupos de Trabalho, pelo Ato Executivo nº 146/2019, em 26 de junho de 2019, visando discutir e desenhar em conjunto a uniformização dos procedimentos das Secretarias das Câmaras, no sentido de implementar padronização e regulamentação dos processos de trabalho convergentes e promover a valorização das boas práticas.

A necessidade de buscar uma sintonia e uniformização dos procedimentos das Secretarias garante maior segurança no exercício das atribuições dos Servidores, bem como imprime transparência aos usuários.

Ressalto a importância dessa oportunidade em que os Servidores que atuam diretamente no exercício de suas atividades foram conclamados a participar da construção de um modelo inovador de gestão, onde o envolvimento dos atores que lidam diariamente com o produto final – o processo – poderão conhecer outras formas de olhar para a sua própria atribuição e estabelecer rotinas produtivas refletindo positivamente no atendimento a partes e advogados.

Deliberações do GT- Câmara Cível (concluídas):

- Mudança da nomenclatura “Aguardando julgamento STF/STJ”, para “Aguardando julgamento OE/ STF/ STJ”, com marcador de 90 dias, efetuada pela DGTEC
- Treinamento realizado pela DGTEC às Câmaras Cíveis – Tema: Alvarás
- Comunicada às Câmaras Cíveis a possibilidade de gravação das sessões de julgamento, bastando solicitar ao DETEL/ DGSEI
- Contatada a 3ª Vice-Presidência para verificar a possibilidade de cumprimento da deliberação do GT referente a cientificar todo resultado dos recursos especiais aos Órgãos Julgadores e ao Desembargador Presidente
- Verificada a possibilidade de que os processos em diligência em outra unidade não constem do relatório de 100 dias paralisados nas Câmaras
- Instaurado processo administrativo para cumprimento de deliberação, no sentido de que os locais virtuais de contagem de prazo sejam ajustados para contar dias úteis e que, na contagem, seja incluído o prazo suspenso

Deliberações do GT- Câmara Criminal (concluídas):

- Mudança de nomenclatura de pastas “Adiados e retirados” para “Adiados e retirados de pauta” efetuada pela DGTEC
- Mudança de nomenclatura “Aguardando julgamento STF/STJ” para “Aguardando julgamento OE/ STF/ STJ”, com marcador de 90 dias, efetuada pela DGTEC
- Estabelecida comunicação com a 3ª Vice-Presidência para verificar a possibilidade de cumprimento da deliberação do GT referente a dar ciência de todo resultado dos recursos especiais às Câmaras e ao Desembargador Presidente
- Encaminhamento aos diretamente interessados de manuais de preenchimento do BNMP 2.0 disponibilizados pela DGTEC
- Apresentação, realizada por servidor de Órgão Julgador, com auxílio da MPS e da DGTEC, do lançamento de Mandado de Prisão diretamente no EJUD
- Enviado aos membros do GT-Câmaras listagem contendo todos os locais virtuais existentes no EJUD utilizados por Câmaras Cível e Criminal
- Apresentados diversos modelos de Ofício para definir uma padronização

Deliberações do GT- Câmara Criminal (em andamento):

- Integração do sistema EJUD com o SIPEN
- Integração do sistema EJUD com o sistema da Polinter
- Criação e Implementação de Grupo Emergencial de Auxílio aos órgãos julgadores – GEAP – Secretarias - Ato Executivo TJ nº 221/2019 visando inicialmente dar tratamento excepcional ao passivo existente, decorrente de ordens judiciais referentes aos Mandados de Prisão, alvarás de soltura, mandados de recolhimento ou decisões judiciais eventualmente emanadas pelos órgãos julgadores a partir de 21/05/2018, capazes de modificar o status do acusado no banco de dados do Banco Nacional de Mandados de Prisão, com encerramento dos trabalhos previsto em 14/dezembro/2020

Movimentação Processual e Indicadores

RIGER MENSAL

DGJUR-DEIGE-DICOL

Os dados de Juizados não estão contemplando os processos que foram distribuídos pelo PJe

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E INDICADORES

MÊS: NOV/2020

EM: 06/12/2020

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL:

Ações e Recursos Novos:

1º grau	38.479
JE	29.297
TR	5.798

Execuções Novas:

1º grau	9.062
JE	2.343
Fiscais	64.627

Ações e Recursos Pendentes (Não inclui as execuções fiscais):

1º grau	3.339.603
JE	529.222
TR	18.790

Ações e Recursos Baixados:

1º grau	269.010
JE	53.609
TR	6.465

TAXA DE CONGESTIONAMENTO:

Fase de Conhecimento:

1º grau	76,21%
JE	45,78%
TR	21,16%

Fase de Execução:

1º grau	75,76%
JE	53,96%

Relatório elaborado com indicadores desenvolvidos antes da mais recente parametrização do CNJ. Seus valores poderão ser atualizados quando finalizada a implantação da parametrização no PJERJ.

CADASTRO DE SERVENTIAS - NOV/2020

Comarcas	81
Regionais	14
Câmaras	35
Cíveis	27
Criminais	8
Total de Varas	525
Cíveis	198
Família	89
Criminais	88
Criminal Especializada	1
Vara Única	37
1ª Vara	20
2ª Vara	20
Fam. Inf. Juv. e Id.	19
Fazenda Pública	17
Inf. Juv. e Id.	14
Órfãos e Sucessões	9
Empresarial	7
Execuções Penais	1
Auditoria Militar	1
Inf. e Juv.	1
Registros Públicos	1
Execuções e Medidas Socioeducativas	1
Execuções de Penas e Medidas Alternativas	1
Juizados Especiais	149
Juizados Especiais Cíveis e adjuntos	127
Juizados Especiais Criminais e adjuntos	16
Juizado da Fazenda Pública	5
Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro (Adjunto)	1
Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM e adjuntos	77
Juizados de Violência contra a Mulher	11
Turmas Recursais	8
Cível	5
Criminal	2
Fazenda Pública	1

Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau

Congestionamento na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Meta 2020: reduzir para 72%, no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	1.186.962	1.030.661	874.360	877.781
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	2.868.901	2.845.851	2.815.097	2.812.464
Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento no 1º Grau	70,73%	73,41%	76,30%	76,21%

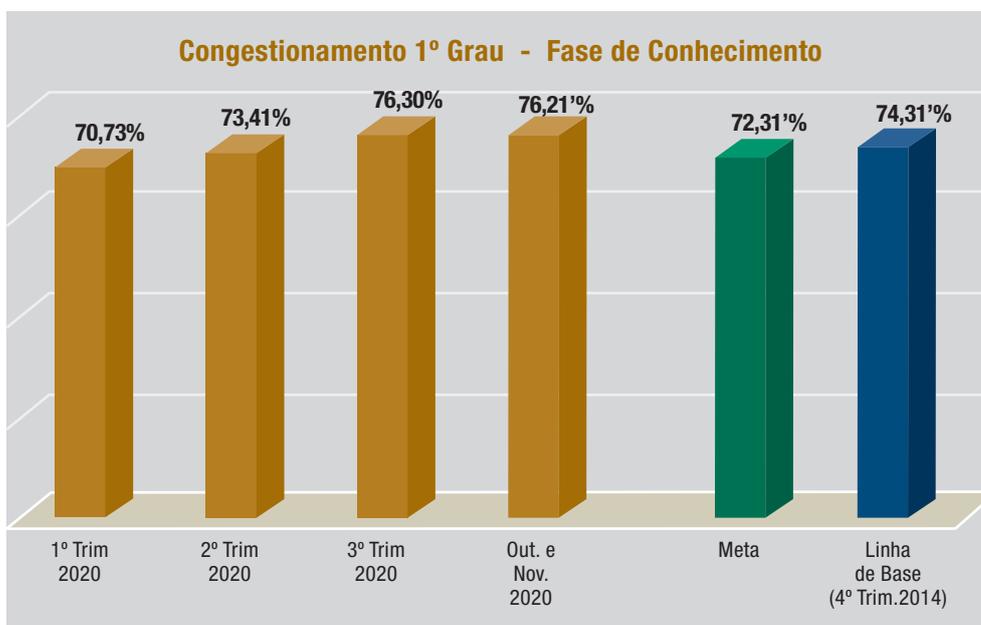
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Nesse estudo específico considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau.

O ano de 2020 começa o 1º trimestre com um percentual de 70,73%, porém, no 2º trimestre, há uma elevação no indicador para 73,41%, que se mantém no 3º trimestre ao atingir 76,30%. Em novembro, a taxa foi de 76,21%. Para Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é quanto menor, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Apesar de a meta não ter sido alcançada, ela continuará sendo monitorada e a avaliação final se dará no último trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

Meta 2020: reduzir para 41%, no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	775.450	668.204	560.958	572.623
Casos Pendentes nos Juizados Especiais	536.995	525.819	504.507	483.527
Congestionamento na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	40,92%	44,04%	47,35%	45,78%

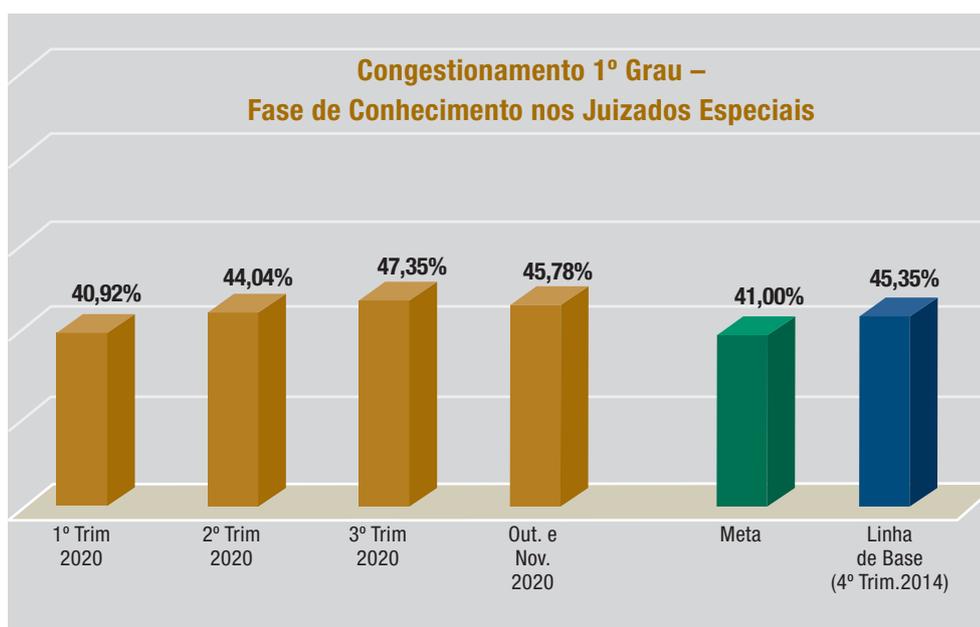
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas dos Juizados.

Apesar da meta alcançada no 1º trimestre de 2020, no 2º trimestre temos uma elevação no indicador para 44,04%. No 3º trimestre mantém-se a elevação ao atingir 47,35%. Em novembro, queda para 45,78%. Para Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é quanto menor, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

A meta continuará sendo monitorada e a avaliação final se dará no último trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Congestionamento nas Turmas Recursais

Meta 2020: reduzir para 15% no 4º trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos Baixados na Turma Recursal	96.617	82.750	75.303	70.013
Casos Pendentes na Turma Recursal	20.332	20.508	19.933	18.790
Congestionamento nas Turmas Recursais	17,39%	19,86%	20,93%	21,16%

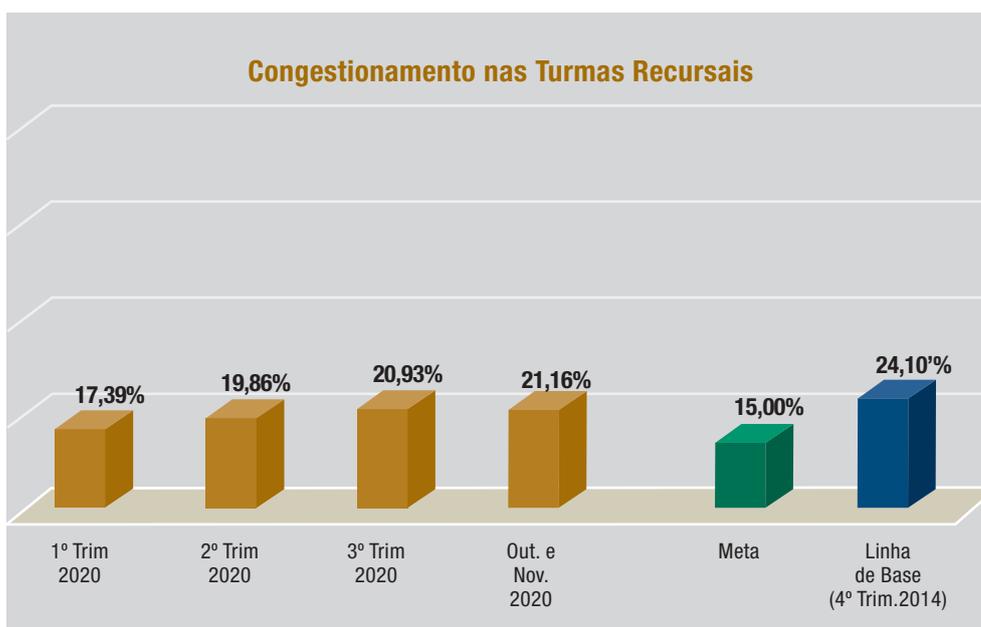
A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas das Turmas Recursais.

No ano de 2019, a meta encerrou em 15,52%, muito próximo ao objetivo de 15%. Nos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020, temos uma elevação no indicador para 20,93%. Em novembro, atinge 21,16%. Para Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é quanto menor, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

A meta continuará sendo monitorada e a avaliação final se dará no último trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL)

Meta 2020: alcançar 84%, no 4º trimestre

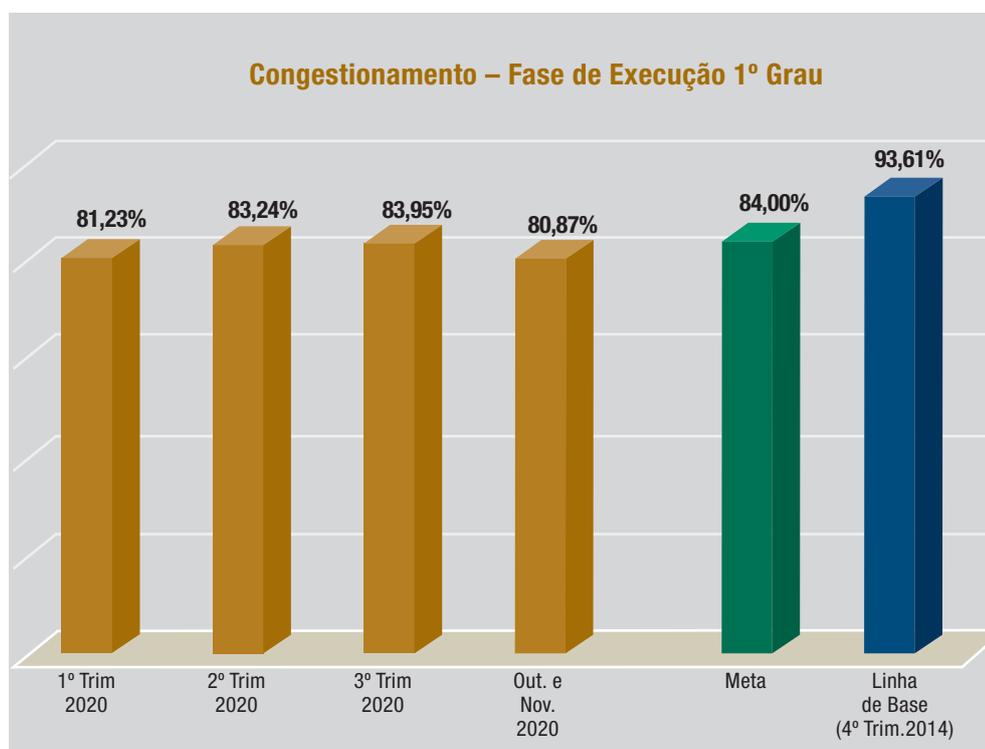
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Execução Baixados no 1º Grau	157.627	137.997	132.076	124.664
Casos Pendentes nos de Execução no 1º Grau	682.181	685.435	690.676	527.139
Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau	81,23%	83,24%	83,95%	80,87%

Neste estudo considera-se o congestionamento na fase de execução apenas do 1º grau, excluída a execução fiscal.

O ano de 2020 começa o 1º trimestre com um percentual de 81,23%. No 2º trimestre, há aumento, com congestionamento de 83,24%. No 3º trimestre, há ligeiro aumento, atingindo 83,95%. Em novembro houve queda para 80,87%.

Apesar da influência dos efeitos da pandemia da Covid-19, a meta foi alcançada e continuará sendo monitorada, para a avaliação final, que se dará no último trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Congestionamento na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Meta 2020: reduzir para 54%, no 4º trimestre:

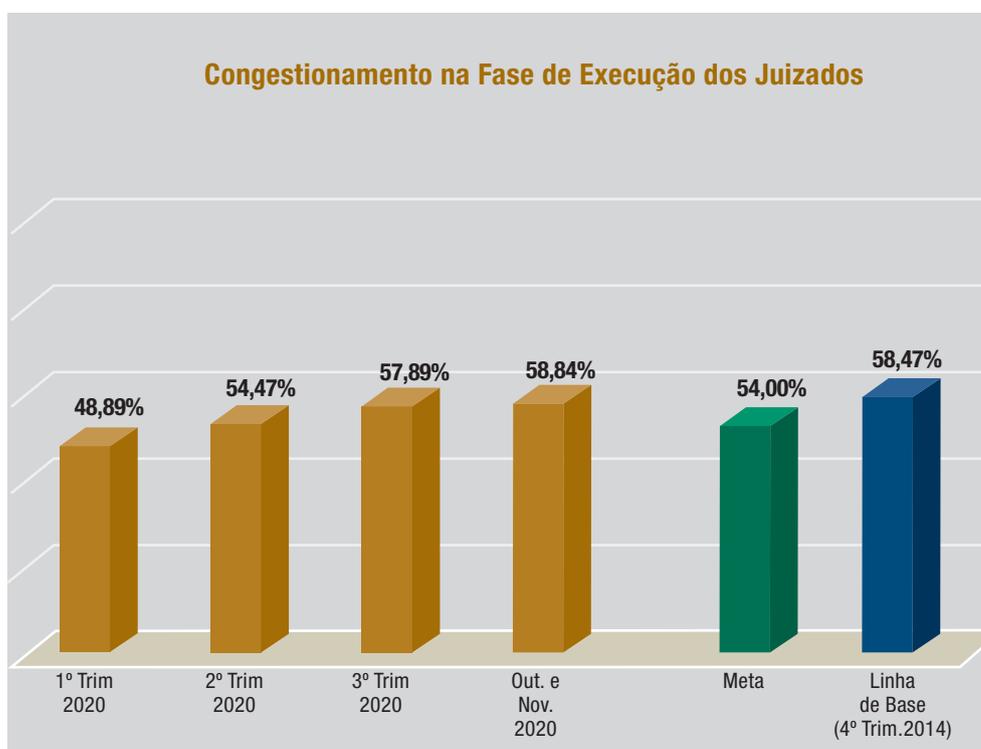
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Execução Baixados no Juizado Especial	49.684	40.627	34.459	31.969
Casos Pendentes nos de Execução no Juizado Especial	49.469	48.605	47.373	45.695
Congestionamento na Fase de Execução nos Juizados	49,89%	54,47%	57,89%	58,84%

Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas dos Juizados Especiais. O sentido de melhoria é quanto menor, melhor.

No ano de 2020, o resultado do 1º trimestre foi de 49,89%. Houve aumento para 54,47% no 2º trimestre. No 3º trimestre, o indicador atinge 57,89%. A alta segue em novembro, quando a taxa atinge 58,84%. Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Meta não alcançada.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Congestionamento das Ações de Execução Fiscal

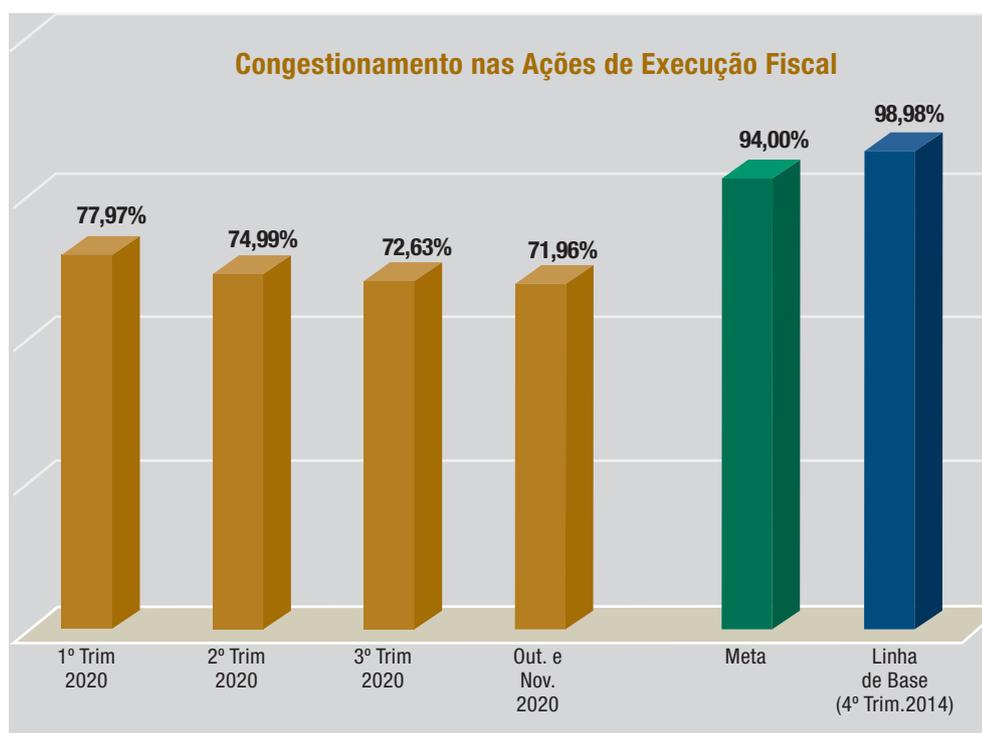
Meta 2020: reduzir para 94%, no último trimestre

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
TBaixExFis - Total de Processos de Execução Fiscal Baixados	1.511.109	1.745.216	1.754.809	1.720.150
CpExFis - Casos Pendentes de Execução Fiscal	5.347.297	4.964.027	4.656.783	4.414.956
Congestionamento das Ações de Execução Fiscal	77,97%	73,99%	72,63%	71,96%

Neste estudo, considera-se o congestionamento nos processos de Execução Fiscal.

O resultado deste indicador no 4º trimestre de 2019 foi de 81,83%. Permaneceu em queda: no primeiro trimestre atingiu 77,97%; no 2º trimestre de 2020, reduziu para 73,99%, e, no 3º trimestre, 72,63%. A tendência se consolida em novembro, com queda para 70,27%. Uma significativa redução, mesmo em cenário de pandemia. O sentido de melhoria do indicador é quanto menor, melhor. Muito contribuíram para a melhoria da variável as ações implementadas pela Comissão da Dívida Ativa – CODIV.

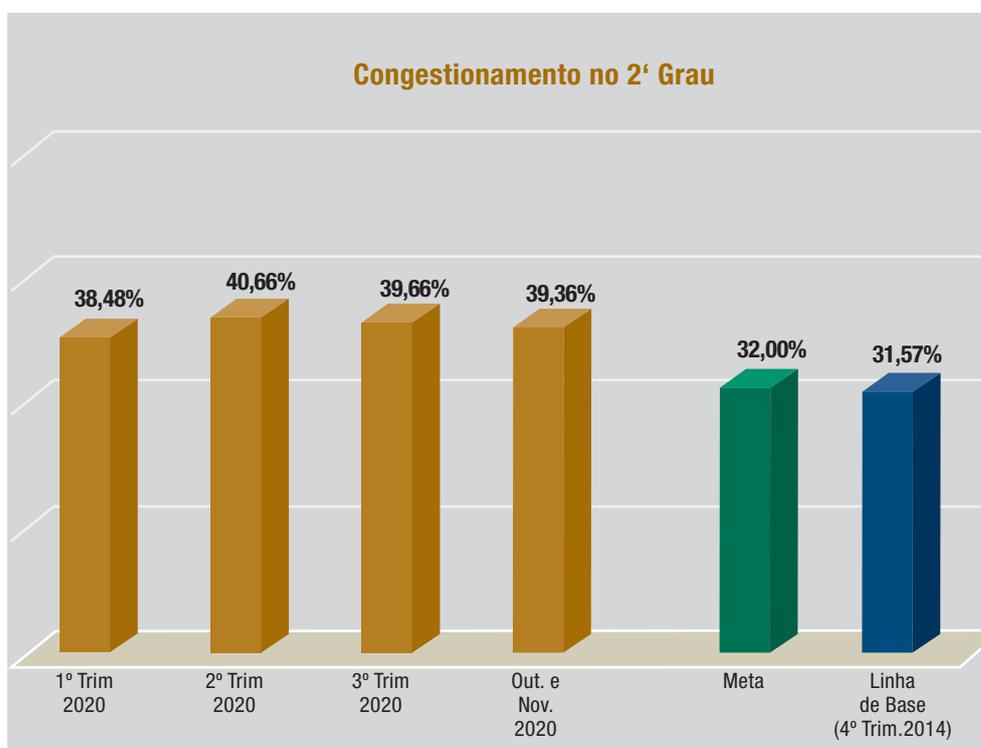
Meta alcançada. Consolidada a tendência de queda, a meta deverá ser reavaliada.



Taxa de Congestionamento no Segundo Grau

Meta 2020: alcançar 32% de taxa de congestionamento ao final do ano

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 2º Grau	188.670	169.896	184.901	188.271
Casos Pendentes Conhecimento no 2º Grau	118.034	116.435	121.544	122.195
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	38,48%	40,66%	39,66%	39,36%



A taxa de congestionamento no 2º Grau considera o total de casos pendentes e de processos baixados. O sentido de melhoria é de quanto menor, melhor. No penúltimo trimestre de 2020, o resultado do indicador foi de 39,66%, distante da meta estipulada de 32%. O comportamento do indicador nos meses de outubro e novembro de 2020 foi descendente, passando de 39,66% para 39,36%, aduzindo-se que a melhoria será alcançada com maior número de processos baixados. Meta não alcançada.

Atendimento à Demanda no Primeiro Grau

Índice de Atendimento à Demanda no 1º grau (Conhecimento)
Meta 2020: alcançar 168% em 31/12/2020

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	250.591	131.532	267.394	154.766
Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	116.719	73.866	119.712	84.341
Índice de Atendimento à Demanda no PJERJ - 1º Grau	214,70%	178,07%	223,36%	183,50%

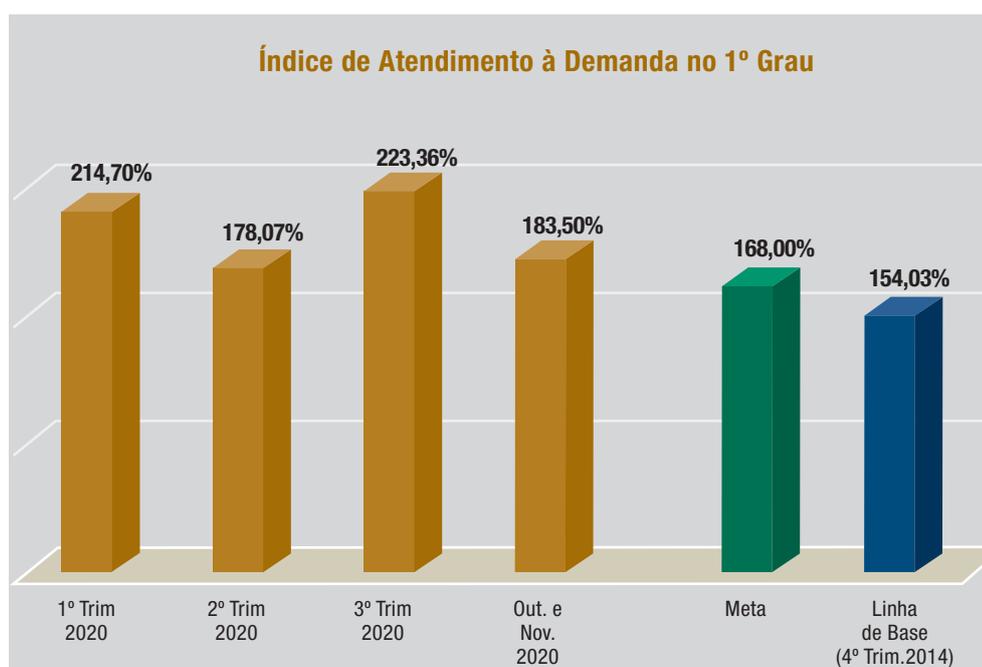
O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria quanto maior, melhor, pois, se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo.

Este estudo específico concentra-se na fase de conhecimento do 1º grau.

Para a verificação da meta são contabilizados os resultados dos quatro trimestres. O ano de 2019 apresentou um resultado consolidado de 202,93%. O resultado total dos três primeiros trimestres de 2020 foi de 209,32%, ambos superiores à meta estipulada de 168%. Em novembro, queda do indicador para 183,50%.

Meta alcançada. Mantendo-se a tendência de alta, a meta deverá ser reavaliada.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Índice de Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais (Conhecimento)

Meta 2020: alcançar 132% no 4º trimestre:

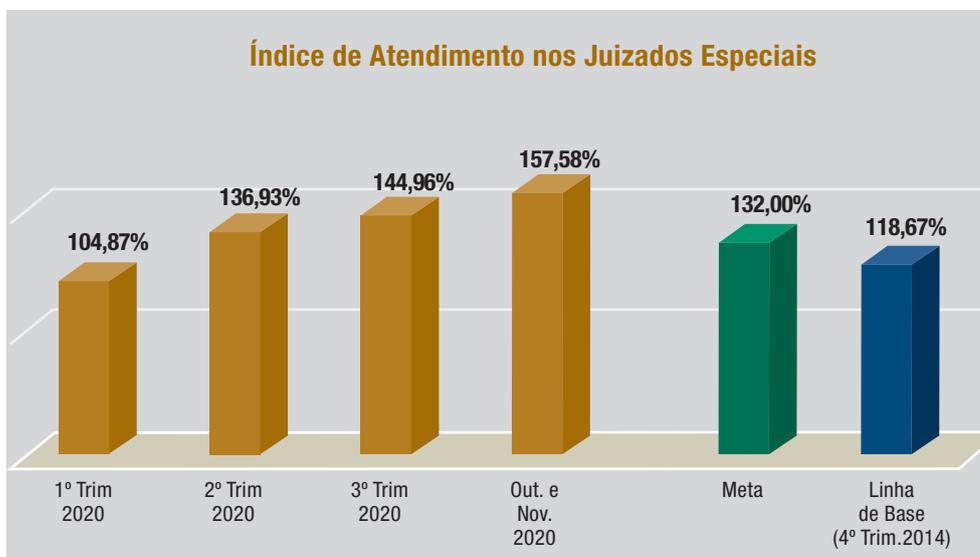
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais	141.082	102.245	172.134	99.928
Casos Novos de Conhecimento de Juizado Especial	134.532	74.668	118.744	63.415
Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais	104,87%	136,93%	144,96%	157,58%

Neste estudo específico, avaliou-se o IAD na fase de conhecimento dos Juizados.

A meta estipulada foi reduzida para 132,00%. O resultado do 1º trimestre foi de 104,87%; do 2º, de 136,93%; do 3º trimestre, 144,96%. Em novembro, houve melhoria, atingindo 157,58%. O total, somando-se os meses fechados de 2020, foi de 131,69%.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



Índice de Atendimento à Demanda - Turmas Recursais

Meta 2020: alcançar 112% no 4º trimestre:

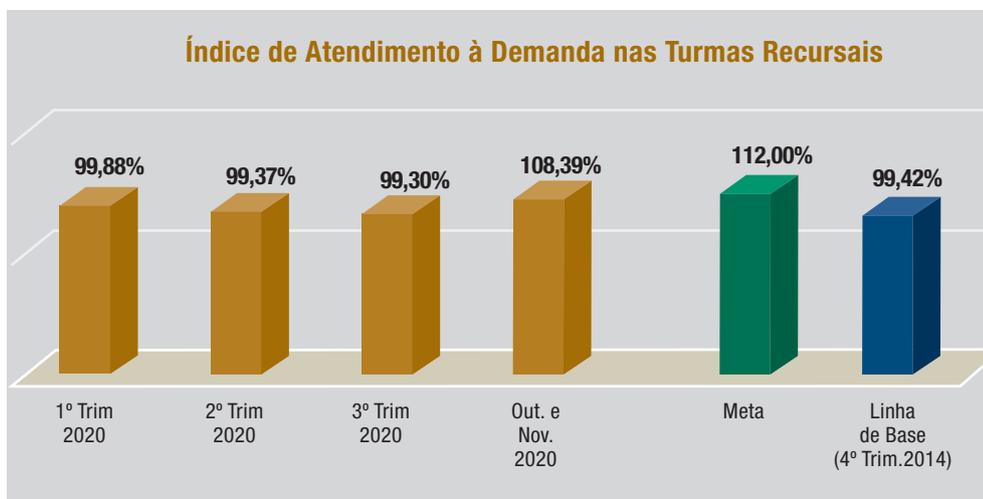
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos Baixados na Turma Recursal	16.225	14.923	21.662	13.057
Casos Novos de Turma Recursal	16.245	15.018	21.815	12.046
Atendimento à Demanda nas Turmas Recursais	99,88%	99,37%	99,30%	108,39%

Neste estudo específico, avaliou-se o IAD nas Turmas Recursais.

A meta estipulada é de 112,00%. O resultado do 1º trimestre foi de 99,88%; no 2º, de 99,37%; no 3º, de 99,30%, e, até novembro, de 108,39%.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Meta não alcançada e continua sendo monitorada, mas a avaliação só se dará no final do ano. OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.



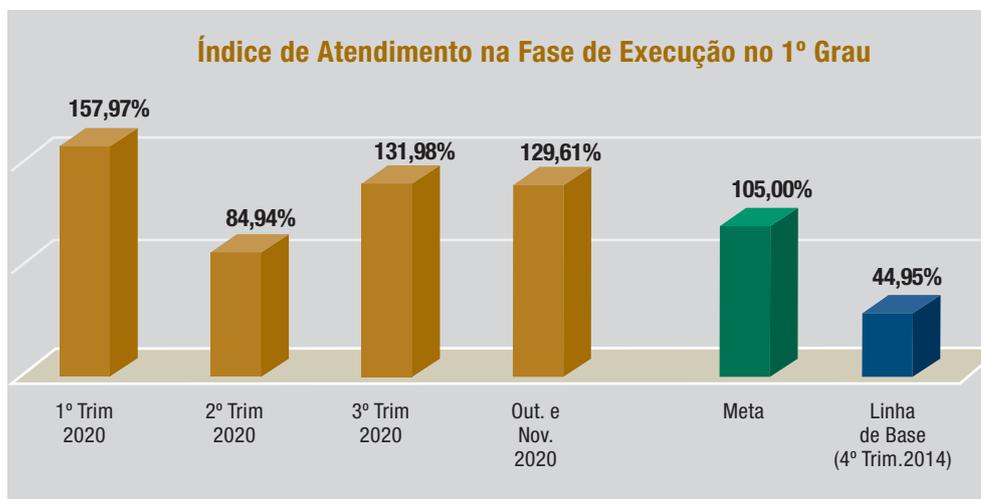
Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUTIVOS FISCAIS)

Meta 2020: alcançar 105% em 31/12/2020:

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Execução Baixados no 1º Grau	35.669	16.221	37.374	23.744
Casos Novos de Execução em 1º Grau	22.579	19.098	28.317	18.320
Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau	157,97%	84,94%	131,98%	129,61%

Este estudo específico concentra-se na fase de execução do 1º grau, excluindo as execuções fiscais.

A meta estipulada foi aumentada para 105,00%. O resultado no 1º trimestre foi de 157,97%; no 2º, de 84,94%; no 3º, de 131,98%. O total somando-se os meses fechados de 2020 foi de 127,96%. Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020. Já em novembro, observa-se que a meta foi ultrapassada.



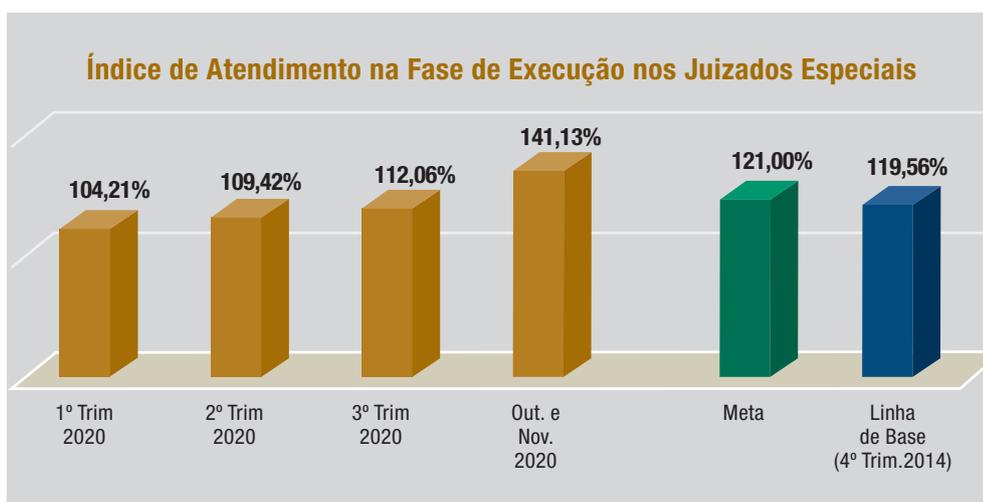
Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Meta 2020: atingir no mínimo 121%, em 31/12/2020

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20
Total de Processos de Execução Baixados nos Juizados Especiais	8.245	4.741	9.230	6.739
Casos Novos de Execução nos Juizados Especiais	7.912	4.333	8.237	4.775
Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais	104,21%	109,42%	112,06%	141,13%

Este estudo específico concentra-se na fase de execução nos Juizados Especiais.

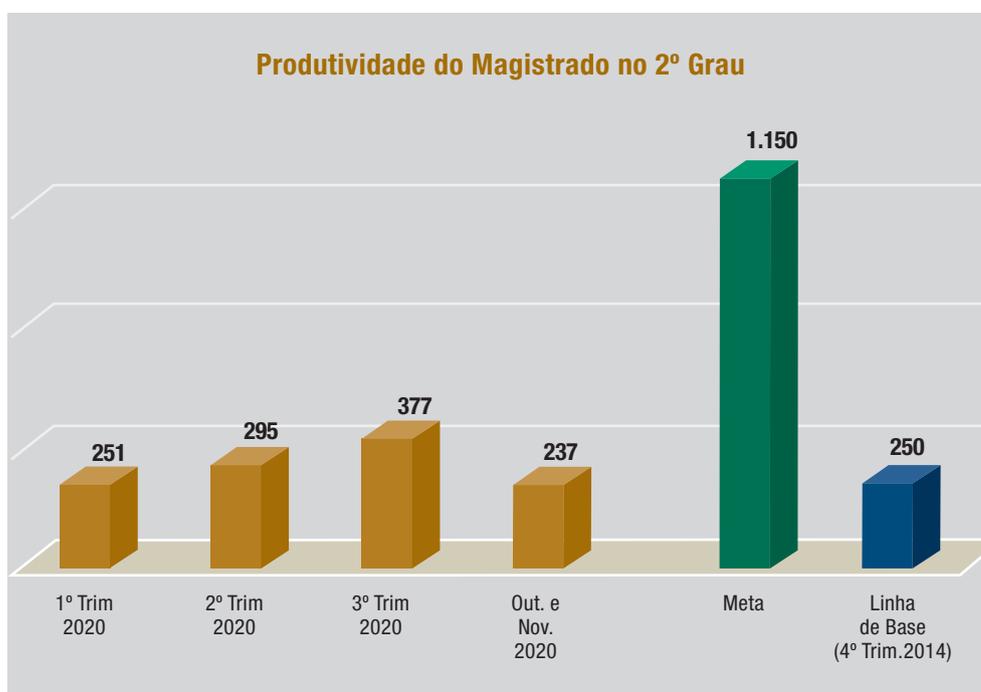
A meta estipulada é de 121,00%. O resultado do 1º trimestre foi de 104,21% e no 2º, de 109,42%; no 3º, de 112,06% e no final de novembro, de 141,13%. Observa-se que a meta, em novembro de 2020, já foi alcançada.



Atendimento à Demanda no Segundo Grau

Meta 2020: alcançar o índice de 95% de atendimento à Demanda

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
Decisões no 2º Grau	46.915	55.203	70.417	44.323	216.858
Total de Magistrados no 2º Grau	187	187	187	187	187
Produtividade do Magistrado no 2º Grau	251	295	377	237	1.160



O Índice de Atendimento à Demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os casos novos, tendo como sentido de melhoria quanto maior, melhor, pois, se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de casos novos, o comportamento do indicador será positivo. Com o total de decisões dos meses de outubro e novembro de 2020 (44.323), o ano de 2020, até o mês de novembro, fechou com 216.858 decisões proferidas. Sendo assim, temos uma produtividade média de 1.160 decisões por magistrado. Meta alcançada.

Produtividade do Magistrado no Primeiro Grau

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Meta 2020: totalizar 1.175 sentenças de conhecimento/juiz, em 31/12/2020

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	154.452	124.921	148.922	98.475	526.770
Total de Magistrados no 1º Grau (MagPAe1º)	541	541	541	541	541
Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau	285	231	275	182	974

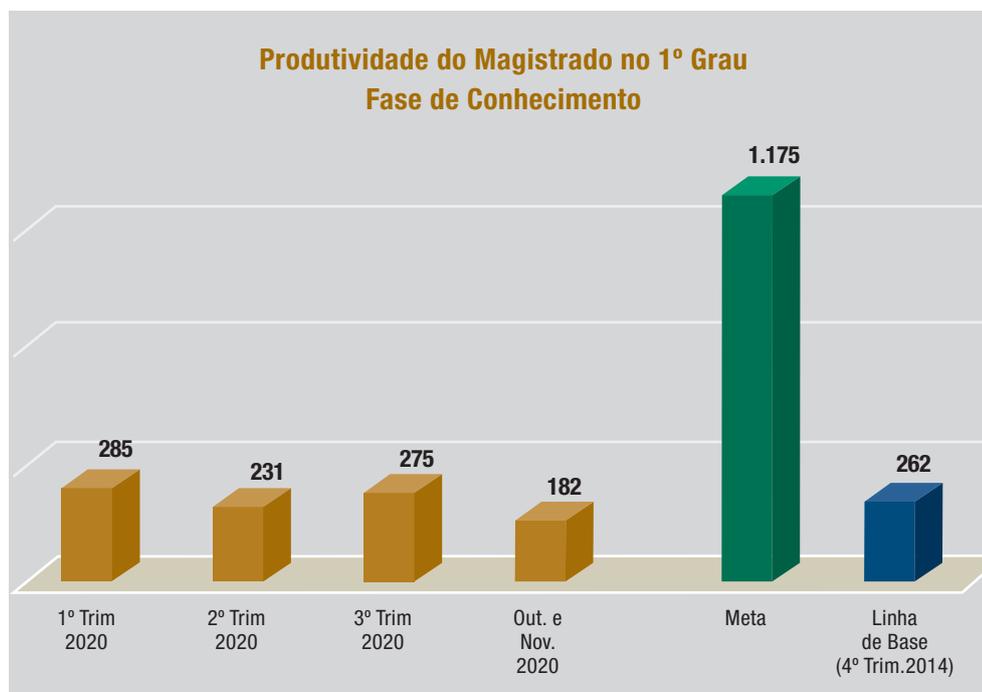
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e total de Magistrados. Para a produtividade dos Juizes do 1º grau na fase de Conhecimento foi estipulada a meta de 1.175 sentenças/Magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o quanto maior, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente, foram proferidas 82,87% das sentenças necessárias para cumprimento da meta, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano.

Meta em aferição.

Contabilização de Magistrados reprocessada em 07/12/2020.



Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais

Meta 2020: obter a produtividade de 5.400 sentenças, em 31/12/2020

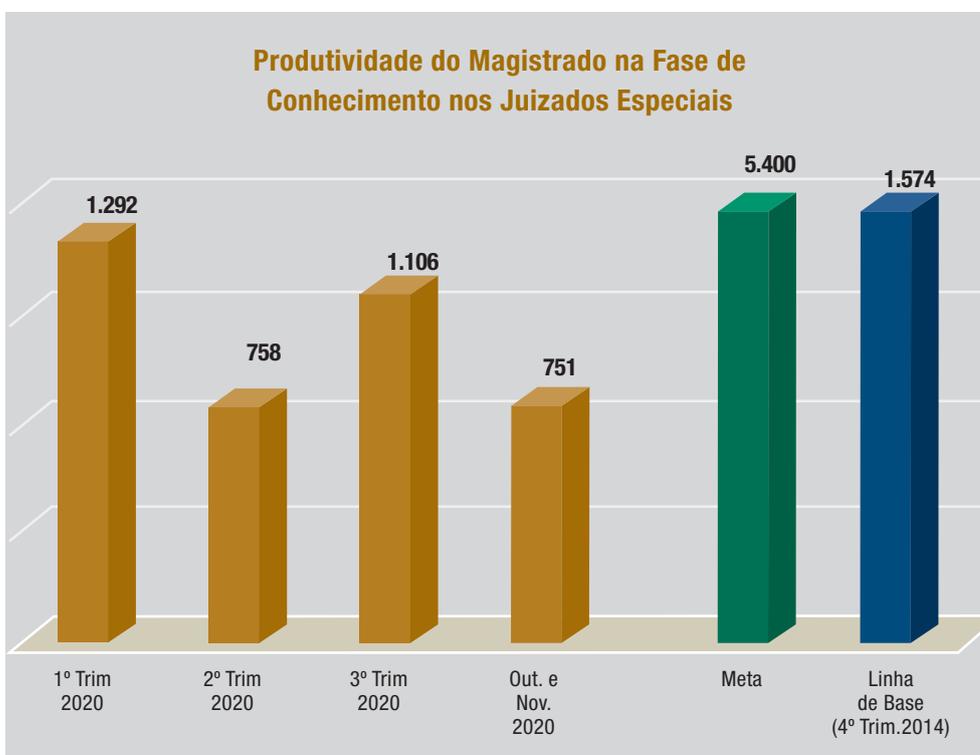
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais	144.682	84.910	123.911	84.127	437.630
Total de Magistrados nos Juizados Especiais (MagJE = MagPAeJE + MagPAcTRJE)	112	112	112	112	112
Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	1.292	758	1.106	751	3.907

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e total de Magistrados. Para a produtividade dos Juizes dos Juizados na fase de conhecimento foi estipulada a meta de 5.400 sentenças/Magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o quanto maior, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente foram proferidas 72,36% das sentenças necessárias para cumprimento da meta, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano. Meta em aferição.

Contabilização de Magistrados reprocessada em 07/12/2020.



Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais

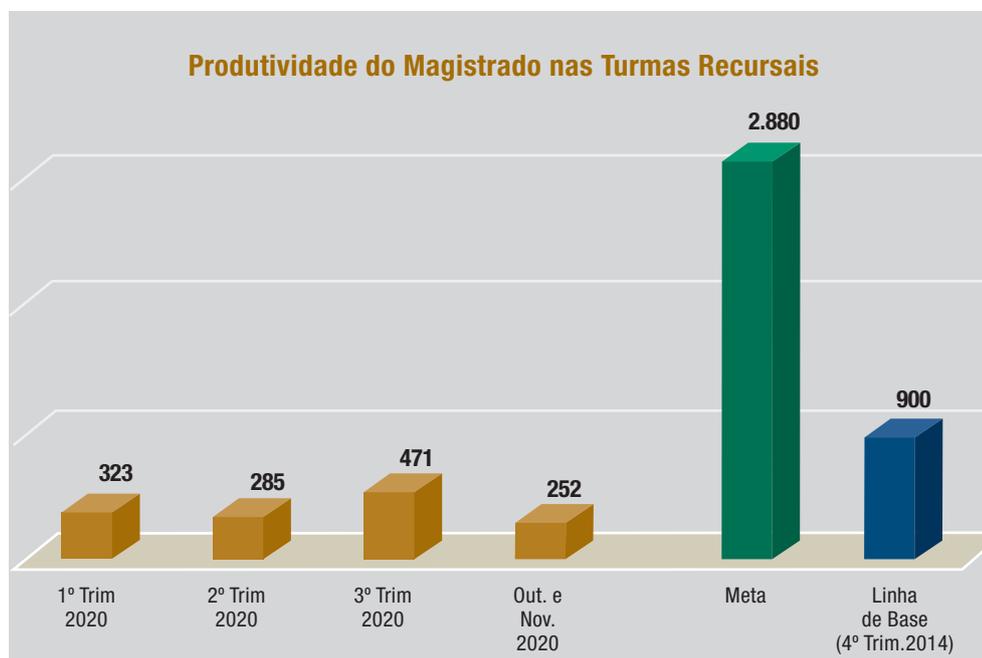
Meta 2020: totalizar 2.880 decisões em 31/12/2020:

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal	15.193	13.417	22.139	11.851	62.600
Total de Magistrados nas Turmas Recursais	47	47	47	47	47
Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais	323	285	471	252	1.332

Para a produtividade dos Juízes das Turmas Recursais foram consideradas as decisões, tendo sido estipulada a meta de 2.880 decisões/Magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o quanto maior, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente foram proferidas 46,25% das decisões necessárias para cumprimento da meta, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano. Meta em aferição.



Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Meta 2020: totalizar 350 sentenças na Fase de Execução por Magistrado em 31/12/2020

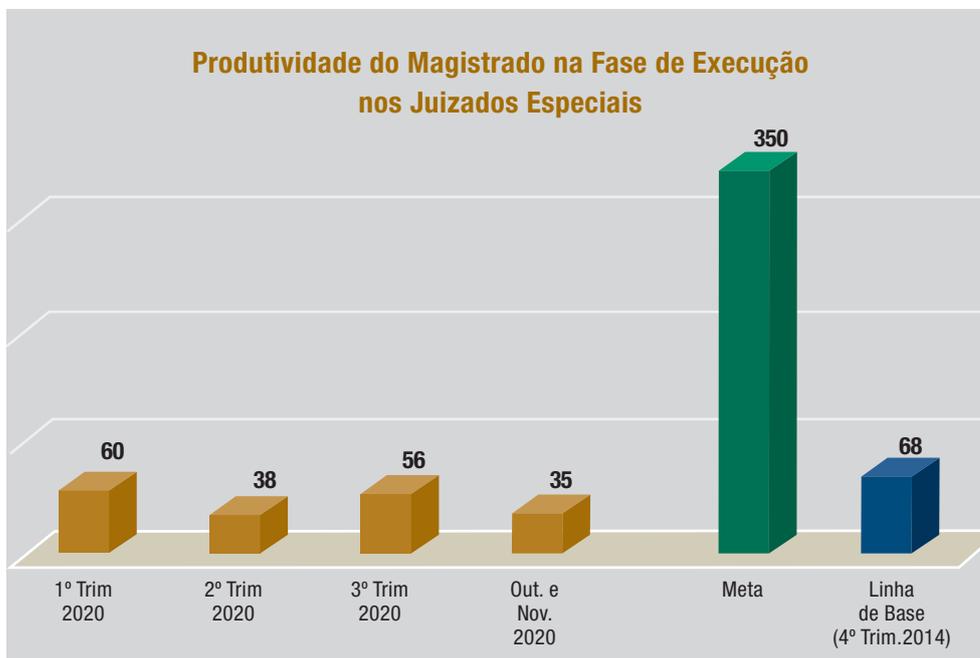
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
SentExJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais	6.718	4.292	6.305	3.946	21.261
Total de Magistrados nos Juizados Especiais	112	112	112	112	112
Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais	60	38	56	35	190

Para a produtividade dos Juizes dos Juizados na fase de execução foi estipulada a meta de 350 sentenças/Magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o quanto maior, melhor.

Devemos considerar a influência da pandemia da Covid-19 nas atividades do PJERJ, haja vista a implantação do Regime Diferenciado de Trabalho a partir de 17 de março de 2020.

Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente, foram proferidas 54,24% das sentenças necessárias para cumprimento da meta, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano.

Meta em aferição.



Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL)

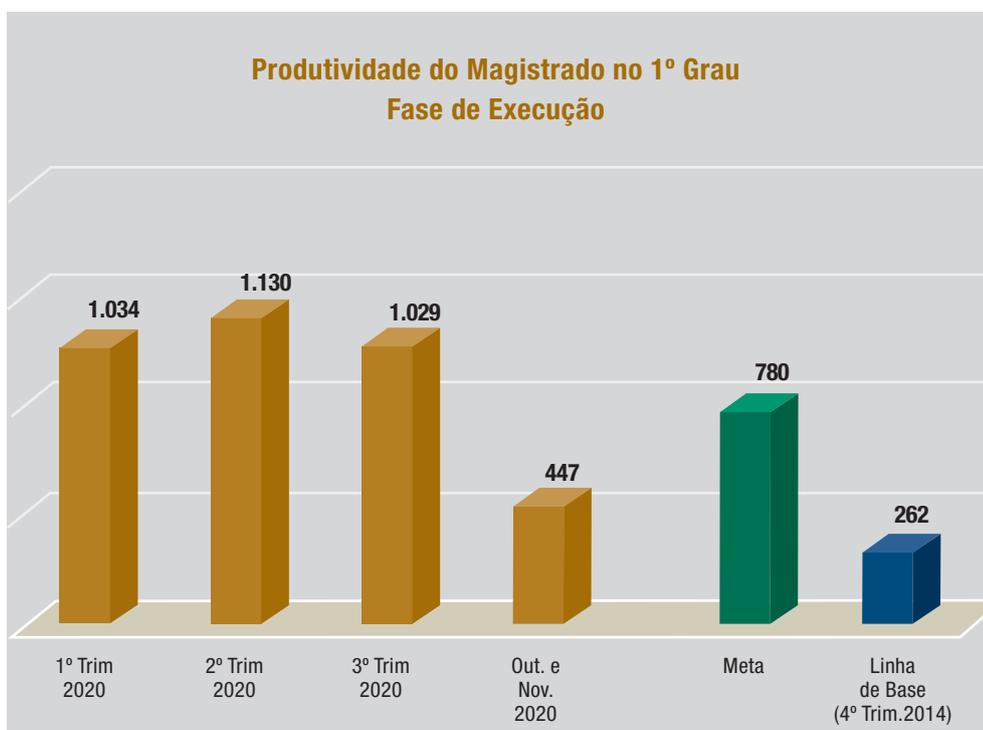
Meta 2020: totalizar 780 sentenças em 31/12/2020

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	559.342	611.477	556.804	241.940	1.969.563
Total de Magistrados no 1º Grau (MagPAe1º)	541	541	541	541	541
Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º Grau	1.034	1.130	1.029	447	3.641

Para a produtividade dos Juízes do 1º grau na fase de execução, incluindo a execução fiscal, foi estipulada a meta de 780 sentenças/Magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o quanto maior, melhor.

Devemos considerar a influência das ações implementadas pela Comissão da Dívida Ativa – CODIV no âmbito do executivo fiscal.

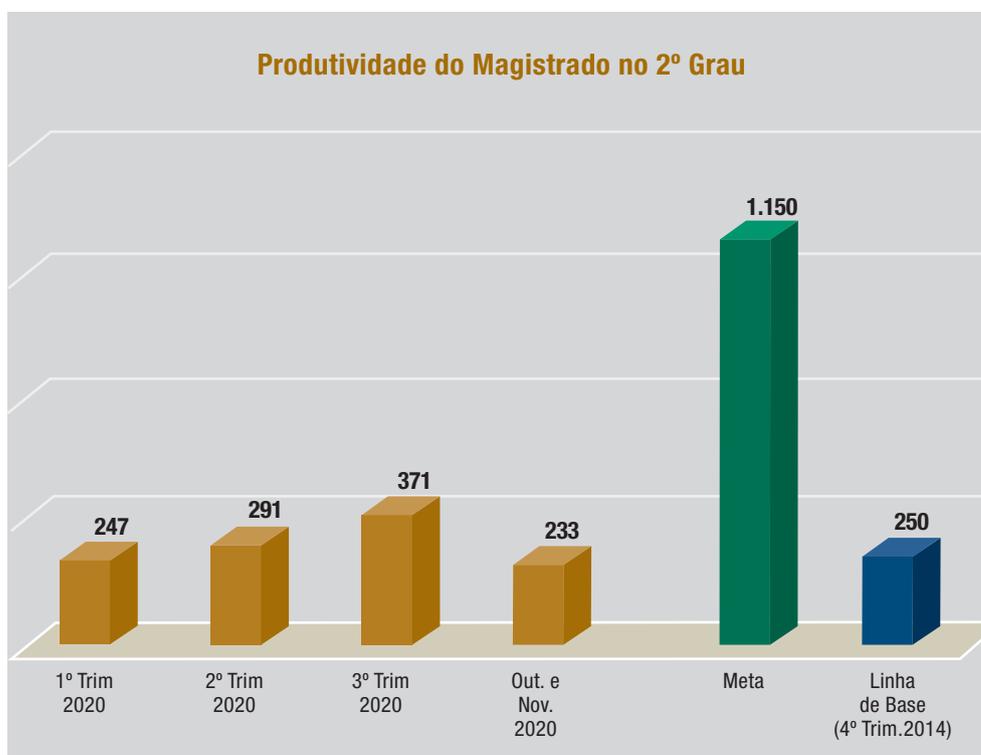
Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente foram proferidas 466,74% das sentenças necessárias para cumprimento da meta, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano. Meta ultrapassada! Consolidada a tendência de alta, a meta deverá ser reavaliada.



Produtividade do Magistrado no Segundo Grau

Meta 2020: 1150 decisões proferidas por cada Magistrado

EVOLUÇÃO DO INDICADOR	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	OUT/20 E NOV/20	TOTAL P/META
Decisões no 2º Grau	46.915	55.203	70.417	44.323	216.858
Total de Magistrados no 2º Grau	190	190	190	190	190
Produtividade do Magistrado no 2º Grau	247	291	371	233	1.141



Este indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada Desembargador no 2º grau. Com o total de decisões dos meses de outubro e novembro de 2020 (44.323), o ano de 2020, até o mês de novembro, fechou com 216.858 decisões proferidas. Sendo assim, temos uma produtividade média de 1.141 decisões por Magistrado, com possibilidade de alcance da meta ao finalizar o mês de dezembro de 2020.

Como este indicador é, efetivamente, a totalização ao final do ano, sua avaliação ainda não é possível. Atualmente, foram proferidas 99,25% das decisões necessárias para cumprimento da meta, restando 1.642 decisões, que será continuamente monitorada, mas só efetivamente avaliada ao final do ano. Meta em aferição.

Metas Nacionais do CNJ – até novembro/2020**Meta 1: 105,75%**

(Julgar mais processos de conhecimento do que distribuídos, excluídos suspensos e sobrestados)

Meta 2: 1º grau – 93,75% / 2º grau – 121,32% / JE e TR – 110,38%

(Julgar 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 1ºGrau; 80% dos distribuídos até 31/12/2017 no 2º Grau e 90% dos distribuídos até 31/12/2017 em Juizados e TR)

Meta 3: 107,74%

(Aumentar o Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior)

Meta 4: 1º grau – 80,59% / 2º grau – 138,29% / JECRIM – 120,21% / TR Crim. – 0%

(Julgar 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2017)

Meta 6: 1º grau – 84,82% / 2º grau – 98,47%

(Julgar 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º Grau e 80% das distribuídas até 31/12/2018 no 2º Grau)

Meta 8: 115,65% (Feminicídio); 72,29% (Violência Doméstica)

(Identificar e julgar, até 31/12/2020, 50% dos casos pendentes relacionados a feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019)

Meta 9: NI

(Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030)

Meta 12: NI

(Identificar e impulsionar, até 31/12/2020, os processos que versem sobre obras públicas paralisadas, especialmente creches e escolas, distribuídos de 31/12/2014 a 31/12/2019.)

Meta específica Justiça Estadual: 100%

(Implantar o processo eletrônico em 10% das Unidades com Competência Criminal)

GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

6. GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

PROMOÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A implementação de ações estruturadas para fomentar as melhores práticas de sustentabilidade, de responsabilidade social e de promoção da cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e faz parte dos valores institucionais do PJERJ.

O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE) apresenta as principais ações realizadas em 2020, sendo necessário frisar que a partir de 16/03/2020, os eventos presenciais foram suspensos em decorrência da pandemia da Covid-19¹, o que reduziu sensivelmente as ações planejadas para o período.

No entanto, algumas atividades foram realizadas virtualmente como forma de adaptação ao contexto atual, o que reafirma o compromisso do DEAPE em sua missão institucional.

PROJETO ESTRATÉGICO “IDENTIFICAR, REDUZIR E COMPENSAR A EMISSÃO DE CO₂ NO TJERJ”

O projeto, aprovado pela Comissão de Gestão Estratégica e Planejamento (COGEP), foi iniciado em 2019 para identificar as emissões de dióxido de carbono (CO₂) de forma a mitigar os impactos do lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera com consequente aquecimento global, por meio de práticas compensatórias, calculadas de acordo com o dimensionamento das quantidades de CO₂ geradas pelas atividades desenvolvidas pelo TJERJ. O projeto foi cancelado em 2020, por decisão da COGEP, nos termos do processo 2020-0602276, para reapresentação no próximo biênio.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PRESTAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS

De acordo com a Resolução CNJ 154/2012 e com o Ato Normativo TJ 1.453/2014, as verbas oriundas das prestações pecuniárias devem retornar à sociedade na forma de serviços e benefícios sociais ou em atividades de caráter essencial à segurança pública, à educação e à saúde.

De acordo com o Edital de Cadastramento Público 01/2018², das 148 instituições que se candidataram, 22 projetos foram aprovados (os quais receberão ao todo cerca de R\$ 2 milhões³) e 41 estão em fase de análise documental, sendo prevista a destinação de cerca de 3 milhões.

¹ Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 04/2020 –Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como disciplina a concessão de Regime de Teletrabalho Externo especial - RETE aos magistrados e servidores do PJERJ, nas situações excepcionais que menciona.

² Edital de Cadastramento Público nº 01/2018, publicado Diário Oficial em 01/10/2018, processo 2018-048657.

³ Proc. SEI 2020-0677577.

Impende mencionar que a fiscalização do uso dos recursos repassados às instituições aprovadas no primeiro edital⁴ foi realizada pelo DEAPE, tendo sido efetuadas 105 visitas entre 2019 e 2020.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

Formalização

As parcerias/convênios formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Órgãos Públicos constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar as ações de cunho social e ambiental. Nesse sentido, destacam-se as parcerias não onerosas celebradas, prorrogadas ou acompanhadas pelo Departamento na condição de fiscal, gestor ou órgão técnico.

Em 2020, foram acompanhados 30 ajustes, sem repasse de verbas, com caráter social, incluindo protocolos de intenção.

Ademais, o Departamento realizou o monitoramento de 111 acordos de cooperação e 127 convênios sem ônus, que têm por finalidade o encaminhamento, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, de beneficiários de pena ou medida alternativa para entidades e órgãos públicos, a fim de dar efetividade às penas e medidas aplicadas pelos Juízos Criminais.

Destaca-se, ainda, o acompanhamento dos Termos de Colaboração, cujos objetos foram a execução dos projetos de inclusão social: Pais Trabalhando, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Jovens Mensageiros, bem como a celebração de duas parcerias, visando a execução dos Projetos Começar de Novo e Justiça pelos Jovens.

Prestação de Contas das parcerias onerosas

Em atendimento ao disposto no Ato Normativo 06/2018, cabe ao órgão gestor da parceria promover a prestação de contas das parcerias realizadas com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), aferindo se o objeto foi executado conforme o plano de trabalho estabelecido, bem como a correta aplicação dos recursos transferidos pelo TJRJ. Nesse sentido, foram avaliadas 41 notas de débito, inclusive quanto aos aspectos de revisão salarial e uniformes, bem como analisados 43 processos de prestação de contas mensal, anual e finais dos Projetos Começar de Novo, Pais Trabalhando, Justiça pelos Jovens e Jovens Mensageiros.

⁴ Edital de Cadastramento Público, proc.2015-179971.

PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Programa Justiça Cidadã

O programa visa promover a inclusão social e o exercício de cidadania mais responsável, crítica e consciente. O objetivo é esclarecer o cidadão sobre seus direitos e deveres, por meio de ações educativas, bem como orientá-lo como proceder para recorrer ao Judiciário na defesa de seus interesses individuais e coletivos.

Convém ressaltar que, em razão da suspensão das atividades presenciais, a Justiça Cidadã promoveu lives no Instagram, de forma a continuar levando noções de cidadania ao público em geral, atingindo o quantitativo de 2858 visualizações aferidas nas datas das transmissões, sendo esse público ainda maior quando se considera que as lives ficam disponíveis na internet, possibilitando seu acesso a qualquer tempo.

Casamento Comunitário

O Casamento Comunitário faz parte das ações sociais desenvolvidas pelo DEAPE e tem por finalidade a regularização jurídica do estado civil de casais hipossuficientes, que já vivem maritalmente, para fins de proteção da família e ampliação das garantias dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários. Em setembro foi realizado, excepcionalmente, o casamento comunitário, na Igreja Lagoinha, em Niterói, beneficiando 66 pessoas.

Programa de Voluntariado

O Programa de Voluntariado alcança estudantes e aposentados da instituição que prestam serviços de forma espontânea e sem contraprestação pecuniária nas unidades do TJERJ, conforme Resolução do Órgão Especial 16/2018⁵ e rotina administrativa específica.

Visa estimular a consciência da responsabilidade social, da solidariedade, da cooperação e dos deveres cívicos e, no caso dos estudantes, promover o desenvolvimento profissional de estudantes.

Esse programa, contribui também para o desempenho das atividades operacionais em auxílio às unidades organizacionais, proporcionando também o aumento da produtividade nas serventias.

Atualmente, há 744 voluntários distribuídos nas 269 unidades de 1^a e 2^a instâncias⁶ da Comarca da Capital e do Interior do Estado para apoio às atividades.

Em razão da abrangência do Programa, está em construção o sistema corporativo que contemplará as fases de ingresso de voluntários, controle de documentação e de frequência, desligamento, emissão de certificados e demais relatórios que se fizerem necessários para a gestão do Programa.

⁵ Resolução OE 16/2018 – Institui o Regulamento do Serviço Voluntário Continuado no âmbito do PJERJ do Estado do RJ.

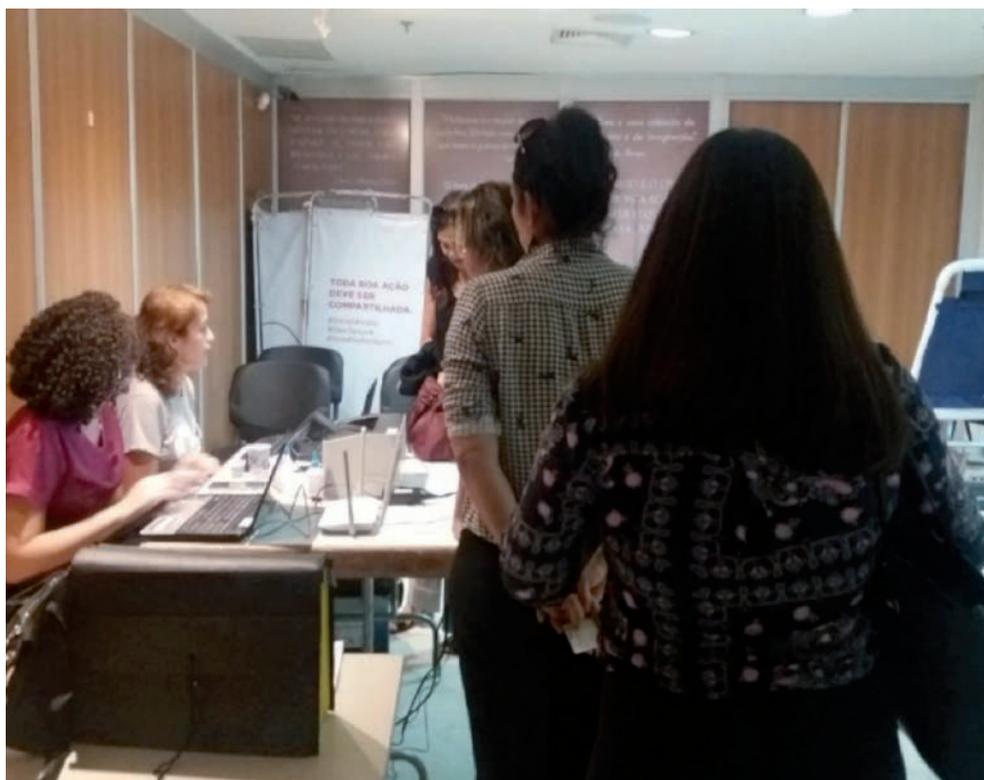
⁶ Dados extraídos em 06/01/2021.

Feira de Produtos Orgânicos e de Produtos Naturais do PJERJ

A cada 15 dias é realizada a feira orgânica, em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, no Fórum Central, com a exposição e comércio de produtos cultivados sem a utilização de agrotóxicos, o que ressalta o compromisso do Judiciário em fomentar práticas sustentáveis. Em 2020, foi realizada apenas uma edição do evento, tendo em vista a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia da Covid-19.

Campanha Institucional

A campanha de doação de sangue foi realizada no início do mês de março em parceria com o HEMORIO, tendo sido coletadas 82 bolsas de sangue. É salutar lembrar que, de acordo com a OMS, cada doação pode salvar até 4 vidas. Sob essa perspectiva, a iniciativa teria beneficiado 328 pessoas.



Funcionários e servidores aguardando as orientações para doação.

Projeto BEM-ME-QUER

O Projeto BEM-ME-QUER oferece aos Juízes das Varas de Família a alternativa de encaminhar as partes envolvidas em processos judiciais litigiosos para um encontro informativo e reflexivo sobre os conflitos relativos a guarda, convivência, alimentos dos filhos, maus-tratos, bem como dificuldades no exercício das funções parentais. Em janeiro e no início de março foram realizados eventos de forma presencial. Em razão da suspensão das atividades presenciais, devido à pandemia, as reuniões passaram a ser feitas virtualmente, de forma a dar continuidade ao projeto, tendo sido beneficiadas, ao todo, 119 pessoas.

Palestras sobre violência doméstica

O projeto Sementes da Paz busca oferecer aos docentes do Estado do RJ orientação sobre o tema Violência Doméstica, a partir de palestras e grupos reflexivos, objetivando o desenvolvimento de um olhar crítico e preventivo na educação dos alunos.

Destaca-se a ação realizada em parceria com a Escola de Governo da Prefeitura de Nova Iguaçu, com o tema “A paz a gente que faz, a paz começa comigo”, na Casa do Professor, voltado aos educadores da rede de ensino do município, dando continuidade ao trabalho de conscientização sobre o tema, iniciado em 2019.

Na Escola Municipal Tiradentes, a palestra foi ministrada pela Promotora Carla Araújo do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

As palestras ocorreram antes da suspensão dos eventos presenciais pelo TJ e alcançaram o público de 50 pessoas, entre educadores, orientadores, alunos, pais ou responsáveis.

GESTÃO AMBIENTAL

O DEAPE é responsável pelo acompanhamento das ações relativas ao Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme Res. CNJ 201/2015, além da propositura de projetos socioambientais. As informações sobre o consumo e o gasto de determinados materiais e serviços, decorrentes das atividades desenvolvidas pelo PJERJ, são enviadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para publicação no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário.

Merece destaque o reconhecimento pelo CNJ, no 4º Balanço Socioambiental/2020, do TJRJ como o tribunal de grande porte que desenvolveu o maior número de ações de capacitação socioambiental em 2019, sendo resultado das iniciativas de conscientização da adoção de práticas sustentáveis a fim de contribuir para o meio ambiente equilibrado no presente e para as gerações futuras. Em 2020, foram realizadas as seguintes ações:

- Live promovida pelo DIGAM, na rede social Instagram, com o tema “Sustentabilidade na Administração Pública”, em comemoração ao Dia do Meio Ambiente (05/06/2020), ministrada pela Juíza Admara Falante Schneider.
- Iluminação verde no Cristo Redentor em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, numa parceria entre o Santuário Cristo Redentor e o Tribunal de Justiça.

PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Os programas de inclusão social visam contribuir para uma sociedade mais justa e solidária por meio de ações cujo enfoque é a capacitação para o mercado de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social. As ações também são parte integrante do Plano de Logística Sustentável, que inclui a Responsabilidade Social como um de seus eixos temáticos e são detalhados a seguir:

- **Pais Trabalhando** – direcionados a pais e mães de família em vulnerabilidade e risco social. Os participantes atuam nas áreas de apoio às atividades operacionais, na jardinagem e na reciclagem de papel e papelão;
- **Jovens Mensageiros** – projeto destinado a jovens de 18 a 24 anos, de baixa renda, em sua primeira experiência profissional. Os jovens atuam no Serviço de Mensageria do TJERJ e, em 2020, realizaram a movimentação de 2.743.595⁷ correspondências, percentual abaixo da média dos anos anteriores, tendo em vista a situação de calamidade pública, bem como a adoção do processo administrativo eletrônico.
- **Projeto Justiça pelos Jovens** – O projeto visa oportunizar a empregabilidade a jovens de 16 a 24 anos em cumprimento de medida socioeducativa ou após sua extinção contribuindo para mudanças positivas de comportamento e de valores nas relações familiares e com a sociedade.
- **Começar de Novo** – A finalidade do projeto é promover a ressocialização e a inserção no mercado de trabalho formal de egressos do sistema penal ou de pessoas com condenação criminal em regime aberto, em cumprimento de medidas restritivas de direitos, possibilitando a reformulação de valores e paradigmas de vida por meio de ações educativas e de capacitação profissional.

⁷ Dados até dia 30/11/2020, fornecidos pelo Serviço de Mensageria e Malote (SEMG), da Diretoria Geral de Logística.

GESTÃO DE PESSOAS

7 GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria Geral de Gestão de Pessoas vem pautando sua atuação de acordo com sua Missão: Implementar ações integradas em gestão de pessoas visando ao desenvolvimento e à valorização pessoal e profissional, favorecendo o alcance dos objetivos institucionais.

Nos capítulos a seguir, serão listadas as principais realizações do período, bem como os resultados dos Indicadores e Projetos Estratégicos.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E DA CARREIRA DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

Projeto Estratégico: Ações Integradas de Saúde

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de ações com vistas à redução da incidência das cinco principais patologias causadoras de afastamentos de magistrados e servidores, bem como das cinco patologias predominantes nos exames periódicos.

Planejado para o período	Realizado no período
94%	63%

As entregas previstas no cronograma do Projeto Ações Integradas de Saúde sofreram forte impacto da pandemia, impedindo que o projeto tivesse evolução satisfatória em 2020. A seguir, a situação das principais ações planejadas:

- GINÁSTICA LABORAL: totalmente inviabilizada em razão da ausência de condições sanitárias no contexto pandêmico Covid-19
- ASSISTÊNCIA FISIOTERÁPICA: a sala foi montada e os equipamentos adquiridos, mas não houve condições sanitárias para o início das atividades
- DESAFIO 21: perdeu consistência e não recebeu implantação em razão do isolamento estratégico dos servidores pelo Ato Normativo 04
- AQUISIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA ÁREA DE SAÚDE: a entrega não foi disponibilizada porque dependia de recursos orçamentários que foram contingenciados pelo contexto pandêmico Covid-19
- EXAME PERIÓDICO: os exames médicos presenciais, periódicos inclusive, foram suspensos por determinação do Governo Federal através de edição da Medida Provisória 927 de 22/03/2020
- Antes dessa suspensão, o 1º Exame Médico Periódico do TJERJ atendeu 63% dos servidores elegíveis das Varas de Fazenda Pública do Fórum Central

APRIMORAMENTO DA CAPACITAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O projeto busca a capacitação de gestores das áreas jurisdicional e administrativa nas competências gerenciais definidas na Matriz de Competências Gerenciais do PJERJ.

Planejado para o período	Realizado no período
78%	78%

Os 22% restantes dizem respeito à finalização das turmas, etapa iniciada em fevereiro com término previsto para dezembro; preparação e realização do evento de entrega dos certificados, etapa com finalização prevista para janeiro de 2021.

Resultados no biênio (2019/2020)
122 turmas; 2.442 concluintes

APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

Projeto Estratégico: Implementação Novo Sistema GPES (Continuidade)

O objetivo desse projeto é elaborar um novo GPES, que é o sistema utilizado para registro das situações funcionais de magistrados, servidores e colaboradores do PJERJ.

O GPES receberá os bancos de dados dos atuais sistemas (SHM, SHFTJ, SHF, UNIV, JUI e Sis-Conciliador), que possuem tecnologia obsoleta que não permite automação das atividades.

Planejado para o período	Realizado no período
48%	21%

Não foi possível atingir as etapas planejadas no projeto para o biênio, principalmente em razão do término do contrato da fábrica de software e mudança parcial da equipe, ocorrida em 2019. Além disso, as etapas haviam sido planejadas para uma realidade anterior, com método de trabalho e dimensionamento da equipe da fábrica que foram modificados após essa nova contratação.

Apesar do percentual de implantação planejado não ter sido atingido, as equipes DGPES e DGTEC consideram o saldo extremamente positivo. Após um período inicial, os envolvidos se adaptaram à metodologia de entrega por SPRINT, e os módulos do sistema que foram desenvolvidos trouxeram excelente resultado à DGPES.

Para o próximo biênio, é imprescindível que o projeto seja novamente elevado à condição de estratégico, sendo necessário um planejamento realista para que metas adequadas e desafiadoras de implantação sejam buscadas.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Promoções por temporalidade

Com a edição da Lei Estadual nº 8.627, de 19 de novembro de 2019, os critérios de desenvolvimento funcional dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foram alterados. Com a vigência da lei, os servidores passarão a progredir na carreira a cada dois anos, sem necessidade de aguardar vacância nos padrões superiores.

Assim, os processos de trabalho foram adaptados, permitindo a implementação das novas regras. Houve publicação da Lista de Posicionamento de Servidores do Quadro Único de Pessoal desta Corte, em 15 de maio e em 31 de agosto/20, nos termos da nova Resolução 01/2020 do Conselho da Magistratura.

Em seguida, foi possível realizar a promoção/progressão automática dos servidores do Quadro Único deste PJERJ, publicando as listas referentes aos meses de janeiro a novembro/20, com o desenvolvimento de mais de 4.500 servidores nas carreiras.

Movimentação de servidores nas carreiras - 2019

Durante o ano de 2019, foram progredidos/promovidos 4.495 servidores, dentre os quais 2.791 Analistas Judiciários e 1.704 Técnicos de Atividade Judiciária.

Convocação de servidores

No biênio, foram publicadas oito convocações para provimento dos cargos efetivos. Conforme tabela a seguir, foram convocados 523 candidatos, tendo sido nomeados 410 deste total, conforme tabela abaixo.

Cargo	Nº de Convocados	Nº de Nomeados
TAJ	361	277
AJ - Execução de Mandados	62	52
AJ - Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso	2	1
AJ - Psicólogo	54	41
AJ - Assistente Social	44	39
TOTAL	523	410

Avaliação Especial de Desempenho

A implementação da Avaliação Especial de Desempenho - AED consistiu no objetivo da qualidade do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas para o biênio 2019-2020.

Cumprindo o plano de ação, o ano de 2019 englobou o planejamento e a disponibilização da primeira avaliação no PJERJ.

Em 2020, os processos de trabalho relativos à AED foram impactados em razão da pandemia da Covid-19. O curso AED passou a ser oferecido somente no módulo a distância (videoaula), como medida de prevenção ao contágio pelo coronavírus. Além disso, de março a maio, as avaliações foram suspensas, assim houve um atraso no cronograma das avaliações, o qual foi normalizado somente em agosto/2020.

No primeiro semestre, o indicador de servidores disponibilizados para avaliação atingiu 63,97%, ficando os remanescentes para serem avaliados no 2º semestre.

Na ocasião de apresentação deste relatório, o indicador anual de servidores disponibilizados para AED beirava o percentual de 72,15%. Espera-se que o indicador do ano feche em aproximadamente 100%, haja vista que a meta é disponibilizar os 100% dos servidores em período avaliatório, ressaltando os casos excepcionais.

Assim, fechando o ano de 2020, concluíram a videoaula 420 (quatrocentos e vinte) gestores e servidores. E foram avaliados 399 (trezentos e noventa e nove) servidores em estágio probatório.

Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)

Duas edições do Programa de Incentivo à Aposentadoria foram realizadas no biênio 2019/2020, trazendo economia aos cofres públicos ao evitar o pagamento de verbas como triênio e abono permanência.

Em 2019, o Programa foi realizado no período compreendido entre os meses de maio a julho, tendo adesão de 327 servidores.

Em 2020, os servidores puderam aderir entre agosto e dezembro, e havia cerca de 290 pedidos de aposentadoria até a data de fechamento deste relatório.

Reajuste de Benefícios

- Implementação de reajustes para os benefícios de servidores, conforme tabela a seguir:

Benefício	Percentual de Reajuste	Vigência
Auxílio-Refeição	4,9%	Maio/2019
Auxílio-Locomoção	5,88%	Janeiro/2019
Auxílio Creche/Educação	3,75%	Janeiro/2019

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES:

A ESAJ completou, em 30 de outubro de 2019, quarenta e cinco anos de existência, marcando a data com o lançamento de um selo comemorativo para ser usado em correspondências, materiais e outros documentos gerados pela escola.



Impacto da Covid-19 e adaptação dos processos da ESAJ

A ESAJ entrou em regime de trabalho de home office em 18 de março de 2020, cancelando e suspendendo todas as turmas presenciais. Passou a realizar um esforço no que poderíamos classificar como uma “virada de chave”, passando de uma oferta de ações de capacitação presenciais na quase totalidade para 100% de oferta de ações a distância. Todas as realizações listadas a seguir estão diretamente relacionadas a esse esforço.

Houve aprimoramento dos Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação, permitindo a “virada de chave” para a oferta de 100% de ações de capacitação na modalidade a distância:

- Adoção da ferramenta Microsoft Teams para veiculação de aulas e palestras síncronas ao vivo, sendo necessário para isso:
- Reuniões com equipes da DGTEC, Microsoft e empresa F1, contratada da Microsoft, para solução de etapas listadas a seguir;
- Adequação dos recursos da ferramenta para uso em aulas ao vivo;
- Integração da ferramenta à plataforma Moodle;
- Apuração de frequência, com integração ao Sistema de Controle de Cursos (SCC) a partir de relatório de participantes gerado pelo Teams;
- Treinamento de instrutores, funcionários e colaboradores da ESAJ para uso da ferramenta.
- Construção de solução de TI para integrar no Sistema de Controle de Cursos da ESAJ (SCC) os relatórios de frequência gerados em webinários da EMERJ e outros gerados em eventos externos reconhecidos como atividades de capacitação promovidos pelo Sindjustiça, DGCOM, Corregedoria Geral de Justiça e outras unidades.

Alteração do Escopo de Certificação e Reestruturação do Sistema de Gestão Certificado

O escopo da certificação ISO era restrito às ações de capacitação presenciais realizadas nas dependências da ESAJ. Em vista disso, e também da interrupção de todas as atividades relacionadas à certificação no PJERJ como um todo, foram interrompidas as atividades relacionadas a registros e controles do Sistema de Gestão da ESAJ.

As linhas de fluxo dos processos de trabalho presenciais, mapeadas e consolidadas, tendo seus pontos de checagem, serviram para a ordenação dos processos de trabalho de oferta de ações de capacitação a distância, tendo-se seguido as etapas subsequentes para mudança:

- Seleção de cursos externos reconhecidos previamente com atribuição de carga horária integral para os concluintes, priorizando-se os oferecidos por escolas de governo;
- Definição de novas modalidades de ações de capacitação, aulas e palestras ao vivo, e definição dos fluxos de trabalho para a oferta de turmas;
- Redefinição de atribuições entre as equipes;
- Treinamento das equipes;
- Oferta das novas modalidades de ações de capacitação a distância a partir de abril.

Publicada em 30/11/2020, para vigorar a partir de 07/12/2020, a revisão 9 da RAD-ESAJ-001 – Documento Estratégico da ESAJ contendo o novo escopo de certificação. O escopo de certificação da Escola de Administração Judiciária (ESAJ) compreende a operação integrada dos processos de trabalho referentes às ações de capacitação presenciais realizadas nas instalações da ESAJ e às ações de capacitação a distância.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES – SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES:

O Departamento de Saúde realizou, ao longo do ano de 2019, as seguintes ações de promoção de saúde e educação continuada:

Ações em parceria com a Amil:

- Campanha Preventiva de Vacinação contra a Gripe, entre os meses de abril e maio, em que cerca de 10 mil doses da vacina foram aplicadas;

- Palestras pela ESAJ, de setembro a novembro, abordando os seguintes temas: “Prevenção do Suicídio”, “Prevenção do Câncer de Mama” e “Saúde do Homem”, com 506 participantes;



Palestra realizada no auditório da CGJ

- Em comemoração ao dia do Servidor Público: palestra ministrada por Hortência Marcari, ex-jogadora de basquete, com o tema “Lições de vida: estratégia, valores e atitudes de uma campeã”, no dia 31/10/2019, com 157 participantes; e Corrida “Saúde e Bem-Estar”, no dia 08/12/2019, com 150 inscritos.



Ex-jogadora de basquete Hortência em palestra para servidores



Servidores participam de corrida no aterro do flamengo

- Inauguração do Espaço Amil Saúde, em 27/11/2019, com programas de prevenção de doenças e promoção de saúde através de acompanhamento integral, multidisciplinar, incluindo Médico de Família, com previsão de 2000 atendimentos ao ano.



Presidente do TJRJ participa da inauguração



Realização de Exame Médico Periódico do PJERJ:

Início do Primeiro Exame Médico Periódico do PJERJ, fazendo parte do projeto estratégico da DGPE; do Plano de Logística Sustentável da PJERJ (Iniciativa 3) e em atendimento à Resolução 207/2015, do CNJ. Sua primeira etapa ocorreu de 17/09/2019 à 17/10/2019, sendo atendidos 75 servidores dos 119 (63%) servidores elegíveis das Varas de Fazenda Pública. Juntamente com o exame médico, foi aplicado o Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART), cujo objetivo é fazer um diagnóstico sobre o contexto de trabalho, detectando ou não a existência de sofrimento psíquico na relação entre o sujeito e o entorno laboral.

Em fevereiro de 2020, quando o Departamento de Saúde planejava dar continuidade ao trabalho, o Brasil entrou no contexto pandêmico da Covid 19.



Servidora recebe certificado do primeiro exame médico periódico do PJERJ

Cultura Pró-ergonômica do PJERJ:

Em prosseguimento ao Projeto de Implantação de Cultura Pró-Ergonômica no PJERJ, em março e abril, o Departamento de Saúde realizou as seguintes ações:

- Revisão e confecção de nova apostila de Fundamentos de Ergonomia
- Workshop de Formação de Instrutores – oferecido a 11 servidores, síndicos de seus respectivos Nurs, capacitando-os a ministrarem o curso “Fundamentos de Ergonomia” no Interior.
- Realização de quatro cursos de Fundamentos de Ergonomia

Todas as ações tiveram como foco a inclusão e a ênfase na importância da Ergonomia Cognitiva e Organizacional no contexto da disseminação de boas práticas ergonômicas, ministradas pela psicóloga Amélia Cristina Alvarez.

Desde setembro, o DESAU está desenvolvendo, junto à 6ª Câmara Cível, projeto de avaliação ergonômica do trabalho. Nesse sentido, objetiva-se entender como os conhecimentos de ergonomia, em conjunto com a implantação da certificação, podem contribuir com melhorias na organização do trabalho de uma Câmara, cujos processos são predominantemente eletrônicos. Para isso, representante do DESAU tem participado de reuniões do Grupo de Trabalho de secretários das Câmaras Cíveis (GTCCIV), coordenado pela DGJUR e pelo DEGEP.

Departamento de Saúde em 2020 – Ações de enfrentamento à pandemia

Com o advento inesperado e urgente da pandemia de Covid-19, a DGPES, com a expertise de seu Departamento de Saúde, direcionou esforços na tomada das medidas imprescindíveis de enfrentamento e adequação do funcionamento institucional. Com a edição do Ato Normativo Nº 4, de 12/03/2020, o Departamento de Saúde assessorou a Administração na tomada das medidas adequadas para o enfrentamento da calamidade:

- Quarentena dos viajantes de risco
- Campanhas de divulgação das medidas protetivas
- Edição de Atos Normativos sequenciais contendo avaliações e ajustes resultantes da experiência progressiva com a evolução da pandemia
- Afastamento dos servidores incluídos no grupo de risco para o prognóstico
- Apoio às medidas de adaptação dos ambientes internos
- Assessoria ao Departamento de Patrimônio para aquisição de EPIs
- Desenvolvimento de recursos de teletrabalho
- Teleatendimento médico organizado
- Criação e desenvolvimento pelo Serviço de Saúde Ocupacional – SESOC – do programa de trabalho Monitoramento Ativo Covid 19, implantado no dia 16/03/2020, para assistir remotamente e orientar os servidores acometidos por Covid e seus contactantes. Esse procedimento de trabalho foi altamente significativo para subsidiar o retorno ao trabalho dos servidores e estagiários, com segurança biológica, segundo o critério clínico epidemiológico, validado pelo Ministério da Saúde.

- Até o momento deste relatório um volumoso quantitativo de servidores, comissionados, estagiários e magistrados – 870 – foi assistido pelo programa. Tal número continua crescendo exponencialmente em razão do recrudescimento da prevalência da virose;
- Palestra on-line da Dra. Danielle Borghi, médica infectologista do DESAU que falou sobre o coronavírus. Na ocasião do evento foram mais de 500 presentes na sala virtual, além dos que estavam assistindo pelo youtube.
- Desenvolvimento de novo protocolo de atendimento de urgência e emergência médicas para atender às restrições postas pela Pandemia de Covid-19, incluindo triagem da enfermagem: Adotado protocolo para atendimento dos usuários do DESAU, considerando os cuidados preventivos contra o coronavírus, com uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual);
- Desenvolvimento de novo protocolo de aquisição de insumos pelas limitações impostas ao mercado pela pandemia de Covid-19:

Planejamento através de estatísticas de consumo de aquisição de insumos em quantitativo suficiente para enfrentar a pandemia, incluindo ampla pesquisa de mercado, a fim de evitar aquisição superfaturada, considerando o cenário único vivenciado, sem, entretanto, correr o risco da falta de insumos necessários para atravessar o período pandêmico.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na área de Tecnologia da Informação, buscou-se neste biênio viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, objetivando contribuir para celeridade, eficiência e eficácia do PJERJ.

A Administração atual do PJERJ manteve os três objetivos estratégicos vinculados ao referido tema:

1. Aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI
2. Aprimoramento dos sistemas institucionais
3. Ampliação do acesso à tecnologia

Referente ao aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI, temos dois Projetos Estratégicos (PE):

1. Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)
2. Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC

No aprimoramento dos sistemas institucionais, temos quatro Projetos Estratégicos, totalizando assim seis Projetos Estratégicos no biênio 2019/2020:

1. Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)
2. Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe (continuidade)
3. Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos
4. Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (SEI) (continuidade)

Quanto à ampliação do acesso à tecnologia, observa-se que, aprimorando-se a infraestrutura e os sistemas institucionais, amplia-se o acesso à tecnologia.

Os Projetos Estratégicos e as atividades desenvolvidas pela Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), sob a coordenação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), buscam viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, e, assim, contribuir para celeridade, eficiência e eficácia da Instituição.

Dos seis Projetos Estratégicos acima relacionados, três foram concluídos no ano de 2020. São eles:

1. Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)
2. Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (SEI) (continuidade)
3. Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC

A seguir, os resultados referentes ao ano de 2020, em relação aos Projetos Estratégicos (PE):

PE AMPLIAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (CONTINUIDADE):

Em junho de 2020, foi finalizada a ampliação do Processo eletrônico judicial, com as implementações nas Varas Criminais do Estado, bem como, a competência Infância e Juventude na Capital. Atingindo assim, os 100,00% do Projeto. Principais benefícios alcançados com a implementação do projeto: facilitação na distribuição das ações, facilidade para os usuários das Centrais de Custódia na agilidade do recebimento dos flagrantes e do envio dos mesmos aos Juízos originários após o término da fase da custódia, além de melhorar o acesso pelos órgãos do MP, DP e Delegacias. As principais dificuldades enfrentadas pelo gerente do projeto na sua condução: os muitos atores envolvidos fora da organização, a necessidade de integração com a TI de outros órgãos que tinham seus próprios problemas de infraestrutura e prioridades, além da necessidade de integração com outros sistemas dentro do próprio Tribunal de Justiça com suas próprias prioridades.

PE ESTUDO PARA SOLUÇÃO DE CONTINGÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TIC:

Nos presentes estudos, dialogamos com provedores de serviços de nuvem e conhecemos a estratégia do CNJ para o PJe, com uso de nuvem do governo (Dataprev).

Consultamos analistas do Gartner e propusemos a elaboração de uma Análise de Impacto no Negócio (um trabalho que não se restringe a TI e um passo muito importante para elaboração de programas de continuidade de negócio e recuperação de desastres), de uma Estratégia para Computação em Nuvem (uma opção para a solução do problema, mas nem sempre aplicável) e de uma Análise das cargas de trabalho (determinar as aplicações elegíveis para serem migradas para Nuvem ou permanecer no data center local).

Como citado, uma Análise de Impacto no Negócio não é uma tarefa exclusiva nem de responsabilidade maior da TI. A despeito de ainda não ter sido realizada, permanece a recomendação para fazê-lo oportunamente.

Também não foi possível obter a avaliação das cargas de trabalho pelos responsáveis por sua criação ou manutenção. Todavia, com as informações registradas em sistemas da DGTEC, onde foi possível inferir o impacto causado pela eventual ausência de cada uma destas cargas, sugerimos algumas iniciativas a serem executadas.

O que se pretendeu aqui diante dessas lacunas foi propor soluções com o menor grau de dependência possível de alterações em sistemas legados.

Nesses termos, encaminhamos o relatório e as supracitadas iniciativas, que entendemos serem necessárias para viabilizar e implementar a almejada contingência. Dessa forma, damos por encerrados esses estudos, que foram apresentados ao CGTIC e aprovados.

1. Estudo para solução de armazenamento como contingência dos equipamentos atuais
2. Contratação de infraestrutura como serviço (IaaS)
3. Migrar o Banco de Dados Oracle para plataforma x86, on premises ou disponível como serviço
4. Migrar objetos do GED para mecanismos mais modernos e adaptar os sistemas
5. Contratação de serviço de colocation ou Nuvem Privada para contingência dos sistemas legados

PE IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) (CONTINUIDADE):

Projeto foi disponibilizado em produção a todas as Diretorias Gerais. Projeto finalizado no mês de outubro de 2020 (Ato Normativo TJ 19/2020). Principais benefícios alcançados com a implementação do projeto: maior agilidade, aumento da produtividade e melhor cumprimento de prazos. Principais dificuldades enfrentadas pelo gerente do projeto na sua condução: necessidade de integração com outros sistemas, dificuldade na priorização das integrações e na configuração do ambiente.

PE NOVO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO DE USUÁRIOS AOS SISTEMAS CORPORATIVOS:

Projeto ficou suspenso até que a nova fábrica de desenvolvimento fosse contratada, a partir de outubro/2019. Paralisação foi informada à Administração Superior e a demanda já foi priorizada junto à nova fábrica de desenvolvimento.

Em 2020, uma parte já foi implementada, conforme os itens abaixo:

- Para os perfis COTISTA, PENSIONISTA, EXTERNO, PESSOA JURÍDICA e APOSENTADO ao serem completados 180 dias sem acesso a qualquer sistema, os mesmos devem ser inativados;
- Para TODOS os perfis (com exceção dos listados acima), ao serem completados 95 dias sem acesso a qualquer sistema, os mesmos devem ser inativados;
- O login não será inativado se o usuário estiver cadastrado para acessar processos judiciais pelo cadastro presencial e seja parte de processos judiciais ativos.

No momento, estamos na fase de testes para a implementação das origens que têm como base o sistema GPES (funcionário, magistrado etc.), que atende a boa parte do projeto, abrangendo a mudança de lotação e a inativação dos logins.

Estimamos concluí-lo até o final do primeiro semestre de 2021.

PE ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO:

A substituição de microcomputadores nas serventias judiciais da Capital iniciada em 2019 foi prejudicada pela pandemia, mas ainda se encontra em andamento. Exemplos:

- Instalação de segundo monitor nas Varas e Juizados Criminais
- Instalação do segundo monitor nas unidades administrativas para utilização do Sistema SEI
- Substituição de scanners, aproveitando a troca dos microcomputadores

A substituição dos notebooks dos magistrados foi realizada, mas prossegue a fim de atender àqueles que ainda não tiveram o equipamento trocado

A aquisição e a instalação de computadores para desenvolvedores do PJE foram efetivadas, possibilitando melhor atuação no desenvolvimento do novo sistema

Dentro da atualização do Parque, também há projetos relacionados à infraestrutura, como:

- Aquisição de Switches CORE - finalizado 100% em junho de 2020, com a instalação do mesmo e entrada em operação em 22/06/2020. Contrato vigente
- Aquisição de Solução de Conectividade de Datacenter (SEI 20200618452) licitada em 20/02/2020. Início da prestação do serviço em 01/09/2020. Em fase de treinamento e em fase de importação para entrega de equipamento. Contrato Vigente
- Aquisição de 400 Switches de acesso (SEI 20200633803) Projeto autorizado pelo CGTIC para licitar, documentação técnica pronta e revisada, cálculo de valor expedido pela DGLOG. Em tramitação no DEPAM

PE IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE (CONTINUIDADE):

O planejamento do projeto de implantação do sistema PJe envolvia, fora as questões preliminares para garantir os recursos necessários ao projeto, as seguintes etapas principais:

1. A implantação do sistema PJe num piloto de Juizado Cível (o escolhido foi o JEC de Maricá, dezembro de 2019)
2. A expansão do PJe para todos os Juizados Cíveis
3. A implantação de um piloto do PJe na competência de Infância, Juventude e Idoso (parte cível). A vara escolhida para ser piloto foi a Vara de Infância, Juventude e Idoso de Duque de Caxias (junho de 2020)

4. A implantação de piloto do PJe na competência de Dívida Ativa

A etapa 1 foi cumprida plenamente, com a etapa piloto compreendendo de dezembro de 2019 a abril de 2020.

A etapa 2 foi cumprida parcialmente, com a implantação em 87 Juizados Cíveis. O cronograma de expansão foi temporariamente suspenso pela Presidência para que funcionalidades e integrações importantes fossem desenvolvidas antes de prosseguir com a implantação nos 40 Juizados Cíveis restantes.

A previsão de retomada da expansão da implantação nos Juizados Cíveis é o final de janeiro de 2021, com término estimado para o final de abril de 2021.

A etapa 3 foi cumprida plenamente. Além do piloto planejado para 2020, o projeto avançou mais do que o planejado anteriormente nessa competência e foi iniciada em novembro de 2020 a expansão do PJe na competência de Infância e Juventude - parte cível.

Em 30 Varas de Infância já foi implantado o PJE (situação até 14/12/2020).

A etapa 4 sofreu atrasos, pois o TJRJ começou a participar de um projeto nacional capitaneado pelo CNJ, que está desenvolvendo um fluxo nacional para a competência de Dívida Ativa.

A estimativa de implantação de um piloto da competência Dívida Ativa passou para o primeiro trimestre de 2021.

SISTEMA DE CONTROLE PROCESSUAL - GABINETE WEB

Projeto do biênio anterior, foi previsto para atender às duas instâncias com construção de aplicativo. Em maio/2019 seu desenvolvimento foi dividido entre três empresas.

A partir de outubro/2019, com a nova fábrica de desenvolvimento responsável pelas entregas de funcionalidades da primeira instância, o sistema foi melhorado e evoluiu, sendo liberado para os usuários em abril/2020(durante a pandemia), por ser um sistema web, para atender os gabinetes. Atualmente, o sistema está em funcionamento recebendo novas funcionalidades.

No início de dezembro/2020, o aplicativo para dispositivos móveis com Android foi disponibilizado na Play Store, enquanto a distribuição do aplicativo para iOS está em andamento na Apple, permitindo a assinatura digital de documentos eletrônicos sem necessidade do uso de tokens ou smartcards.

As funcionalidades na segunda instância estão 75% concluídas em produção, enquanto aguarda avaliação e aprovação para ser liberado aos usuários.

APRIMORAMENTO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS DE TI:

Aquisição e instalação de dois novos Switches Core de Rede (modelo Alcatel-Lucent OS9900) e aquisição de cinco novos Switches de data center (modelo Alcatel Lucent OS6900, em fase de projeto de instalação) visando melhor segmentação da rede de data center com confinamento de tráfegos maiores (leste-oeste) com redundância em um perímetro diferente do tráfego que para fora do data center (norte-sul) para a rede corporativa.

Aquisição de IPS, em fase final de habilitação da licitação, visando obter maior nível de segurança e desempenho na prevenção, identificação e detecção de ataques e comportamentos suspeitos no limite com a internet e Aquisição de 400 novos Switches de acesso para a troca de Switches antigos fabricante Nortel; documentação (ETP e TR, pesquisa de mercado prontos e revisados), mas ainda em fase da preparação da licitação, o que deve ocorrer no início de 2021. Ambos os processos de aquisição foram altamente impactados no andamento devido à crise provocada pela pandemia da Covid-19.

Implementações na Pandemia Covid-19:

Implementação de solução, com os recursos existentes, de acesso remoto via VPN Mobile a um universo de funcionários e colaboradores aos seus desktops de forma a permitir o trabalho e desempenho similar ao local. Dessa forma, foi possível se manter o acesso aos sistemas administrativos, tais como folha de pagamento, licitações etc.

Ampliação do licenciamento e da disponibilização de acesso aos sistemas corporativos cliente-servidor através da ferramenta SAR.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA DGTEC NO BIÊNIO 2019/2020:

- Adequação da infraestrutura de forma a viabilizar o teletrabalho devido à pandemia
- Adequação dos sistemas para implantação do RDAU durante a pandemia
- Implantação do sistema SEEU na VEP (Vara de Execuções Penais)
- Disponibilização do sistema SEI aos usuários externos
- Disponibilização de acesso ao teletrabalho para os servidores usuários dos sistemas Jurisdicionais através do acréscimo de 11.000 licenças de Serviço de Acesso Remoto – SAR
- Segue a evolução do quantitativo das licenças (registradas a partir de abril): Em 01/01/2020 eram 2.156. Em 01/04/2020, acrescentamos 4000 licenças totalizando 6.156 licenças. Em 01/06/2020, acrescentamos as 7000 licenças cedidas pela MS totalizando 13.156

- Como determinado pela Administração, foram distribuídas licenças para todos os serventários lotados em serventias judiciais de primeiro e segundo graus que acessam sistemas corporativos judiciais, conforme AVISO TJ nº 50/2020
- Acesso remoto aos sistemas administrativos, disponibilizando ferramenta e suporte a VPN (Virtual Private Network)
- Treinamento e divulgação, em conjunto com a Microsoft, através de palestras on-line ao público do PJERJ, dos aplicativos do Portal Office 365
- Suporte para uso das ferramentas Teams e Webex na realização de eventos, audiências e sessões por videoconferência
- Auxílio no registro na plataforma CNJ Cisco Webex para as Câmaras do TJRJ, treinamento para a realização das sessões de julgamento, suporte e acompanhamento das primeiras sessões dos Desembargadores
- Suporte e treinamento a Juízes no Webex Meetings com relação ao rito da audiência e demais ferramentas complementares, como OneDrive
- Atualização do sistema operacional dos servidores de distribuição (BDC), em andamento
- Suporte aos Centros de Mediação para utilização do CNJ Cisco Webex
- Conclusão da Migração do Windows 7 para o Windows 10 para todos os micros do TJRJ
- Implantação do Processo Eletrônico em toda a competência Criminal do Estado
- Implantação do Processo Eletrônico em toda a competência Infância e Juventude do Estado
- Sistema de Petição Inicial Eletrônica – Conselho Recursal (PIECRE). O Sistema PIECRE tem por objetivo viabilizar o ajuizamento eletrônico para as Turmas Recursais e está integrado ao sistema e-JUD. Esse sistema já está em produção no Novo Portal de Serviços, mas aguarda autorização da Administração Superior para dar acesso aos usuários.
- Cabe informar que o Novo Portal de Serviço já está sendo utilizado (piloto) por membros do MP, da DP, alguns advogados e Polícia Rodoviária Federal.
- Implantação do processo eletrônico no Plantão Judiciário
- Desenvolvimento da funcionalidade que permitiu o envio de petição eletrônica para processo físico

- Desenvolvimento da funcionalidade que possibilitou o envio das peças para virtualização dos processos por parte dos advogados
- Implantação de novo sistema para marcação de videoconferências em presídios
- Disponibilização do Novo Portal da CODIV – Coordenação Judiciária de Articulação das Varas com competência em Dívida Ativa
- Participação da Alteração do Sarqueamento (Provimentos 15 e 55 da CGJ)
- Implantação de distribuição processual automática na 1ª e na 2ª Vice-Presidências (sistema eJUD)
- Implantação da conclusão automática aos relatores após a distribuição dos processos (sistema eJUD)
- Integração com o Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP 2.0) na expedição de mandados de prisão, alvarás de soltura, contramandados e certidões de cumprimento de mandados (sistema eJUD)
- Disponibilização, nas páginas dos órgãos julgadores de segunda instância e nas das Turmas Recursais de links para as videoconferências das sessões de julgamento eletrônicas
- Implantação de sigilo e supersigilo no peticionamento inicial da segunda instância
- Implantação da Distribuição Eletrônica para a competência Criminal
- Implantação da Distribuição Eletrônica para a competência Infância e Juventude do Estado
- Implantação da Distribuição Eletrônica para o Plantão Eletrônico
- Implantação da Distribuição Eletrônica para o Plantão RDAU/Extraordinário
- Implantação do novo sistema de envio das peças para virtualização dos processos por parte dos advogados – Sistema para Envio de Arquivos – SISENVARQ
- Implantação de alteração do SISTCADPJ para possibilitar cadastro de empresas coligadas. Implantação do bloqueio de petições de empresas não cadastradas no SISTCADPJ
- Implantação do Piloto do processo eletrônico nos Cartórios da Justiça Itinerante a partir de 07/12/2020 (Ato Normativo Conjunto 41/2020)
- Instalação de webcam para suprir necessidade de reuniões e audiências virtuais

- Por fim, foi disponibilizado o sistema e-voto, que propiciou a realização da eleição da nova Administração do TJERJ relativa ao Biênio 2021/2022. Possibilitando assim, a votação de forma remota e on-line. Sistema permite ao Órgão Especial a elaboração da pauta de votação, descrevendo o objeto da votação, definindo suas características e opções de voto, bem como o gerenciamento da sessão e a execução dos procedimentos de finalização, garantindo a segurança e o sigilo dos dados

Principais funções do sistema:

1. Indicar para cada item da pauta se a votação é secreta ou não (votação secreta não permite identificar como o eleitor votou)
2. Indicar voto (candidatos ou alternativas) previamente, ou no momento da sessão
3. Informar o quórum: número mínimo de eleitores presentes para iniciar votação
4. Deverá ser informada relação de eleitores de cada sessão
5. O sistema deve mostrar relação de presença, quem votou, quem não votou e os ausentes
6. Configurar se o item da pauta permite voto nulo ou não
7. Não permitir votar mais de uma vez
8. Possibilidade de configurar a quantidade de escolhas por item da pauta (por exemplo, três candidatos para o caso de uma lista tríplice)
9. Antes de iniciar a votação, é possível emitir um relatório de comprovação de que não há nenhum voto na urna (zerésima), bem como a indicação se a votação é secreta ou não
10. Após encerrar a votação do item, será emitido ou disponibilizado o resultado da votação (se for secreta, somente os totais apurados para cada candidato ou opção; se não for secreta, o eleitor e o respectivo voto)
11. Uma votação pode ter mais de um escrutínio, reduzindo ou não o número de candidatos
12. Painel de gerenciamento/acompanhamento da sessão - “dashboard” para gerenciamento da sessão (ser projetado em telão do plenário)
13. O eleitor poderá votar os itens da pauta da sessão de forma simples através de um computador, tablet ou celular
14. Relatório de auditoria listando todos os eleitores cadastrados na sessão, itens da pauta e todos os seus atributos, data/hora de início e final de cada escrutínio, opções de voto, resultado apurado, eleitores presentes, ausentes, votantes, não votantes, voto de cada eleitor no caso de votação aberta

Acesso ao sistema por duas etapas:

1. Por meio de login e senha de acesso aos sistemas
2. Duplo fator de autenticação dentre as opções apresentadas: envio de código por e-mail; validação pelo Google Authenticator; certificação HSM; geração de senha provisória pelo administrador

PRINCIPAIS ENTREGAS DA ÁREA ADMINISTRATIVA NO BIÊNIO 2019/2020

Atividades realizadas nos sistemas de toda a área administrativa:

1. Integração dos Sistemas Administrativos com o SEI
2. ODP.NETM e Pacote Nuget - Adaptação dos sistemas para uso do componente ODP.NETM e das bibliotecas distribuídas pelo pacote NuGet do PJERJ
3. Implantação da esteira DEVOPS em ambiente de desenvolvimento. Em andamento, o ambiente de homologação, e, após, o de produção
4. API S3 - Novo repositório de documentos para os sistemas do TJ com interface para comunicação com o MinIO S3

Área de Gestão de Pessoas

- SDS - Sistema do Departamento de Saúde - Exame Periódico dos Servidores - Desenvolvimento de funcionalidade no Sistema SDS para controle e registro do Exame Periódico dos Servidores
- Recadastramento dos Servidores e Magistrados e Prova de Vida de Aposentados e Pensionistas pelo Bradesco
- UNIV - Alterações no Sistema de Controle de Estagiários para possibilitar o controle de suspensão dos estagiários em decorrência da pandemia
- GEAX x PJe - Integração do GEAX – Sistema de Controle de Juizes Leigos – com o PJe
- GPES x MAC - Integração do Sistema de Gestão de Pessoas com o Sistema de Controle de Serventias Extrajudiciais
- SCIM - Sistema de Concurso para o Ingresso na Magistratura
- VISADOC - Atualização tecnológica do Sistema Datavix, que armazena imagens das fichas funcionais e das serventias da época em que não existia sistema informatizado no TJERJ

- GPES - Cargo de Confiança: Implantação do módulo de controle dos cargos de confiança do TJERJ
- GPES - Cadastro de Férias em Lote de magistrados
- Controle de Parentesco para fins de verificação de nepotismo, em atendimento à resolução nº 7/2005 do CNJ
- Alteração do sistema de Auxílio Educação para atender às regras estabelecidas pelo Ato Normativo nº 11/2017 e possibilitar a comprovação de despesas
- Modificação do Sistema de Gestão de Pessoas - GPES para atender às novas regras de promoção e progressão de servidores (desenvolvimento funcional)

Área Financeira

- Sistema de Cobrança - Melhorias e correções de erros e cálculos. Como o Sistema de Cobrança é um antigo e defasado, foi estabelecida a estratégia de se corrigir os erros de cálculos (item acima), enquanto se desenvolve um Novo Sistema de Cobrança, descrito a seguir:
- SISCOB - Novo sistema de Cobrança

Módulo 1 - Cadastramento de processos de cobrança administrativa para débitos judiciais, débitos extrajudiciais e demais débitos – finalizado em julho/2020

Módulo 2 - Intimações de cobrança dos débitos judiciais e extrajudiciais - encontra-se em desenvolvimento, com previsão de término para março de 2021

Os módulos 3 - Emissão de GRERJs e parcelamento de débitos, 4 - Protesto Judicial e Extrajudicial e 5 - Emissão de Nota de Débito serão desenvolvidos em sequência

Já os módulos 6 - Consultas, Relatórios, Estatísticas e Indicadores de Desempenho e 7 - Processo administrativo de cobrança (árvore de processos) poderão ser paralelizados, dependendo da disponibilidade da área usuária para a definição dos requisitos

A previsão de entrega do SISCOB é até o fim de 2021.

- SOF - Sistema de Orçamento e Finanças - Disponibilizar novas contas correntes e a criação de remessa para novas contas cadastradas no sistema. Alterações necessárias decorrentes da implantação do Classificador de Despesas com o uso da nova versão da tabela de despesas definida pelo estado
- RAC - Sistema de Rateio de Custos - Realização das cargas dos anos 2017 e 2018

- SATI - Melhorias na consulta de custas de Dívida Ativa e no envio de guias compartilhadas. Criação de Relatórios (Guias Compartilhadas e Status) e Serviço no WS Externo para exibir os pagamentos para os municípios e melhorias no Relatório de Guias Pagas
- GRP - Implantação da primeira fase do GRP – Novo Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da DGPCF - Módulo Planejamento
- Portaria de Custas - Sistema para Publicação Anual da Portaria de Custas do TJRJ

EMERJ

- Avaliação de Aprendizagem - Upload da avaliação de aprendizagem para controle de entregas, registro, acompanhamento e unificação dos dados
- Pesquisa de Satisfação - Envio/resposta da pesquisa de satisfação a cada módulo para realizar estatísticas
- Artigo Científico - Melhoria no processo de trabalho de avaliação e controle dos Artigos Científicos de conclusão de curso
- Caso Concreto - Novas funcionalidades para controle e acompanhamento das respostas aos casos concretos referentes ao caderno de exercício para perfil aluno e assistente, seguindo regras e condições para assegurar um fluxo de processo interativo e automático, armazenamento de arquivos e registro das notas das avaliações
- Relatório Diário de Aula - Implementação no SIEM INTERNET para o perfil Assistente de Turma criar registros de Relatório Diário de Aula On-line para acesso e controle de aulas ministradas
- Provas On-line - Criação do módulo de Prova on-line para Provas Regulares, Segunda Chamada e Provas Finais, para os módulos matriculados, módulos avulsos e módulos pendentes com controle de tempo de duração, alunos, envios, registro de notas e médias calculadas automaticamente
- Sistema de Pós-Graduação da EMERJ com acessibilidade - Funcionalidades do sistema adaptadas para serem interpretadas pelos leitores de tela utilizados por pessoas com deficiência visual

Área de Logística

- Sistema Transportes WEB - Migração das principais funcionalidades do sistema desktop para web (Java). Evolução na interface, inovação tecnológica e demais melhorias

- Classificador de Despesas - Adaptação de seis sistemas para uso da nova versão da tabela de despesas definida pelo Estado
- Depreciação de Bens Imóveis - Mudança nas regras de depreciação de bens imóveis e produção de relatórios de Prestação de Contas ao TCE
- Placas Mercosul - Adaptação nos sistemas de transporte para placas Mercosul
- Padronização de nomes de máquinas - Adaptações no sistema EQUIPAMENTOS para criação de padrão de máquina de todos os locais
- Programação de entrega de notas do TJ - Adaptações/melhorias nas rotinas de programação entrega/recebimento, assegurando monitoramento e controle
- Relatórios CNJ - Criação de relatórios com foco em prestadores de serviços em contratos ativos geridos pela DICON
- Integração PJe x SISCOR - Adaptações no SISCOR para importar as guias de postagens criadas no PJe e demais melhorias. Impressão de etiquetas para as cartas físicas
- Licitações Covid-19 - Emergencial - Adaptações nos sistemas para contratações sem licitação no período de Covid-19
- Relatórios TCE - Mudanças de regras e impactos nos relatórios de prestação de contas ao TCE
- Pregão maior lance - Implementações sistema de licitações para realização de prego para serviço do tipo maior lance ou oferta
- Sistema de Materiais - Padronização das informações complementares às características técnicas dos materiais, objetivando reduzir ainda mais a margem de erros, bem como a omissão de informações necessárias à aquisição dos produtos
- Sistema de Inventário - Integração com sistema de patrimônio para notificação de agentes
- Reordenação de fases - Otimização das fases no processo licitatório
- Inventário Anual - Demandas emergenciais para atendimento aos preparativos para o inventário anual (arrolamento de bens, bloqueios etc.)
- Balancete Patrimonial - Manter a fotografia do balancete patrimonial gerado, levando em consideração que os balancetes são enviados ao TCE quando da prestação de contas e estes quando já gerados não podem sofrer alterações

- Aquisição de Software - Adaptação dos sistemas para aquisição e incorporação de software como bem permanente e refletir em balancete patrimonial
- Conta Vinculada - Criação de controle dos valores retidos a serem resgatados pelas empresas, pois anteriormente era realizado por meio de planilha em MS-Excel, e, devido à grande quantidade de informações que se acumulam a cada mês, o risco de cálculos equivocados aumentava
- IFS - Sistema da Engenharia – Implantação do portal de serviços da DGLOG e ampliação do número de licenças para atender à DGSEI

INFORMAÇÕES REFERENTES AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2020:

ESTAÇÕES DE TRABALHO: 27.107				
Processo eletrônico	1º Grau	2º Grau	Turma Recursal	TOTAL DE UNIDADES
Totalmente eletrônicas	22 (incluindo JE e TR)	05	-	807
Híbridas	749 (incluindo JE e TR)	31 (sem Conselho da Magistratura)	-	
TOTAL	765	36	06	Virtualização de processos: 95%

	Distribuição 1º e 2º Instâncias	Acervo 1ª Instância (sem Dívida Ativa)	Acervo 1ª Instância (com Dívida Ativa)	Acervo 2ª Instância (sem Conselho da Magistratura)
Processos físicos	8.554	1.160.931	2.546.163	8.350
Processos eletrônicos	171.675	2.551.582	5.408.455	140.925
TOTAL	180.229	3.712.513	7.954.618	149.275

ORÇAMENTO E FINANÇAS

9 ORÇAMENTO E FINANÇAS

APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO TJERJ

Política de Austeridade do Poder Judiciário:

- Despesa de Pessoal - Limite da Despesa - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Plano de Incentivo à Aposentadoria - PIA - Redução na Despesa de Pessoal - Continuidade
- Devolução ao Poder Judiciário - Novo acordo realizado em 2017- Empréstimo ao Governo do Estado do Rio de Janeiro de R\$ 400 milhões, realizado em dezembro de 2014, e demais passivos. Continuidade
- Necessidade de redução de despesas, contenção de gastos, contingenciamento. Continuidade
- Remuneração dos Depósitos Judiciais - Fonte de Recursos 230 - Taxa Selic-base de cálculos. Fixada em 2% em agosto de 2020

Gastos com Pessoal - Responsabilidade Fiscal

A Despesa Líquida com Pessoal Ativo do PJERJ apresentou uma queda de 0,70% na comparação do 2º com o 1º quadrimestre de 2020. Esse resultado demonstra que a despesa vem mantendo sua trajetória de declínio. Ademais, uma nova medida de contingenciamento da despesa com pessoal ativo foi adotada com a reabertura do prazo para adesão ao Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) dos servidores que haviam perdido o prazo inicial de adesão ao PIA permanente. Essa medida também vai ao encontro do controle da Despesa Líquida com Pessoal Ativo do PJERJ, e seus efeitos financeiros serão verificados na despesa correspondente aos próximos quadrimestres.

Cabe destacar que a despesa registrada no 2º quadrimestre de 2020 (vide quadro abaixo) é inferior à registrada no 3º quadrimestre do exercício de 2015, isto é, o PJERJ atualmente apresenta redução nominal em sua Despesa Líquida com Pessoal Ativo, quando comparada com uma despesa registrada à cinco anos. Isso se explica, principalmente, pela franca redução operada no quadro de servidores ativos do PJERJ, combinada com o fato de a última revisão salarial dos servidores ter sido realizada no exercício de 2014. Como principal realização da gestão em prol dos servidores, tem-se a implementação da progressão/promoção por temporalidade na carreira em substituição ao regime que vigorava anteriormente, após comprovação de sua viabilidade financeira em estudo detalhado e aprofundado, elaborado pela Assessoria Técnica da DGPCF, no qual foi feita uma simulação da evolução na carreira de cada um dos servidores integrantes do quadro e apurado o impacto financeiro correspondente à diferença entre a forma de progressão que existia e a que se objetivava implementar.

Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou uma queda de 1,82% no comparativo do 2º com o 1º quadrimestre de 2020, resultado que foi amplamente influenciado pela queda na arrecadação em função da pandemia da Covid-19. Importante ressaltar que a queda na Receita Corrente Líquida seria maior se não fosse o Auxílio Financeiro Extraordinário concedido pela União aos Estados em razão da pandemia. Ao se expurgar o auxílio da União, a Receita Corrente Líquida apresentaria uma queda de 4,91% comparando os quadrimestres executados. Entretanto, no cenário anual, o resultado se encontra dentro do estabelecido como meta para o ano de 2020, que é um resultado menor que 5,70% (Limite Prudencial - par. único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

No quadro abaixo, apresentamos a evolução dos últimos 12 meses da Receita Corrente Líquida, da Despesa Líquida com Pessoal Ativo e do percentual de gastos com pessoal do PJERJ nos dois quadrimestres do exercício de 2020:

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada – R\$	% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2020	58.853.336.336	2.813.232.781	4,78%
2º Quadrimestre 2020	57.779.995.122	2.793.667.655	4,84%
3º Quadrimestre 2020	N/D	N/D	N/D

Devolução ao Poder Judiciário - Empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro de R\$ 400 milhões (dezembro/2014) e demais passivos

O Poder Judiciário ajuizou, mediante a Ação Ordinária nº 2.173, proposta em janeiro de 2017 no Supremo Tribunal Federal (STF), que resultou no instrumento de transação com o Governo do Estado-RJ, viabilizando a devolução dos valores devidos ao Poder Judiciário, como o empréstimo realizado em 2014, no valor de R\$ 400 milhões (valores devolvidos em prestações mensais), devolução depósitos judiciais (Leis Complementares nº 147/2013 e 163/2015). Cabendo assinalar que as parcelas estão sendo repassadas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento - ERJ, conforme cronograma de desembolso iniciado em janeiro de 2018 e com prazo final em 2021.

GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA

O Orçamento autorizado para o exercício de 2020, Lei nº 8.731 de 24 de janeiro de 2020, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça em consonância com o Plano de Ação Governamental – Biênio 2019-2020, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2019, em conjunto com o Plano Estratégico do PJERJ, em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Assim sendo, a execução orçamentária do exercício 2020 está dividida em quatro unidades:

UO - Unidade Orçamentária -Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fontes 100 e 101 (Tesouro) e fonte 230 (recursos próprios - provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais):

Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2020					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
100	Despesas com Pessoal	3.404.462.001,00	3.404.462.001,00	2.552.742.617,27	2.552.734.178,26
	Custeio	179.340.105,00	179.340.105,00	110.869.957,60	110.869.957,60
	Total	3.583.802.106,00	3.583.802.106,00	2.663.612.574,87	2.663.604.135,86
Fonte de Recursos - FR 100 - Provenientes do Tesouro Estadual- atualizado até novembro/20					
Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2020					
101	Despesas com Pessoal	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-
	Custeio	-	-	-	-
	Total	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-
Fonte de Recursos - FR 101 - Provenientes do Tesouro Estadual-Atualizado até Nov/20					
Unidade Orçamentária - UO 03010 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2020					
230	Despesas com Pessoal	-	-	-	-
	Custeio	779.554.000,00	779.554.000,00	664.142.056,40	544.625.462,17
	Total	779.554.000,00	779.554.000,00	664.142.056,40	544.625.462,17
Fonte: SIAFE-RIO / nov 2020					
Fonte de Recursos - FR 230 - Recursos próprios provenientes do Contrato pela Administração dos recursos relativos aos Depósitos Judiciais					

UO - Fundo Especial do Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 232 (custas, taxas judiciais e extra-judiciais etc.).

Unidade Orçamentária - UO 03610 - Fundo Especial do TJERJ					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2020					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
232	Custeio	852.560.000,00	850.060.000,00	689.172.639,35	535.368.175,33
	Investimento	69.863.000,00	72.363.000,00	14.230.073,52	9.292.915,15
	Inversão	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-
	Total	923.423.000,00	923.423.000,00	703.402.712,87	544.661.090,48
Fonte : SIAFE-RIO / nov 2020					
Fonte de Recursos - FR 232 - Recursos próprios provenientes de Tributos					

UO - Fundo Especial da Escola da Magistratura - EMERJ, destinado às despesas com o seu funcionamento - Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária - UO 03620 - Fundo Especial da Escola da Magistratura - EMERJ					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
230	Custeio	10.794.000,00	10.794.000,00	8.268.516,33	5.662.236,47
	Investimento	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-
	Total	11.794.000,00	11.794.000,00	8.268.516,33	5.662.236,47

Fonte: SIAFE-RIO / nov 2020

UO - Fundo de Apoio aos Registradores - FUNARPEN, destinado ao ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais (Lei 6.281/2012) - Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária - UO 0363 - Fundo de Apoio aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - FUNARPEN					
EXECUÇÃO DA DESPESA - Exercício 2019					
FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
232	Custeio	49.398.000,00	49.398.000,00	45.281.500,00	35.161.008,06
	Total	49.398.000,00	49.398.000,00	45.281.500,00	35.161.008,06

Fonte: SIAFE-RIO. Atualizado até nov/2020 - DGPCF-DECON

DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (2017 A 2020):

As receitas do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ (exclusão da aplicação financeira), Fonte de Recursos-FR 232, no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019 obteve uma queda aproximada de -25% (mês de referência- novembro 2019 e nov 2020), decorrente não somente do Regime de Recuperação Fiscal, mas em razão da pandemia (Covid-19), com as restrições implementadas a partir de março de 2020 de restrição de circulação das pessoas, fechamento dos estabelecimentos comerciais e instituições públicas.

UG 036100 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232				
RECEITAS	2017		2018	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	879.266.379,00	1.017.487.694,10	862.533.000,00	878.425.601,16
Aplicações Financeiras	-	40.047.523,24	-	33.505.438,37
Capital	-	-	-	-
TOTAL	879.266.379,00	1.057.535.217,34	862.533.000,00	911.931.039,53
RECEITAS	2019		2020	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	886.578.000,00	992.879.344,06	923.423.000,00	673.225.248,88
Aplicações Financeiras	-	37.111.160,57	-	19.813.518,21
Capital	-	-	-	-
TOTAL	886.578.000,00	1.029.990.504,63	923.423.000,00	693.038.767,09

Fonte: DECON- Sistema SIAFE-RIO. Dados atualizados até novembro de 2020

No que se refere às receitas do Tribunal - Fonte de Recursos FR 230 (Recursos destinados para atender as despesas com auxílios saúde, alimentação etc., no ano de 2016, a receita (exclusão da aplicação financeira), recuou aproximadamente -19%, cabendo ainda acrescentar a continuidade no ano de 2020 das parcelas referente ao acordo STF (Ação Ordinária nº 2173). No exercício de 2020, as receitas da FR 230, apresentam até o momento um cenário restritivo em função da pandemia, que transformou o panorama macroeconômico mundial. Cabe acrescentar ainda a redução da taxa Selic* de 4,5% em dezembro de 2019 para 2% em agosto de 2020. Entretanto, somente com o fechamento total do exercício financeiro de 2020 será possível proceder uma análise mais concisa.

UG 030100- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 230				
RECEITAS	2017		2018	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	655.652.997,00	902.037.798,77	591.664.000,00	944.839.656,52
Aplicações Financeiras	-	43.942.052,91	-	43.304.165,62
Capital				
TOTAL	655.652.997,00	945.979.851,68	591.664.000,00	988.143.822,14
RECEITAS	2019		2020	
	PREVISÃO	REALIZADA	PREVISÃO	REALIZADA
Correntes	753.934.000,00	881.670.071,65	779.554.000,00	660.116.731,33
Aplicações Financeiras	-	56.863.545,61	-	26.210.174,19
Capital	-	-	-	-
TOTAL	753.934.000,00	938.533.617,26	779.554.000,00	686.326.905,52

Fonte: DECON- Sistema SIAFE-RIO. Dados atualizados até novembro de 2020

DAS DESPESAS A CARGO DO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA- FETJ (FONTE 232):

A experiência construída por essa assessoria na análise de economicidade, desde maio/2016, acerca dos processos de aquisição e de contratações de serviços, vem se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da Presidência visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.

Assim, dando prosseguimento na análise dos processos sob a ótica da economicidade, permanece a atuação colaborativa em reuniões para tratativas e ajustes nas metodologias, que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual, buscando maior aderência à realidade.

* A TAXA SELIC ESTÁ EM 2% AO ANO. ELA FOI DEFINIDA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2020 PELO COPOM, QUE DECIDIU ABAIXAR A TAXA DE 2,25% PARA 2% – E SE MANTEVE ASSIM ATÉ A ÚLTIMA REUNIÃO DO COPOM, EM 9 DE DEZEMBRO. FONTE : [HTTPS://WWW.GOOGLE.COM/SEARCH?Q=TAXA+SELEIC+DE+2020&RLZ=1C1GCEV_EN&OQ=TAXA+SELEIC+DE+2020&AQ=CHROME..69157J0113L7.11420J0J15&SOURCEID=CHROME&IE=UTF-8](https://www.google.com/search?q=TAXA+SELEIC+DE+2020&RLZ=1C1GCEV_EN&OQ=TAXA+SELEIC+DE+2020&AQ=CHROME..69157J0113L7.11420J0J15&SOURCEID=CHROME&IE=UTF-8)

Ressalte-se, que com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, publicado em 21/02/2019, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos efetuada por esta assessoria, no que se refere à economicidade, foram objetivamente respaldadas no âmbito institucional.

Em 2020, o impacto da pandemia da Covid-19 no processo de trabalho foi mitigado, uma vez que a maioria das análises foram efetivadas através do Sistema SEI, via home office, por meio de acesso VPN, medidas que otimizaram o trâmite processual.

DESPESAS DO FETJ – COMPARATIVO - ANO 2019 X 2020 (NOV):

As despesas efetuadas com os recursos do FETJ - fonte 232 - FETJ, de custeio e investimentos, no ano de 2020 (até novembro/2020), inferiores, aproximadamente em -13% dos gastos realizados no ano de 2019 (até nov/2019), repetindo assim, a contenção de despesa já praticada no período anterior (2018-2019). Podemos inferir que a continuidade das ações implementadas no ano de 2019, apresentando assim, um cenário de limitação de despesas, em especial com o surgimento da pandemia, fator preponderante de retenção de despesa e de decréscimo de receita no ano corrente. Saliente-se, conforme já mencionado, somente com o fechamento (conforme o Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro- SIAFE-RIO) do exercício financeiro do ano 2020, é que poderemos concretizar a tendência de redução das despesas.

UG 036100 - FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 232				
DESPESA LIQUIDADADA	2017	2018	2019	2020*
Pessoal / Encargos	-	-	-	-
Correntes	692.935.744,57	749.801.968,51	642.414.722,82	535.368.175,33
Capital	90.471.488,08	64.264.068,29	34.494.956,04	9.292.915,15
TOTAL	783.407.232,65	814.066.036,80	676.909.678,86	544.661.090,48

Fonte: DECON- Sistema SIAFE-RIO. * Dados atualizados até novembro de 2020

DESPESAS A CARGO DA FONTE DE RECURSOS 230 (RECURSOS PRÓPRIOS):

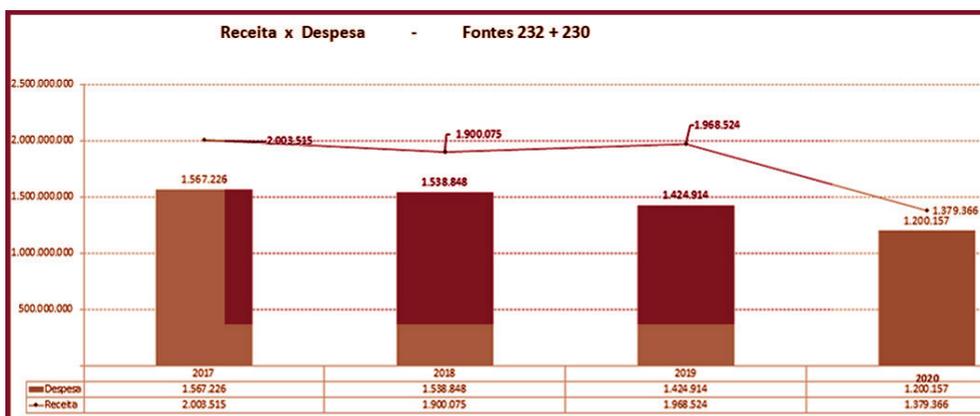
As despesas referentes aos auxílios de magistrados e servidores (saúde, alimentação, educação etc) têm como principal fonte de recursos a proveniente do contrato Depósitos Judiciais. Não obstante a despesa liquidada no ano de 2020 (até novembro), ser superior ao do exercício financeiro de 2019, replicamos que a análise do comportamento das despesas S.M.E. deverá ser concluída quando do encerramento do exercício financeiro de 2020. De qualquer forma, o controle e monitoramento na mencionada despesa, com base no grave quadro fiscal, deverá ser a linha mestre frente a qualquer espécie de reajuste de benefícios, condicionando esses encargos à prévia existência de lastro orçamentário e financeiro.

UG 030100 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FR 230				
DESPESA LIQUIDADADA	2017	2018	2019	2020*
Correntes	788.745.375,74	721.285.557,22	748.004.742,29	655.495.419,77
Capital	-	-	-	-
TOTAL	788.745.375,74	721.285.557,22	748.004.742,29	655.495.419,77

Fonte: DECON- Sistema SIAFE-RIO. * Dados atualizados até novembro de 2020.

DESPESAS FONTES 232 E 230 – COMPARATIVO RECEITA X DESPESA:

O Comparativo Receita x Despesa- Fontes 232 e 230, com base nos quadros alinhados anteriormente, exhibe de forma cristalina, no exercício financeiro de 2020, um cenário de contenção de despesas (PJERJ) e de grande retração da receita. No entanto, reprisamos que somente com os dados de dezembro de 2020 (SIAFE-Rio), poderemos obter o retrato pleno de contenção/redução de gastos, bem assim o total realizado de receitas, que, em função do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e da Covid 19, deverão confirmar o impacto na arrecadação nas respectivas despesas do PJERJ.



FONTE : Sistema SIAFE-RIO- Dados de 2020 -Atualizado até novembro de 2020

OUTRAS INICIATIVAS DE ARRECAÇÃO E INCREMENTOS DE RECEITAS

Nos ajustes celebrados com as instituições financeiras para administração dos depósitos judiciais, o PJERJ é remunerado com base na Taxa Selic incidente no valor mensal da Média de Saldo Diários (MSD). Ocorre que a sucessiva diminuição do valor da Selic, que, em dez/2019, chegou a 4,5% (Taxa Selic), implicou em novos cenários de alterações das remunerações mensais. No ano de 2020, a taxa Selic fechou, no mês de agosto de 2020, em 2%, o menor patamar histórico.

Com a venda da folha em 2017 (folha de pagamento de servidores e magistrados, arrecadação e pagamento de fornecedores) para o Banco Bradesco S.A., que apresentou a melhor proposta com o lance no valor total de R\$ 94.900.000,00, divididos em cinco parcelas anuais, sendo a primeira e a segunda recebidas em 2017 e 2018, no valor da 1ª parcela de R\$ 18.980.000,00. As demais parcelas foram sendo pagas nos anos subsequentes, com término previsto para 2021.

Durante o ano de 2020, face à Covid-19, restou prejudicada a realização da cobrança administrativa dos valores vertidos ao FETJ, havendo uma queda significativa de aproximadamente 72%, conforme quadro a seguir.

Valores recebidos através da realização da Cobrança Administrativa			
ANO	SECAE EXTRAJUDICIAL	SECOBJUDICIAL	TOTAL
2011	R\$ 852.890,40	R\$ 2.588.436,04	R\$ 3.441.326,44
2012	R\$ 989.427,40	R\$ 2.738.955,45	R\$ 3.728.382,85
2013	R\$ 812.099,37	R\$ 2.782.659,84	R\$ 3.594.759,21
2014	R\$ 1.103.061,22	R\$ 3.483.278,06	R\$ 4.586.339,28
2015	R\$ 1.204.094,12	R\$ 5.962.448,43	R\$ 7.166.542,55
2016	R\$ 1.324.334,10	R\$ 12.503.744,98	R\$ 13.828.079,08
2017	R\$ 1.447.608,95	R\$ 13.525.573,82	R\$ 14.973.182,77
2018	R\$ 2.734.345,83	R\$ 18.300.220,44	R\$ 21.034.566,27
2019	R\$ 2.765.381,54	R\$ 26.914.940,14	R\$ 29.680.321,68
2020*	R\$ 1.473.938,65	R\$ 7.112.362,92	R\$ 8.586.301,57
TOTAL	R\$ 14.707.181,58	R\$ 95.912.620,12	R\$ 110.619.801,70

Fonte: Departamento de Arrecadação - DGPCF-DEGAR
*Dados atualizados até novembro de 2020

Visando a efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas, quais sejam: o DARM, compartilhado com o Município do RJ; o DARJ, compartilhado com o Estado do RJ; um boleto bancário compartilhado com 44 Municípios; e a GRERJ, compartilhada com sete Municípios deste Estado, possibilitando uma significativa recuperação de receitas para o FETJ.

RECEITAS RECUPERADAS PROVENIENTES DA EXECUÇÃO FISCAL					
	2020 (jan a nov)	2019	2018	2017	2016
TOTAL	40.305.930,52	44.169.204,05	48.808.707,96	37.916.528,18	31.088.391,27
	2015	2014	2013	Total	
TOTAL	45.201.670,66	27.807.803,33	18.648.295,46	293.946.531,43	

Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com este TJERJ.
 FONTE : DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO - DGPCF-DEGAR
 * Dados atualizados até novembro de 2020

Desenvolvidas ações coordenadas com as demais unidades organizacionais, visando ao aprimoramento contínuo e permanente dos procedimentos relacionados às contratações celebradas por este Poder Judiciário, em especial no que diz respeito aos valores percebidos em razão de multas administrativas aplicadas em autos de procedimentos apuratórios por inexecução ou inadimplemento das obrigações contratuais, cumpre informar que, no biênio 2019-2020, houve um incremento na receita do Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ, considerando a data de 31/11/2020, da ordem de R\$ 3.826.274,88 (três milhões, oitocentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), o que significou, em relação ao biênio passado, uma variação positiva de 2,37%.

Oportuno ressaltar que, considerando o período de 2013 a 2020, o valor total de multas recebidas representa um percentual aproximado de 75%, em relação ao total de multas aplicadas. O quadro, abaixo, demonstra a evolução dos valores recebidos na conta do FETJ desde o ano de 2013, com significativo aumento do recebimento das multas pecuniárias no ano de 2015, a partir das alterações promovidas nas notificações encaminhadas às empresas sancionadas.

VALORES ARRECADADOS EM RAZÃO DE MULTAS APLICADAS					
BIÊNIOS 2013/2014 X 2015/2016 X 2017/2018 X 2019/2020					
Recebimento ou Compensação do Valor da Multa	2013 / 2014		2015 / 2016		Variação
		175.364,02		2.437.993,76	
* 2020 - Valores recebidos até novembro.					
2017 / 2018	2019 / 2020*		Variação	Acumulado 2013 a 2020	Variação Acumulada 2013 x 2020
3.737.811,55	3.826.274,88		2,37%	10.177.444,21	5703,61%

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL E OUTROS RESULTADOS

O projeto estratégico da DGPCF tem como norte a integração das ações de planejamento, controle e execução orçamentária, financeira e contábil. Após o devido mapeamento dos processos de trabalho e demais fases inerentes a um projeto estratégico, há a percepção clara de aprimorar a Governança Financeira e Orçamentária do PJERJ. Em 2019, foi iniciada execução do projeto estratégico da DGPCF (tendo como unidade interveniente a DGTEC) visando a implantação do Sistema de Gestão Fiscal – DGPCF, GRP- Government Resource Planning. Consiste em um Sistema de Gestão Integrado, envolvendo orçamento, planejamento, economicidade, contabilidade, financeiro, bem como o Sistema de Custos. Em razão da pandemia, o cronograma do projeto foi suspenso em março de 2020. Em agosto de 2020 foi retomado o projeto mediante reuniões remotas (via Teams). Entretanto, foi celebrado um novo aditivo ao contrato, em dezembro de 2020, revisando os prazos de entrega do novo sistema de Modernização Fiscal, projeto estratégico da DGPCF (proc. SEI 2020- 0648217).

SISTEMA DE COBRANÇA DO DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO - DEGAR

- O aprimoramento do Sistema (DEGAR) consistente na Sustentação e Projetos de Sistemas da área financeira - Processo TJ- SEI 2019-0602819. O contrato foi celebrado com a empresa SPASSU TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A, tendo como início de execução em outubro de 2019. Não obstante a pandemia, o projeto não foi paralisado.

RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS (RAC)

O novo Sistema de Gestão Fiscal –DGPCF,-GRP- Government Resource Planning contempla um módulo de custos, substituindo assim o Sistema de Custos-RAC da DGPCF. Em função da pandemia, o projeto foi realinhado com previsão de entrega para o ano de 2021, conforme estabelecido no proc SEI 2020-0648217). O trabalho foi retomado em agosto/20 via reuniões remotas com a empresa contratada.

DISPONIBILIDADES FINANCEIRA - PJERJ

O Estado do Rio de Janeiro-ERJ está sob o Plano de Recuperação Fiscal - LC nº 159/2017 (Dec. Estadual nº 45.692/16, e Lei Estadual nº 7.483/16), que reconheceu o estado de calamidade pública- crise financeira.

Com a continuidade das ações de austeridade e contenção de despesas ao longo do ano de 2020, bem como a crise financeira agravada como a pandemia, o PJERJ preservou os recursos financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo de disponibilidade financeira das fontes 230 (TJERJ) e 232 (FETJ). Cabendo acrescentar que os dados são parciais, portanto, sujeitos a novas alterações, tendo em vista que o exercício financeiro de 2020 deverá ser encerrado somente no início do mês de janeiro de 2020, pelo Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-RIO.

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS-PJERJ				
FONTES DE RECURSOS: 232 E 230	DISPONIBILIDADE TOTAL 2017 -R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2018-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2019-R\$	DISPONIBILIDADE TOTAL 2020-R\$
DESCRIÇÃO				
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.549,53	2.323.920,87	228.765,46	4.758.991,08
Aplicações Financeiras	930.923.446,53	1.173.642.299,97	1.754.440.951,03	1.953.973.781,48
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra	100.382,54	291.077,84	105.097,71	105.120,03
Total	931.205.378,60	1.176.257.298,68	1.754.774.814,20	1.958.837.892,59
Variação percentual anual 2017-2020:		26%	49%	12%
<i>FONTE: SIAFE-RIO- nov/2020.</i>				
<i>Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao PJERJ</i>				
<i>Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Convênio da Dívida Ativa</i>				

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NAI

O Núcleo de Auditoria Interna – NAI é uma unidade vinculada diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça e integra o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário Fluminense, estruturado internamente por meio do Ato Normativo TJ nº 04/2018 e previsto nos artigos 70 e seguintes da Constituição Federal, bem como nos artigos 122 e 129 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

A atuação da Auditoria Interna pode ser definida como atividade formal, documentada, independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, realizada a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, tendo por objetivo adicionar valor e melhorar as operações do PJERJ, com foco no futuro (ações preventivas), sem prejuízo da legalidade.

A mencionada avaliação consiste no exame objetivo da evidência obtida pelo auditor com o propósito de fornecer opinião ou conclusões independentes a respeito de operação, função, processo, projeto, sistema, processos de governança, gerenciamento de riscos, controles internos administrativos ou outro ponto relevante, podendo incluir trabalhos de auditoria financeira, operacional, de desempenho, de conformidade e de segurança de sistemas.

A consultoria, por sua vez, pode ser definida como atividade de aconselhamento, treinamento e serviços relacionados, sem que o fato caracterize exame de caso concreto, cuja natureza e escopo são acordados com o solicitante e se destinam a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, sem que o auditor interno assuma responsabilidade atrelada à gestão. Essa atividade não se confunde com as de assessoramento jurídico, que competem à Assessoria Jurídica.

Destarte, o NAI elabora o planejamento de suas ações considerando critérios de materialidade, risco, relevância e criticidade, além de solicitações oriundas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ ou do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ. O planejamento é registrado, aprovado pelo Desembargador Presidente e franqueado ao público através de dois principais documentos: o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), que tem abrangência quadrienal, e o Plano Anual de Auditoria (PAA), elaborado a cada exercício.

APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TJERJ

O Núcleo de Auditoria Interna desenvolve as suas atividades através da utilização dos seguintes métodos e abordagens: auditoria interna (conformidade ou operacional); inspeção administrativa; levantamento; vistoria; monitoramento; consultoria; e avaliação da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Essas ações são definidas e planejadas através da observação dos critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, levando-se em consideração, ainda, a força de trabalho disponível e as Ações Coordenadas pelo CNJ, e resultam em um Plano Anual de Auditoria submetido à aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça.

RESULTADOS ESTRATÉGICOS

Aprimoramento das Políticas de Controle Interno

O NAI atuou, de forma pedagógica, atuando preventivamente na disseminação de conhecimentos técnicos, utilizando-se de capacitações para agregar valor e aperfeiçoar os processos de trabalho das unidades organizacionais do PJERJ, com a colaboração da Escola de Administração Judiciária – ESAJ; tendo sido oferecidos os seguintes cursos:

- Orçamento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – público alvo: Chefes de Serventia

- Noções de Controle Interno – público alvo: todos os servidores efetivos. Em relação ao referido curso, cabe destacar que este Núcleo participou da elaboração de material pedagógico de apoio versando sobre a temática em tela
- Ferramentas da qualidade – público alvo: todos os servidores efetivos
- Gestão de Riscos (área jurisdicional) – público alvo: servidores da área judiciária
- Gestão de Riscos (área administrativa) – público alvo: servidores da área administrativa

Por fim, foi expedido informativo, por meio de correio eletrônico, endereçados aos servidores e aos órgãos vinculados à unidade gestora deste Tribunal de Justiça cuidando do tema Controle Interno e Gestão de Riscos no Contexto da Pandemia. (Anexo I).

De fato, a pandemia causada pela Covid 19 gerou um cenário atípico e lançou um grande desafio ao gestor, demandando profundas alterações de ações e procedimentos e, consequentemente, a instituição de novos controles internos, já que novas ações demandam novos controles.

Em razão da pandemia, o Núcleo de Auditoria Interna observou as orientações preconizadas pela Alta Administração e adotou medidas internas de modo a garantir a continuidade e a qualidade dos trabalhos em curso.

Nesse contexto, foram solicitadas concessões de licenças para acesso remoto aos sistemas de informática via VPN, bem como a utilização do Office 365 e dos softwares colaborativos daquela plataforma (Microsoft Teams, One Drive).

Registre-se, ainda, que, quanto à realização das auditorias, todos os encontros foram realizados por meio de videoconferência, atendendo ao previsto no Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ 25/2020, sendo enviado por e-mail, ou por processo eletrônico, o material que necessitasse ser respondido pelos auditados.

EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Objetivo: demonstrar a execução do PAA aprovado pela Presidência do TJERJ.

No PAA de 2020, atualizado e publicado no Diário Oficial Eletrônico - DJERJ, em 26 de novembro de 2019, foram previstas 17 (dezessete) ações/atividades para cada divisão específica, sendo essas ações/atividades divididas em 10 (dez) auditorias de conformidade, 2 (duas) ações/atividades de consultoria, 1 (uma) ação/atividade de monitoramento, 1 (uma) vistoria, e 3 (três) levantamentos.

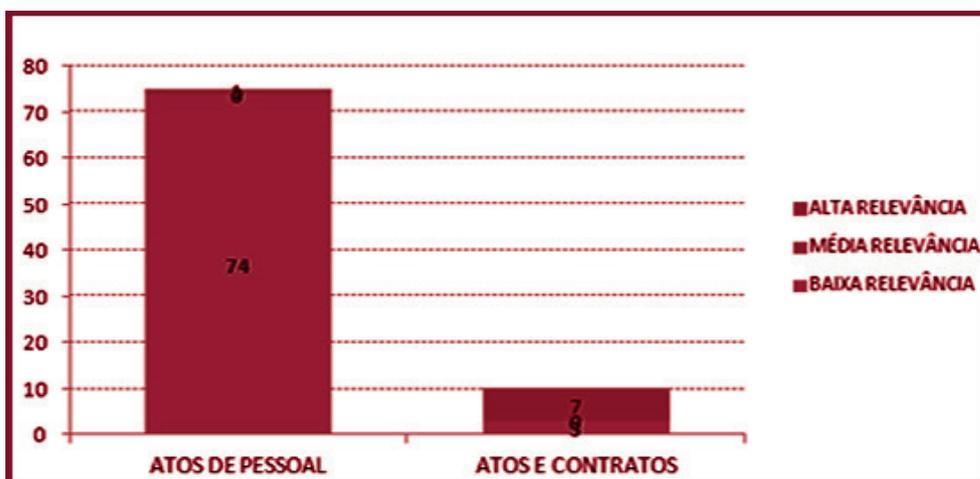
Cumprir informar que algumas ações/atividades são executadas sob demanda contínua pelo NAI, como as ações de monitoramento e acompanhamento da gestão. Por tal motivo, apesar de serem computadas no PAA como uma única ação/atividade, sua quantificação, ao final, se dará de acordo com o volume de trabalhos realizados.

O mesmo se aplica às consultorias realizadas pela Divisão de Estudos e Análises Técnicas (DITEC). Assim, apesar de constar no PAA uma ação de consultoria, sua quantificação se dará de acordo com o volume de trabalhos realizados.

GRAU DE RELEVÂNCIA DE DECISÕES PRELIMINARES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)

Objetivo: classificar as diligências externas do TCE-RJ segundo o grau de relevância para a Administração do TJERJ.

Relevância: BAIXA – pedido de documentos/informações, sem qualquer indicativo quanto a possível não conformidade do ato; MÉDIA – quando presente algum indicativo de não conformidade do ato; ALTA – quando apontada pelo TCE alguma inconformidade e quando se tratar de decisão pela Notificação ou Citação.



Atos de Pessoal - as 75 decisões do TCE encaminhadas ao TJERJ, no ano de 2020, foram assim classificadas:

- 01 de alta relevância - exigências na concessão de aposentadoria, tendo em vista os requisitos legais e constitucionais; apresentação de declarações da autoridade competente quando à licitude ou não da acumulação de cargos públicos declarada pelo servidor.
- 0 de média relevância - não houve decisão de média relevância no período.
- 74 de baixa relevância - diligências para solicitação de esclarecimentos referentes à incorporação de cargos comissionados; comprovação de forma de ingresso do servidor no cargo público.

Atos e Contratos - o TCE encaminhou 10 decisões ao TJERJ sobre este tema, no ano de 2020, sendo:

- 07 de alta relevância - Apresentação de justificativas quanto à relevância técnica dos serviços licitados; apresentação das composições analíticas de custo unitário ou documento circunstanciado referentes a serviços; comprovação de vantajosida-

de da contratação, inclusive junto ao contratado, a fim de comprovar que os preços praticados correspondem àqueles vigentes no mercado; exigências quanto a justificativas para a celebração de termo aditivo fora; decisão que determinou a análise da prestação de contas da parceria IBISS do período de 2005 a 2009 – gerou o processo SEI 2020.0652176 do prazo de vigência contratual;

- 0 de média relevância - não houve decisão de média relevância no período.
- 03 de baixa relevância - determinação para lançamento de dados dos Atos de Dispensa de Licitação no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS.

ANÁLISE DAS AÇÕES DE CONTROLE NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objetivo: demonstrar o alcance das análises realizadas em ações de controle sobre os contratos de obras e serviços de engenharia.

No exercício de 2020, o NAI realizou vistoria de garantia da readequação das serventias do 2º e 3º pavimentos do Embasamento e das Lâminas I e II, 4º e 5º pavimentos da Lâmina I e hall de elevadores do 6º pavimento da Lâmina I do Fórum Central, (Processo SEI 2020.0606685).

Ocorre que, devido à alteração do PAA/2020, realizada em virtude da necessidade da readequação das atividades da Divisão, considerando as limitações impostas pelos efeitos do trabalho remoto, regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto 25/2020, a referida atividade foi interrompida entre 01/04/2020 e 17/07/2020, período no qual foi substituída pelo Levantamento para conhecer as respostas fornecidas pela Administração Superior e as medidas de controle adotadas frente à Covid-19, em que a equipe do Serviço de Auditoria de Obras e Engenharia (SEAOS) atuou em conjunto com a equipe do Serviço de Auditoria Operacional (SEAOP), com término em 28/08/20.

Este Núcleo realizou auditoria para avaliar a eficácia dos controles internos no PJERJ aplicados aos contratos de serviços de manutenção de engenharia (Processo SEI 2020.0661717). A referida atividade foi postergada para o segundo semestre, conforme PAA atualizado, com início previsto para 31/08/20 e com previsão de término para 18/12/20. O trabalho encontra-se em fase de elaboração de Relatório.



Alcance das Ações de Controle na Área Administrativa

Objetivo: demonstrar quantas diretorias-gerais tiveram seus processos de trabalho impactados pelas atividades/ações de controle.

Considerando as ações previstas no PAA, atualizado e publicado no DJERJ de 26 de junho de 2020, as ações de controle do NAI alcançaram 100% das diretorias-gerais do TJERJ.

Prestações de Contas Encaminhadas ao TCE-RJ

Objetivo: demonstrar o resultado das análises das prestações de contas anuais de gestão - PCAs das unidades gestoras do TJERJ, Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - FUNARPEN, Fundo Especial da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - FE-EMERJ, do responsável por bens patrimoniais do TJERJ, dos responsáveis por bens em almoxarifado do TJERJ e FEEMERJ, dos tesoureiros das unidades gestoras do TJERJ, FETJ, FUNARPEN e FEEMERJ.

No ano em curso, este Núcleo de Auditoria Interna, em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, encaminhou à Egrégia Corte de Contas 01 (um) processo de PCA do ordenador de despesas do TJERJ. As demais PCA não foram selecionadas para envio. A PCA foi autuada sob o número Proc. SEI nº 2020/0645028 (ORDENADOR DE DESPESA TJ - REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS). A referida Prestação encontra-se em tramitação no TCE-RJ até a emissão deste relatório

Registre-se que as Divisões de Acompanhamento e Conformidade da Gestão (DIAGE) e de Auditoria de Finanças (DIAUF), em observância ao PAA 2020, avaliaram a PCA do TJERJ de 2019, com a elaboração de relatório conclusivo e certificação.



O NAI, em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 c/c Portaria SGE nº 10/2019, analisou, além do processo do ordenador de despesas do TJERJ, os processos relativos à relação de documentos dos bens em Almoxarifado, Patrimoniais e das Tesourarias, além das Prestações de Contas Anuais de Gestão - PCAs dos fundos especiais: FETJ, FEEMERJ e FUNARPEN. Considerando que os referidos processos não são de remessa obrigatória e não foram selecionados para envio à Corte de Contas, ficarão acautelados no TJERJ à disposição do TCE/RJ, conforme prazo determinado na referida Deliberação TCE-RJ, qual seja, 5 (cinco) anos.

AUDITORIAS

No ano de 2020, foram realizadas as ações previstas no PAA elaborado no exercício anterior correspondentes aos seguintes trabalhos:

DIVISÃO DE AUDITORIA OPERACIONAL E DE ENGENHARIA - DIAOP

- Vistoria de garantia da Readequação das serventias do 2º e 3º pavimentos do Embasamento e das Lâminas I e II, 4º e 5º pavimentos da Lâmina I e hall de elevadores do 6º pavimento da Lâmina I do Fórum Central (Processo SEI: 2020.0606685). Conforme justificativa apresentada no item 2.1.2.3, a atividade foi interrompida entre 01/04/2020 e 17/07/2020 devido à alteração do PAA/2020, realizada em virtude da necessidade da readequação das atividades da Divisão considerando as limitações impostas pelos efeitos do trabalho remoto regulamentado pelo Ato Normativo Conjunto 25/2020.
- Auditoria para avaliar a eficácia dos controles internos no PJERJ aplicados aos contratos de serviços de manutenção de engenharia. A referida atividade foi postergada para o segundo semestre e encontra-se em fase de elaboração de Relatório (Processo SEI: 2020.0661717).
- Auditoria operacional coordenada pelo CNJ para avaliar a acessibilidade de Tribunais e Conselhos, que já tinha iniciado a sua fase de Planejamento, foi adiada para o terceiro trimestre de 2020, e, posteriormente, oficialmente cancelada em 20/05/2020, em função da pandemia. O CNJ enviou nova programação para a execução dessa ação no período de julho a setembro de 2021.
- Levantamento para conhecer as respostas fornecidas pela Administração Superior e as medidas de controle adotadas frente à Covid-19 (Processo SEI: 2020.0653379). Atividade realizada dentro do período planejado, entre 20/07/20 e 14/12/20.
- Levantamento para conhecer o nível de maturidade da gestão de riscos no PJERJ (Processo SEI: 2020.0634449). Atividade realizada dentro do período planejado, entre 01/04/20 e 17/07/20.

No que se refere ao Levantamento para conhecer o nível de maturidade da gestão de riscos no PJERJ, com base nas informações apresentadas pelos auditados, verificou-se que nesse recente período de vigência da política de Gestão de Riscos no PJERJ, foi possível observar um ambiente organizacional voltado para a busca da melhoria nas práticas de gerenciamento de riscos e na proatividade da gestão. A partir dessa avaliação inicial, foi inserido no Plano Anual de Auditoria de 2021 a ação de auditoria na gestão de risco em unidades selecionadas a partir do resultado desse Levantamento da Maturidade da Gestão de Riscos no PJERJ.

DIVISÃO DE AUDITORIA DE FINANÇAS - DIAUF

Processo SEI nº 2020-0668953:

Levantamento para conhecer os controles internos relativos ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA da execução física e financeira das ações vinculadas aos programas da LOA. O processo teve início e conclusão no segundo semestre, apresentando oportunidades de melhoria em relação ao ambiente de controle institucional;

Processos de Prestação de Contas Anuais de Gestão:

- Processo SEI nº 2020-0645028: ORDENADOR DE DESPESA TJERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVA. Em tramitação no TCE-RJ (105125-0/20)
- Processo SEI nº 2020-0635001: GESTORES DO FEEMERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS
- Processo SEI nº 2020-0649454: GESTORES DO FUNARPEN. REGULARIDADE DAS CONTAS
- Processo SEI nº 2020-0646356: GESTORES DO FETJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVA

Processos de Avaliação da documentação e elementos (Deliberação TCE-RJ nº 278/17, Anexo VIII)

- Processo SEI nº 2020-0634960: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO DO FEEMERJ. Avaliação da documentação em CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017;
- Processo SEI nº 2020-0613700: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO TJERJ. Avaliação da documentação em CONFORMIDADE COM RESSALVAS com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017
- Processo SEI nº 2020-0639385: RESPONSÁVEL POR BENS PATRIMONIAIS DO TJERJ. CONFORMIDADE COM RESSALVAS com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017
- Processo SEI nº 2020-0641387: TESOUREIRO DO TJERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017
- Processo SEI nº 2020-0641804: TESOUREIRO DO FETJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017
- Processo SEI nº 2020-0634995: TESOUREIRO DO FEMERJ. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017
- Processo SEI nº 2020-0642264: TESOUREIRO DO FUNARPEN. CONFORMIDADE com o anexo VIII da Del. TCE/RJ nº 278/2017

DIVISÃO DE MONITORAMENTO DE AUDITORIA - DIMON

No ano de 2020, foram monitoradas 17 determinações presidenciais pela DIMON, com a implementação de 41,18% delas (07 determinações). Das recomendações remanescentes: 52,94% (09 determinações) encontram-se em fase de implementação e 5,88% (01 determinação) não foram implementadas pelas unidades auditadas. Dentre os monitoramentos realizados ao longo do ano, destacamos os monitoramentos das ressalvas oriundas das Prestações de Contas Anuais de Gestão do TJRJ e do FETJ, referentes aos exercícios de 2017 e 2018.



Em que pese a pandemia instaurada pelo vírus da Covid-19, a Divisão de Monitoramento de Auditoria (DIMON) manteve produtividade condizente com o histórico de entregas realizadas a partir de 2017, ano de sua criação, se considerarmos os 10 (dez) trabalhos de monitoramento concluídos, mais 03 (três) processos que se encontram em fase de finalização, com os relatórios elaborados já em revisão. O resultado apresentado demonstra que as equipes de monitoramento do Serviço de Monitoramento de Auditoria Operacional e de Engenharia (SEMON) e do Serviço de Monitoramento de Auditoria de Conformidade e Contas (SEMOA) adaptaram-se à realidade da nova forma de trabalho híbrida home office/presencial. Importante registrar que a DIMON está dando prosseguimento à digitalização de seu acervo de processos físicos, a medida que os trabalhos são selecionados para monitoramento.

Monitoramentos

A DIMON realizou o monitoramento de 10 (dez) processos de auditoria, relacionados a seguir, os quais foram concluídos com a apresentação de relatórios de monitoramento:

- Processo administrativo TJ nº 2019.600620: Vistoria técnica de medição na reforma das fachadas e substituição das esquadrias do Prédio das Secretarias da Comarca de Niterói
- Processo administrativo TJ nº 2011.260432: Auditoria na gestão patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJERJ
- Processo administrativo TJ nº 2018.91187: Prestação de contas anual de gestão – TJRJ – Exercício Financeiro de 2017
- Processo administrativo TJ nº 2018.55931: Prestação de contas anual de gestão – FETJ – Exercício Financeiro de 2017

- Processo administrativo TJ nº 2019.89234: Prestação de contas anual de gestão – TJRJ – Exercício Financeiro de 2018
- Processo administrativo TJ nº 2018.85133: Prestação de contas anual de gestão – FETJ – Exercício Financeiro de 2018
- Processo administrativo TJ nº 2015.8157: Inspeção Administrativa – Implementação do SCOL – Sistema de Controle de Órgãos e Localizações no PJERJ
- Processo administrativo TJ nº 2019.0610598: Auditoria coordenada pelo CNJ – avaliação da gestão documental
- Processo administrativo TJ nº 2019.616878: Vistoria técnica de garantia da complementação da construção do Fórum da Comarca de Angra do Reis
- Processo administrativo TJ nº 2019-602068: Levantamento para conhecer os controles internos do PJERJ aplicados aos contratos de serviços de manutenção de engenharia

TRABALHO INTEGRADO ENTRE SETORES ORIUNDOS DE DIFERENTES DIVISÕES DO NAI

- Atuação conjunta regular entre as equipes do NAI/DIAOP/SEAOS - Serviço de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia, da Divisão de Auditoria Operacional e de Engenharia e do NAI/DIMON/SEMON – Serviço de Monitoramento de Auditoria Operacional e de Engenharia, da Divisão de Monitoramento da Auditoria, na realização de vistorias de monitoramento para embasamento de relatórios de monitoramento de auditorias de engenharia
- Realização do monitoramento das ressalvas oriundas das prestações de contas anuais de gestão do TJERJ e do FETJ pela NAI/DIMON – Divisão de Monitoramento de Auditoria Operacional e de Engenharia em apoio à NAI/DIAUF – Divisão de Auditoria de Finanças.

Três monitoramentos encontram-se com relatórios em fase de revisão na DIMON, a saber: processo administrativo nº 2019.206268 (SEI nº 2020.677676) – Levantamento para conhecer os controles internos da gestão patrimonial e da gestão contábil dos bens imóveis do TJERJ; processo administrativo nº 2019.001498 – Auditoria para verificar achados identificados pelo CNJ em processos de contratação; e processo administrativo nº 2015.50969 – Auditoria para avaliação de controles internos da fiscalização de contratos de prestação de serviços do PJERJ. E três monitoramentos previstos para o exercício de 2020 serão inseridos no Plano Anual de Monitoramento para 2021: processo administrativo nº 2015.169084 – Levantamento dos convênios onerosos firmados com IBISS e o Lar Fabiano de Cristo – Formalização; processo administrativo nº 2015.170843 - Levantamento para conhecer e avaliar a etapa de fiscalização de convênios onerosos do IBISS e do Lar Fabiano de Cristo; e processo administrativo nº 2019-4362 – Levantamento para conhecer os controles exercidos nos processos de prestação de contas das parcerias e dos convênios com repasse de verbas do PJERJ.

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO (DIAGE)

A DIAGE, em observância ao PAA 2020, avaliou a PCA do TJERJ de 2019, elaborou o relatório conclusivo e procedeu a certificação conforme informado abaixo:

- Processo TJ nº 2020/0645028 - ORDENADOR DE DESPESA TJERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVA

Ressalta-se que, em atendimento ao disposto na deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 10/19, o TJERJ encaminhou à Corte de Contas apenas o processo do ordenador de despesas do TJERJ. As demais PCAs não foram selecionadas para envio, conforme informado no item 2.1.2.5

Também foram analisados pela DIAGE as PCAs do FETJ, FEEMERJ e FUNARPEM, referentes ao exercício de 2019, com emissão dos relatórios conclusivos e certificação conforme demonstrado abaixo:

- Processo TJ nº 2020-0635001: GESTORES DO FEMERJ. REGULARIDADE DAS CONTAS
- Processo TJ nº 2020-0649454: GESTORES DO FUNARPEN. REGULARIDADE DAS CONTAS
- Processo TJ nº 2020-0646356: GESTORES DO FETJ. REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS

Os processos referentes à Relação de Documentos dos Bens em Almoarifado e Permanentes, ano 2019, foram analisados pela DIAGE com emissão de relatório conclusivo. Segue resumo:

- Processo TJ nº 2020-0634960: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO DO FEMERJ. CONFORMIDADE
- Processo TJ nº 2020-0613700: RESPONSÁVEL POR BENS EM ALMOXARIFADO DO TJERJ. CONFORMIDADE COM RESSALVAS
- Processo TJ nº 2020-0639385: RESPONSÁVEL POR BENS PATRIMONIAIS DO TJERJ. CONFORMIDADE COM RESSALVAS

A Relação de Documentos referentes à Tesouraria, exercício 2019, também foram analisados com emissão de relatório conclusivo pela DIAGE, conforme informações a seguir:

- Processo TJ nº 2020-0641387: TESOUREIRO DO TJERJ. CONFORMIDADE
- Processo TJ nº 2020-0641804: TESOUREIRO DO FETJ. CONFORMIDADE
- Processo TJ nº 2020-0634995: TESOUREIRO DO FEMERJ. CONFORMIDADE
- Processo TJ nº 2019-0642264: TESOUREIRO DO FUNARPEN. CONFORMIDADE

DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISE TÉCNICAS (DITEC)

Consultorias realizadas, conforme PAA 2020:

- Processo administrativo SEI nº 2020-0622475: parecer acerca da análise sobre as respostas apresentadas pelo TCE-RJ à consulta formulada pelo TJ-RJ a respeito do processamento das Tomadas de Contas (Deliberação TCE-RJ nº 279/18), com formulação de propostas e confecção de minuta de ato para modificar o Ato Normativo TJ 13/2018, objetivando se adequar ao entendimento proferido pela Corte de Contas Estadual
- Processo administrativo SEI nº 2020-0626617: autuação e consultoria para tratar da Deliberação TCERJ 313/2020, que estabelece normas a serem observadas visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos fundamentados na Lei 13.979/2020 (medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19), cientificando às unidades interessadas do TJERJ, bem como foi efetuado o cadastramento de três servidores do DELFA no módulo próprio do sistema e-TCERJ, para darem cumprimento ao referido normativo
- Processo administrativo SEI nº 2020-0626643: autuação e consultoria objetivando analisar a Deliberação TCERJ 312/2020, que estabelece normas a serem observadas visando o controle e a fiscalização de determinados atos administrativos que especifica, e dar ciência às unidades interessadas, no âmbito do TJERJ
- Processo administrativo SEI nº 2020-0626777: autuação do processo e consultoria, analisando a Deliberação TCERJ 311/2020, que alterou as anteriores Deliberações TCERJ 264/2016, 265/2016, 277/2017, 278/2017 e 279/2017, cientificando também aos interessados, no âmbito do TJERJ
- Processo administrativo SEI nº 2020-0626817: autuação e consultoria com o intuito de examinar a Deliberação TCERJ 309/2020, que alterou o Regimento Interno da Corte de Contas, para aperfeiçoar as comunicações processuais, dando ciência, ainda, a todas as unidades do TJERJ interessadas
- Processo administrativo SEI nº 2020-0662343: autuação e consultoria com o intuito de analisar a Deliberação TCERJ 316/2020, que revogou dispositivos da Deliberação 248/2008 (trata do módulo “Término de Mandato” no SIGFIS), providenciando-se a ciência às unidades interessadas
- Processo administrativo SEI nº 2020-0686172: estudo, pesquisas e autuação do processo com a apresentação de propostas de alteração do Código de Ética do Núcleo de Auditoria Interna do PJERJ, tendo em vista as recentes Resoluções CNJ 308/2020 e 309/2020

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

Este Núcleo de Auditoria Interna elaborou proposta, ainda pendente de aprovação, de Manual de Prestação de Contas relativas às parcerias celebradas com as organizações da Sociedade Civil com o objetivo de facilitar, de forma clara e objetiva, a compreensão da harmonização das normas que disciplinam as parcerias firmadas entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como o aprimoramento da operacionalização das prestações de contas das parcerias entre OSC's firmadas com o TJERJ, viabilizando a plena e regular execução, em garantia da necessária transparência que deve reger tais relações (Processo SEI 2020.0682001).

Ademais, em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 309 do Conselho Nacional de Justiça, este Núcleo apresentou proposta de alteração do Código de Ética do Núcleo de Auditoria Interna, com a previsão das diretrizes éticas aplicáveis a servidores que exerçam atividade de auditoria, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, vinculando todos aqueles que prestem serviço ou desenvolvam qualquer atividade de natureza permanente, temporária ou excepcional, na unidade de auditoria interna deste TJERJ, objetivando contribuir para efetivar a missão da auditoria interna com fundamento em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais orientados segundo elevado padrão de conduta ética-profissional (Processo SEI 2020.0686172).

CONCLUSÃO

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria e/ou achados, além da atuação na atividade pedagógica e de consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas em atenção às normas vigentes.

ANEXO I – INFORMATIVO DO CONTROLE INTERNO



Controle Interno e Gestão de Riscos na pandemia

Você sabe o que é risco?
Risco é a possibilidade de ocorrência de um evento incerto causada por vulnerabilidade externa ou interna que possa impactar parcial ou totalmente no alcance dos objetivos.

Na gestão dos riscos buscam-se meios para que as incertezas não desviem os esforços da organização de seus objetivos. Se há objetivos, há riscos a serem gerenciados.
Vivemos um momento singular que nos impõe a prática do gerenciamento dos riscos, em todos os segmentos, profissional e pessoal.

Sabe qual é ?



A pandemia causada pelo COVID-19!!
Pois é, a pandemia gerou um cenário atípico e lançou um grande desafio ao gestor, demandando profundas alterações de ações e procedimentos e, conseqüentemente, a instituição de novos controles internos, já que novas ações demandam novos controles. O gerenciamento dos riscos constitui medida de controle interno que visa auxiliar na tomada de decisões e no alcance de objetivos.

Este Tribunal de Justiça, visando mitigar os riscos de contágio pelo Covid-19 vem adotando várias medidas, como:

- (a) controle de acesso aos prédios, com medição de temperatura e exigência do uso de máscaras de proteção facial;
- (b) distanciamento mínimo;
- (c) vedação de aglomeração;
- (d) higienização dos ambientes;
- (e) disponibilização de álcool em gel etc.

E você? Tem participado do gerenciamento de risco da sua unidade?



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Núcleo de Auditoria Interna - Edição 02 - Ano: 2020

ESTRUTURA PREDIAL E LOGÍSTICA

10. ESTRUTURA PREDIAL E LOGÍSTICA

A Diretoria-Geral de Logística (DGLOG) tem como missão prover e gerenciar de forma integrada, eficiente e eficaz, os recursos de logística para que as unidades organizacionais do PJERJ realizem a prestação jurisdicional. Apresentamos a seguir, de forma sucinta, as principais realizações alcançadas.

PROTOCOLO DE BIOSSEGURANÇA MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Em relação à logística no combate da pandemia da Covid-19, foram adotadas as seguintes medidas de protocolo de biossegurança:

- distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) – foram entregues mais de noventa mil máscaras reutilizáveis para servidores, estagiários, juízes leigos e magistrados (03 unidades por pessoa), a partir de junho, bem como cerca de 21.500 protetores faciais (Face Shields) para servidores, estagiários, juízes leigos, magistrados, agentes de segurança e recepcionistas, além dos disponíveis em espaços como salas de audiências das Varas Criminais e Tribunais do Júri. Ademais, foram fornecidas de mais de quarenta mil máscaras para réus presos no comparecimento às audiências e mais de seis mil e quinhentas luvas de procedimentos para serem usadas em revistas de réus presos pelos agentes da DGSEI;
- disponibilização de álcool em gel 70% para assepsia das mãos dos usuários internos e externos, bem como abastecimento dos dispensadores instalados e de sabonete líquido;
- abastecimento das salas de Audiência e de recepções dos fóruns com mais de mil e duzentos pulverizadores manuais e cerca de duzentos e oitenta termômetros;
- isolamento de assentos de longarinas, sofás e poltronas; da marcação de piso, com faixas para a demarcação do distanciamento social e da fixação de avisos informativos acerca do tema nas instalações do Poder Judiciário;
- implementação de um protocolo de limpeza reforçada, que é utilizado sempre que acionada em razão de suspeita ou confirmação de casos de Covid-19. Não obstante, o Serviço de Fiscalização de Limpeza (Capital, Regional e Interior), desde o início da pandemia, se esmerou na limpeza ordinária, adotando também diversos procedimentos de higienização e desinfecção, com especificidade, visando conter a disseminação da Covid-19;
- publicação regular de diversos informativos do DGLOG-EM FOCO, inclusive em edição especial, sobre cuidados e prevenções ao coronavírus, bem como os procedimentos corretos para o descarte das máscaras descartáveis e luvas.

LANÇAMENTO DO MANUAL DA DIREÇÃO DO FÓRUM

Destacamos o aprimoramento do Manual da Direção do Fórum, elaborado pelo Gabinete da DGLOG para orientar, de forma objetiva, os serventuários do PJERJ que atuam diretamente nas assessorias das Direções dos Fóruns do Interior, dos Fóruns Regionais e das Serventias Isoladas, na prática de atos e rotinas relativas aos procedimentos comuns administrativos.

ECONOMICIDADE

Foco na promoção de sustentabilidade e economicidade, com vistas a contratações de compras, serviços, obras etc, valendo destacar que conforme relatório extraído do Painel de Preços, (paineldeprecos.planejamento.gov.br), verifica-se que o valor de compra das máscaras faciais adquiridas pelo PJERJ, em maio do ano corrente, no valor de R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) foi menor do que o de todas as compras registradas para a Região Sudeste no período (abril e maio/2020), cujos preços variaram entre R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos) e R\$ 9,00 (nove reais). A seguir, outras ações de destaque:

- renegociação dos contratos de locação do PJERJ, que resultaram em uma economia total de R\$ 260.524,45;
- reduções nas estimativas de custos dos novos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a aplicação de alíquotas estimativas mais baixas nas planilhas de composição de custos desde meados do ano corrente, alcançando economia total de R\$ 349.882,44;
- economia aproximada total de R\$ 5.898.375,72, com as revisões dos contratos de prestação de serviços;
- realização de ações direcionadas à reutilização de bens permanentes, alcançando o percentual de 41% de bens redistribuídos, o que retrata a racionalização de recursos e o atendimento à sustentabilidade;
- quanto aos materiais de consumo, redução dos gastos com as aquisições de papel A4, após a publicação do aviso TJ nº 87/2019, em 25/10/2019, que resultou na redução do perfil de consumo das unidades de todo o PJERJ;
- aquisições de cartuchos de toners e cilindros remanufaturados o que contribuiu significativamente para que se alcançasse uma economia de aproximadamente 51% no custo total dos materiais de consumo, em comparação ao exercício de 2019;
- implementação do sistema de telemetria, que viabiliza o recebimento de informações relativas ao uso dos veículos oficiais de serviço, importantes para o controle, fiscalização e aprimoramento da gestão da frota do TJRJ;

- aquisição de equipamentos para a oficina mecânica, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar os serviços de manutenção realizados pela oficina do TJERJ e, conseqüentemente, reduzir os custos com a manutenção dos veículos em oficinas externas;
- realização de leilão de veículos considerados antieconômicos e de pneus inservíveis, totalizando uma receita de R\$ 329.040,00 para o Fundo Especial do TJERJ.

E-CARTA

Atendendo ao Projeto Estratégico do Poder Judiciário, foi implementado o E-CARTA, que consiste em uma nova modalidade de processamento das comunicações judiciais com o envio de correspondências como citações e intimações, por meio eletrônico. Vale observar que os ganhos auferidos com o contrato recém-formalizado não se restringem aos custos operacionais, destacando-se os seguintes benefícios abaixo relacionados:

- Baixa do acervo com redução da taxa de congestionamento;
- Aumento na arrecadação do FETJ e do ente Público exequente (Município ou ERJ);
- Efetividade na cobrança;
- Celeridade no andamento processual;
- Garantia da razoável duração do processo e efetividade da atividade judicial;
- Contribuição para a redução dos custos da atividade judicial em geral;
- Redução de custos operacionais;
- Redução de material de consumo (papel, toner, formulários);
- Economia da vida útil de equipamentos como computadores, impressoras e máquinas de xerox;
- Redução considerável de processos de trabalho;
- Redução de custos com pessoal/recursos humanos – servidores;
- Promoção da sustentabilidade.

PROJETOS E OBRAS CONCLUÍDAS

Gerenciamento de cerca de 60 grandes projetos em relação à área de engenharia, ao longo deste biênio, onde destacam-se as seguintes obras concluídas:

- Reforma do Gabinete da Presidência do PJERJ: substituição do piso e dos painéis e modernização da iluminação;
- Substituição do forro do Salão Nobre, no 10º pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central;
- Reforma das fachadas e substituição das esquadrias do prédio das Secretarias da Comarca de Niterói;
- Reforma e recuperação de fachada e marquise do prédio do Fórum da Comarca de Volta Redonda;
- Construção da Central de Cumprimento de Mandados e ampliação do Centro Integrado de Videoconferência, no Complexo Penitenciário de Gericinó;
- Reforma do sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Barra Mansa;
- Modernização dos Sistemas de Ar-Condicionado no Fórum de Cabo Frio, no Fórum Regional da Região Oceânica, na Comarca de Niterói, e na Lâmina III pertencente ao Complexo do Fórum Central;
- Ampliação da Central de Audiência de Custódia no Presídio José Frederico Marques (Cadeia Pública José Frederico Marques e o Batalhão Especial Prisional – BEP), em Benfica;
- Reformas do Órgão Especial no 10º pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central;
- Reforma do Hall de Elevadores da Lâmina I do Complexo do Fórum Central;
- Galeria dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no 10º pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central;
- Galeria dos Corregedores da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no 8º pavimento da Lâmina I do Complexo do Fórum Central;
- Conclusão da obra de Readequação do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça.
- Construção de nova área para a Divisão de Expedientes da DGLOG
- Reforma dos elevadores das Lâminas I e II do Complexo do Fórum Central;



- Contratação de Serviços de Engenharia Especializada em Manutenção, Conservação e Instalação de Sistemas Fixos de Proteção e Combate a Incêndio de cerca de 100 Fóruns;
- Projeto de instalação e execução da obra para instalação da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas – VEPEMA
- Retrofit civil, elétrico e lógico do prédio do Fórum da Barra da Tijuca
- Recuperação das fachadas do prédio do Fórum de Teresópolis – obra iniciada em junho/2020
- Gradeamento das janelas e portas do 1º pavimento do prédio do Fórum de Nova Friburgo – projeto em análise de execução pela Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia, DEENG/DIMAN

Em termos de manutenção preventiva e corretiva, foram executadas cerca de 142 mil Ordens de Serviço (OS). Visando a melhoria contínua, foi implantado o **Portal de Serviços Operacionais de Logística**, na intranet do PJERJ, que permite a consulta pública das ordens de serviços abertas através da Central de Atendimento da DGLOG. Esse Portal possibilita acesso, acompanhamento e controle das Ordens de Serviço abertas pelos Síndicos da totalidade dos Fóruns do PJERJ.



LICITAÇÕES

Elaboração e publicação de 197 atos convocatórios e 1287 termos de ajustes, além de 262 penalidades atinentes à apuração de faltas contratuais, adaptando a forma de punição, em 2020, ao impacto econômico, gerado pela Covid-19.

Por fim, no tocante à área de licitações, atualmente, na página inicial da intranet, é possível consultar todas as compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a identificação de processos, objetos, valores e empresas contratadas. A medida adotada tem por escopo propiciar maior transparência às compras do TJERJ, bem como efetivar a prestação de contas dos valores dispendidos nessas contratações.

SEGURANÇA

11. SEGURANÇA

DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

MISSÃO

Prover segurança e tranquilidade para todas as pessoas envolvidas na prestação jurisdicional.

VISÃO

Ser uma equipe de provimento dos serviços de segurança judicial reconhecida por sua excelência.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SEGURANÇA EM TELEFONIA/DETEL

Redução de Custos

Telefonia Fixa – Tendo em vista os baixos valores de tarifas de telefonia fixa obtidos em licitação realizada pelo Ministério do Planejamento para prestação do serviço de telefonia fixa com troncos digitais em âmbito nacional, foi realizada adesão à Ata de Registro de Preços dessa licitação, contratando com a empresa Claro vencedora do atendimento para o Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, por limitação de quantitativo determinada na Ata de Registro de Preços e das localidades atendidas pela empresa Claro, foram incluídas na adesão 50 unidades do TJRJ dotadas de centrais telefônicas, permanecendo as demais 58 unidades atendidas pela empresa Oi/Telemar, por contrato existente.

A nova contratação representou uma redução total de 60,9% nos custos com telefonia fixa.

INDICADOR	TJ 2019	OUT 2020	PREVISTO 2020	REDUÇÃO R\$	REDUÇÃO %
Total Telefonia fixa	R\$ 2.339.663,86	R\$ 762.753,58	R\$ 915.304,30	R\$ 1.424.359,56	60,9%

Telefonia Móvel – Em maio 2019, não foi renovado o contrato com a empresa TIM para prestação de serviço de telefonia móvel para a Administração tendo suas linhas migradas para o contrato da empresa Claro, justificado por apresentar tarifas inferiores ao contrato da TIM. O valor total despendido com telefonia móvel em 2020 se apresenta 6,4% inferior ao valor despendido em 2019.

INDICADOR	TJ 2019	OUT 2020	PREVISTO 2020	REDUÇÃO R\$	REDUÇÃO %
Total Telefonia móvel	R\$ 508.443,23	R\$ 396.587,31	R\$ 475.904,77	R\$ 32.538,46	6,4%

Situação em Dezembro 2020

DESCRIÇÃO	QUANT.	OBS.
Unidades atendidas em endereços distintos	142	
Unidades dotadas com centrais telefônicas	115	
Unidades dotadas com centrais telefônicas com tarifação e programação centralizada	108	Incluídos todos os Fóruns
Unidades sem centrais telefônicas atendidas diretamente por linhas analógicas ou ramais IP remotos	24	
Canais digitais contratados	3120	
Linhas analógicas contratadas	130	
Circuitos banda larga fixa	44	
Ramais ativos	12.549	
Linhas de telefonia móvel	1027	

Ações na Pandemia

Programamos aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) desvios dos ramais das serventias diretamente para os telefones particulares dos serventuários, permitindo que os mesmos atendessem as ligações corporativas diretamente de suas residências.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO SERVIÇO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA/DETEL

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Expansão do Sistema de Videoconferência em audiências nas Varas Criminais do PJERJ

1. Ampliação em andamento para atendimento de audiências criminais visando à redução do quantitativo de presos nas dependências do PJERJ; aumento do nível de segurança dos magistrados, servidores e usuários do PJERJ; dispensa de logística para o deslocamento do presos; redução de custos pela Secretaria de Segurança Pública com o transporte de presos; redução do risco à população em virtude da diminuição dos deslocamentos de presos de alta periculosidade em vias públicas. Projeto aguardando definição das obras de infraestrutura nos Presídios de Japeri e Volta Redonda.
2. Ampliação do atendimento da Solução de Videoconferência através da aplicação Scopia Desktop sendo utilizada nas áreas Criminais e no NUDECA
3. Segue o mapa de atuação do Serviço de Videoconferência:
 - 09 SERVIDORES de videoconferência
 - 02 PATHFINDERS – Responsáveis pela Segurança da Informação
 - 02 SCOPIA DESKTOPS – Responsáveis pelo gerenciamento virtual das reuniões

02 GATEKEEPERS – Responsáveis pelo acesso e visibilidade dos CODECS ligados a eles

03 MCUS – Responsáveis por concentrar todo processamento gerado durante as videoconferências “multiponto”, onde existem mais de dois CODECS se comunicando

- 20 Equipamentos de Videoconferência (CODECS), sendo:

18 Equipamentos ligados à ESAJ (NURS) à e CGJ para cursos, palestras, reuniões e convocações

02 Equipamentos ligados à Presidência para reuniões e convocações. Ex.: MJ e CNJ

- 21 Equipamentos de Videoconferência CRIMINAIS (CODECS), sendo:

03 Equipamentos de Videoconferência Móvel

03 Equipamentos no Complexo Penitenciário de Gericinó

02 Equipamentos na Comarca de Teresópolis:

01 Equipamento na 1ª Vara Criminal da Comarca de Teresópolis

01 Equipamento na Vara da Infância e Juventude (NUDECA)

- 13 Equipamentos na Comarca da Capital:

02 Equipamentos da CAC

03 Equipamentos nas Salas Multiuso da DGJUR

04 Equipamentos no I, II, III e IV Tribunais do Júri

01 Equipamento do NUDECA (Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes)

01 Equipamento na 42ª Vara Criminal

01 Equipamento na 43ª Vara Criminal

01 Equipamento na AJMERJ

EXPANSÃO DA VIDEOCONFERÊNCIA

- Equipamentos de Videoconferência (Criminais e NUDECA), sendo:

02 Equipamentos no Complexo Penitenciário de Gericinó

02 Equipamentos no Complexo Penitenciário de Japeri

02 Equipamentos no Complexo Penitenciário de Campos dos Goytacazes

02 Equipamentos no Complexo Penitenciário de Magé

- 01 Equipamento na Comarca da Capital – Sala Multiuso da DGJUR
- 02 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência – Comarca de Teresópolis
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de Cabo Frio
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de Volta Redonda
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de São Gonçalo (Alcântara)
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de Campos dos Goytacazes
- 02 Equipamentos nas Salas de Audiência e NUDECA – VIJ Sócio Educativa (Gamboa)
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de Duque de Caxias
- 03 Equipamentos nas Salas Multiuso de Audiência e NUDECA – Comarca de Bangu
- 01 Equipamento de Videoconferência Móvel
- Fórum da Capital – Ambiente NUDECA com Scopia Desktop
- Presídio de Japeri – 2 Ambientes Scopia Desktop
- Presídio de Gericinó – 2 Ambientes Scopia Desktop
- Fórum de Macaé – 1 Kit Fixo para atendimento Audiência
- Fórum de Niterói – 1 Kit Fixo para atendimento Audiência
- 1 Equipamento – Vara Criminal Especializada (sala 401)
- 02 Equipamentos na Comarca de Nova Friburgo, (kit itinerante e sala de depoimento da criança)
- Casa de Custódia em Volta Redonda
- Sala da criança na Comarca de Macaé

Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso

Esse projeto visa a implementação do controle de acesso nas Unidades do PJERJ, a fim de impedir a entrada nos prédios de armas de fogo e outros objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ.

Foram adquiridos no ano de 2020 08 equipamentos Scanner de Raio-X. Os equipamentos encontram-se em fase de instalação com previsão de conclusão em fevereiro/2021. Seguem os novos locais atendidos:

Fórum de Quissamã

Fórum de Porto Real

Fórum de Paraty

Fórum de Mangaratiba

Fórum de São João da Barra

Fórum de Casemiro de Abreu

Solução de Monitoramento de Alarme de Pânico em Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro

Ampliação do Sistema de Alarme de Pânico nas Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto em andamento: os Fóruns de Niterói, Alcântara, Bangu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé foram concluídos em 2019, e os Fóruns de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Queimados, Jacarepaguá, Japeri, Leopoldina, Guapimirim e Nilópolis, em 2020.

Resumo dos Equipamentos Instalados

SEGURANÇA	2019/2020
Monitoramento por CFTV	150
Edificações com Controle de Acesso	70
Edificações com Sistema de Alarmes	125
Câmeras instaladas nas edificações	4248
Ambientes de Videoconferência	85

Projetos implementados e/ou em fase de implementação em 2021/2022

- **Ampliação do Sistema de Alarme de Pânico nas Comarcas e Regionais do Estado do Rio de Janeiro** (Fóruns de Niterói, Alcântara, Bangu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé foram concluídos em 2019). No ano de 2020, foram concluídos os Fóruns de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Queimados, Jacarepaguá, Japeri, Leopoldina, Guapimirim e Nilópolis. Os serviços foram feitos em acordo com o cronograma do Projeto Estratégico enviado para o DEGEP.

Projeto em fase de continuidade para outros locais conforme relação e cronograma a seguir:

SOLUÇÃO DE MONITORAMENTO DE ALARME DE PÂNICO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Item	Local	2021												2022												STATUS
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1	MESQUITA	■																							●	
2	REGIÃO OCEÂNICA		■	■																					●	
3	PRÉDIO DAS SECRETARIAS			■																					●	
4	MÉIER				■																				●	
5	BARRA DA TIJUCA					■																			●	
6	CAMPOS						■																		●	
7	BÚZIOS							■																	●	
8	CABO FRIO								■																●	
9	MACAÉ									■															●	
10	RESENDE										■														●	
11	TRÊS RIOS											■													●	
12	NOVA FRIBURGO												■												●	
13	ITABORAÍ													■											●	
14	VOLTA REDONDA														■										●	
15	ARARUAMA															■									●	
16	RIO BONITO	■																							●	
17	BARRA MANSA		■	■																					●	
18	SAQUAREMA			■	■																				●	
19	ITAIPAVA				■	■																			●	
20	PETRÓPOLIS					■	■																		●	
21	TERESÓPOLIS						■	■																	●	
22	SÃO JOÃO DA BARRA							■	■																●	

■ Instalação em andamento

■ Instalação concluída dentro do cronograma

■ Instalação concluída fora do prazo

■ Programação

Programação a ser aprovada pelo DESEP ●

Análise Crítica: Cronograma elaborado para planejamento das instalações para o biênio 21/22.

Nas ações de instalação, estão previstas duas equipes atuando em paralelo, porém precisamos tentar o aumento da equipe em dois profissionais para compor essas ações, que ocorrem de forma concorrente à troca de centrais de alarme e manutenções corretivas no serviço de alarme.

Observando ainda a previsão de aquisição de equipamentos já previstos no orçamento DGPCF para 2021.

- **Atualização tecnológica da Solução de Monitoramento de Imagens para IP nas Lâminas 1 e 2.** Projeto em andamento com aquisição de equipamentos de infraestrutura de rede e câmeras. O processo 2019-0629668 trata da aquisição de materiais de infraestrutura de rede e foi concluído através de licitação onde os equipamentos encontram-se com prazo de entrega vigente previstos para fevereiro/21
- **Atualização tecnológica dos equipamentos do Serviço de Edição de Filmagem do DETEL;** Processo em andamento na fase de especificações técnicas e definição de lista para o procedimento licitatório. O processo 2019-064866 será retomado em abril de 2021

- **Atualização tecnológica dos equipamentos de sonorização que atendem ao Órgão Especial.** Processo em andamento 2020-0615461 que visa licitação para atualização dos equipamentos de sonorização do Órgão Especial com previsão de conclusão em 2022. Nesta atualização já foram substituídos três projetores com melhor eficiência em função do retrofit.
- **Cooperação Técnica junto ao Tribunal Regional Eleitoral para atendimento a Solução de Monitoramento de Imagens dos prédios administrativos.** Cooperação para acompanhamento e instalação do sistema de CFTV nos polos administrativos do TRE no Estado do Rio de Janeiro.
- **Cooperação Técnica junto ao Tribunal Regional do Trabalho para atendimento à Solução de Videoconferência.** Cooperação para atendimento às audiências na disciplina trabalhista junto aos custodiados em presídios.
- **Contratação de suporte técnico e atualização contínua dos softwares que gerenciam e operam a Solução de Monitoramento de CFTV implantada no Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.** Contrato de manutenção vigente em 2020/2022 e atualização dos aplicativos associados ao software que gerencia as imagens no CISPJ realizada em 2020 com a implantação de duas novas telas de Videowall e implantação de Videowall na sala de Gerenciamento de Crises.
- **Contratação de suporte técnico e atualização contínua dos softwares que gerenciam e operam a Solução de Videoconferência implantada no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.** Contrato de manutenção, vigente em 2020/2022, que permite a atualização do suporte da solução do fabricante AVAYA atualmente implantada no PJERJ
- **Contratação de manutenção dos equipamentos Scanner de Raio-X.** Processo 2020-0652592 que visa a licitação para a pretendida contratação com previsão de início em março de 2021.

DESIN – DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Departamento de Segurança Institucional é responsável pelo planejamento, gerenciamento e controle da execução preventiva e corretiva de ações de segurança pessoal e de instalações, quando da realização de eventos internos e externos de que participem magistrados, bem como em situações de exceções, assim caracterizadas pela Presidência do Tribunal de Justiça e/ou pela Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário. Também é atribuição desse Departamento a coordenação da realização de vistoria prévia dos locais selecionados para a realização de eventos, adotando medidas de contingência relacionadas à segurança pessoal e de instalações, e a garantia da segurança do Poder Judiciário e de seus membros em situações excepcionais de contingência.

ESCOLTAS E SEGURANÇA

São disponibilizadas equipes de segurança, formadas por efetivo desse Departamento, para o atendimento de situações contingenciais, gestão de medidas protetivas e atendimentos a eventos promovidos em 2019/2020:

- 659 atendimentos contingenciais;
- 519 atendimentos a ministros do STJ, STF, conselheiros do CNJ e outras autoridades do Judiciário Nacional
- 299 atendimentos a eventos especiais
- 782 atendimentos à Justiça Itinerante
- 674 atendimentos às Audiências de Custódia de Benfica
- 580 atendimentos às Audiências de Custódia de Campos dos Goytacazes
- 570 atendimentos às Audiências de Custódia de Volta Redonda
- Gestão de medidas protetivas institucionais e por risco ou ameaça
- Avaliações de risco pessoal e institucional
- Orientações de segurança preventiva a Magistrados e Servidores.

PLANTÃO

São disponibilizadas equipes para pronto emprego em:

- Atendimentos 24h
- Atendimentos de contingências
- Controle de equipes de proteção

CURSOS E TREINAMENTOS

O DESIN investe na capacitação de seu efetivo de maneira a se manter atualizado, habilitando a equipe de instrução própria, multiplicadora do conhecimento específico recebido, possibilitando levar a Magistrados e Servidores um treinamento de qualidade a um custo muito inferior ao da iniciativa privada e ao de outros órgãos públicos, direcionado à realidade específica do nosso público interno.

CAPACITAÇÃO DO EFETIVO DA DGSEI 2019/2020

- Foram ministrados 12 cursos de atualização técnico-profissional para 189 agentes da DGSEI
- Três cursos de proteção de autoridades para 61 agentes

CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS 2019/2020

Foram realizadas 24 instruções para magistrados, a saber:

- Um curso de Direção Defensiva e Evasiva para 15 Magistrados
- Seis cursos de Direção Defensiva e Evasiva para 90 agentes de proteção de Magistrados
- 17 instruções de tiro para Magistrados

CAPACITAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA 2019/2020

- Foram ministrados quatro cursos para 75 Oficiais de Justiça em 2019

INTERAÇÃO COM ÓRGÃOS CONVENIADOS

Com o intuito de facilitar a interação entre Magistrados e Serventuários com órgãos externos conveniados, o DESIN atuou como facilitador e promoveu em 2019/2020:

- 4.304 atendimentos mediante interação com órgãos conveniados, quais sejam Detran, Consulados, Polícia Federal e Exército Brasileiro.

CONVÊNIOS / ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Supremo Tribunal Federal – STF
Acordo de Cooperação Nº 26 / 2010
- Tribunal Superior Eleitoral
- Acordo de Cooperação Técnica Nº 18 / 2010
- Departamento de Trânsito do Estado do Rio De Janeiro – Detran
Convênio Nº 003 / 233 / 2012
- Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE
Termo Nº 003 / 404 / 2015
- Batalhão de Choque – PMERJ
Convênio de Cooperação Técnica Nº 003 / 0472 / 2016

O Departamento de Segurança Patrimonial (DESEP) é uma unidade organizacional subordinada à Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI), por sua vez subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

PROJETO ESTRATÉGICO

Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso.

Esse projeto visa a implementação do controle de acesso nas Unidades do PJERJ a fim de impedir a entrada de armas de fogo e objetos que ofereçam risco aos magistrados, servidores e usuários do PJERJ.

Segue planilha de indicadores no ANEXO I.

CONTROLE DE ACESSO

O controle de acesso de usuários aos próprios do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro constitui-se em estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física de Magistrados, Serventuários e do público em geral.

O controle de acesso de pessoas é uma estratégia fundamental para garantir a segurança, uma vez que nele está envolvida a aplicação de **tecnologias modernas** visando coibir a entrada de materiais que possam trazer riscos à segurança de Magistrados, Serventuários e do público em geral.

Do total de 107 (cento e sete) edificações do PJERJ, o serviço de controle de acesso está em funcionamento em 70 (setenta) unidades, o que equivale a 65,42%, conforme se verifica nas tabelas anexas.

TOTAL DE UNIDADES JUDICIAIS	107	100%
CONTROLE DE ACESSO IMPLEMENTADO	70	65,42%
CONTROLE DE ACESSO A IMPLEMENTAR	37	34,57%

EDIFICAÇÕES DO PJerJ COM O CONTROLE DE ACESSO IMPLEMENTADO

ORDEM	EDIFICAÇÕES	MÊS	ANO
1.	FÓRUM CENTRAL	AGOSTO	2004
2.	FÓRUM CENTRAL – LÂMINA II		
3.	FÓRUM CENTRAL – LÂMINA III	DEZEMBRO	2006
4.	NITERÓI (FÓRUM NOVO)	ABRIL	2009
5.	FÓRUM CENTRAL – LÂMINA IV	NOVEMBRO	2010
6.	FÓRUM CENTRAL – LÂMINA V		
7.	LEOPOLDINA	SETEMBRO	2011
8.	SÃO GONÇALO		
9.	FÓRUM CENTRAL – EMERJ	JULHO	2012
10.	BANGU	NOVEMBRO	
11.	BARRA DA TIJUCA	JUNHO	2013
12.	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MARÇO	
13.	DUQUE DE CAXIAS	OUTUBRO	
14.	BARRA MANSA	JANEIRO	
15.	MESQUITA		
16.	MÉIER		
17.	MAGÉ		
18.	NITERÓI (REGIÃO OCEÂNICA)		
19.	RIO BONITO		
20.	TERESÓPOLIS		
21.	ARARUAMA	FEVEREIRO	
22.	BELFORD ROXO		
23.	CABO FRIO		
24.	MACAÉ		
25.	MADUREIRA		
26.	JACAREPAGUÁ	MARÇO	
27.	ALCANTARA	ABRIL	
28.	JAPERI		
29.	VOLTA REDONDA	MAIO	
30.	NOVA FRIBURGO	JUNHO	2014
31.	NILÓPOLIS		
32.	PETRÓPOLIS	JULHO	
33.	ITABORAÍ		
34.	QUEIMADOS	AGOSTO	
35.	RESENDE		
36.	SÃO JOÃO DE MERITI	SETEMBRO	
37.	FÓRUM CENTRAL – PLANTÃO JUDICIÁRIO		
38.	CACHOEIRAS DE MACACU	OUTUBRO	
39.	GUAPIMIRIM		
40.	SÃO JOÃO DE MERITI – ANEXO		
41.	BÚZIOS	NOVEMBRO	
42.	ITAIPAVA		
43.	TRÊS RIOS		
44.	SÃO PEDRO DA ALDEIA	DEZEMBRO	
45.	ITAGUAÍ		
46.	NITERÓI (PRÉDIO DAS SECRETARIAS)	MARÇO	
47.	RIO DAS OSTRAS		
48.	MARICÁ	NOVEMBRO	
49.	NOVA IGUAÇU		
50.	NOVA IGUAÇU – ANEXO		
51.	SAQUAREMA	DEZEMBRO	2015
52.	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA		
53.	CAMPO GRANDE		
54.	ITAPERUNA		
55.	BOM JESUS DO ITABAPUANA		
56.	MIRACEMA		
57.	VASSOURAS	MARÇO	
58.	BARRA DO PIRAÍ		
59.	SÃO FIDÉLIS	JULHO	
60.	PARAÍBA DO SUL	AGOSTO	2016
61.	VILA INHOMIRIM	OUTUBRO	
62.	ILHA DO GOVERNADOR		
63.	JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (PRAÇA ONZE)		
64.	PAVUNA	NOVEMBRO	
65.	VALENÇA		
66.	2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – GAMBOA	FEVEREIRO	2017
67.	ANGRA DOS REIS	MARÇO	
68.	ARRAIAL DO CABO	OUTUBRO	2018
69.	IGUABA GRANDE		
70.	SANTA CRUZ		2019

PRISÕES E APREENSÕES DE MATERIAIS

Do total de material acautelado, **10.571** (dez mil, quinhentos e setenta e um) foram armas de fogo e **19.419** (dezenove mil, quatrocentos e dezenove) objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletes).

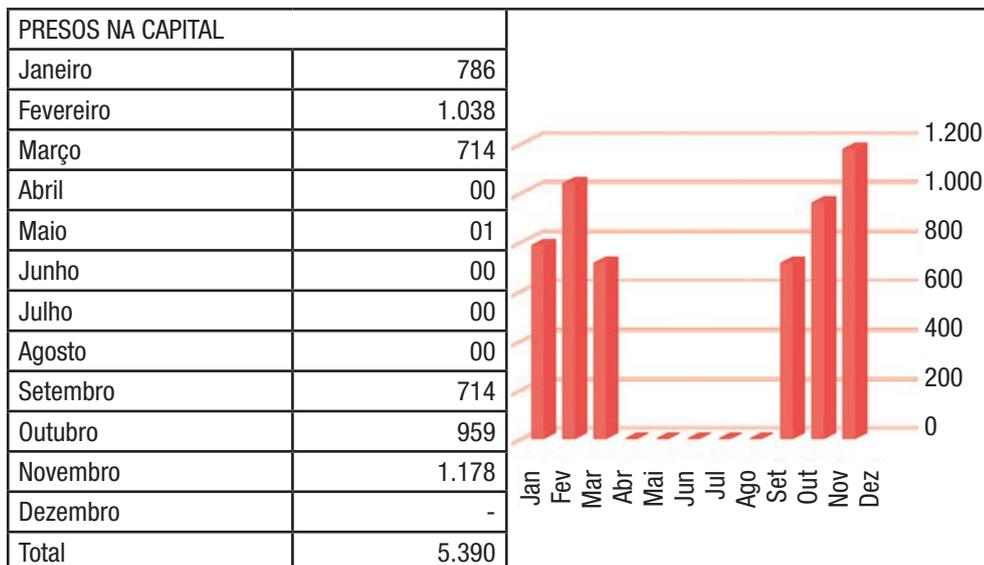
UNIDADES	OBJETOS RETIDOS	ARMAS DE FOGO ACAUTELADAS
Capital	566	2.780
Bangu	299	339
Barra da Tijuca	189	65
Campo Grande	105	80
Cidade Nova – Anexo	0	0
Jacarepaguá	805	210
Leopoldina	482	61
Madureira	111	190
Méier	461	76
Comarcas do Interior	16.401	6.770
TOTAL	19.419	10.571

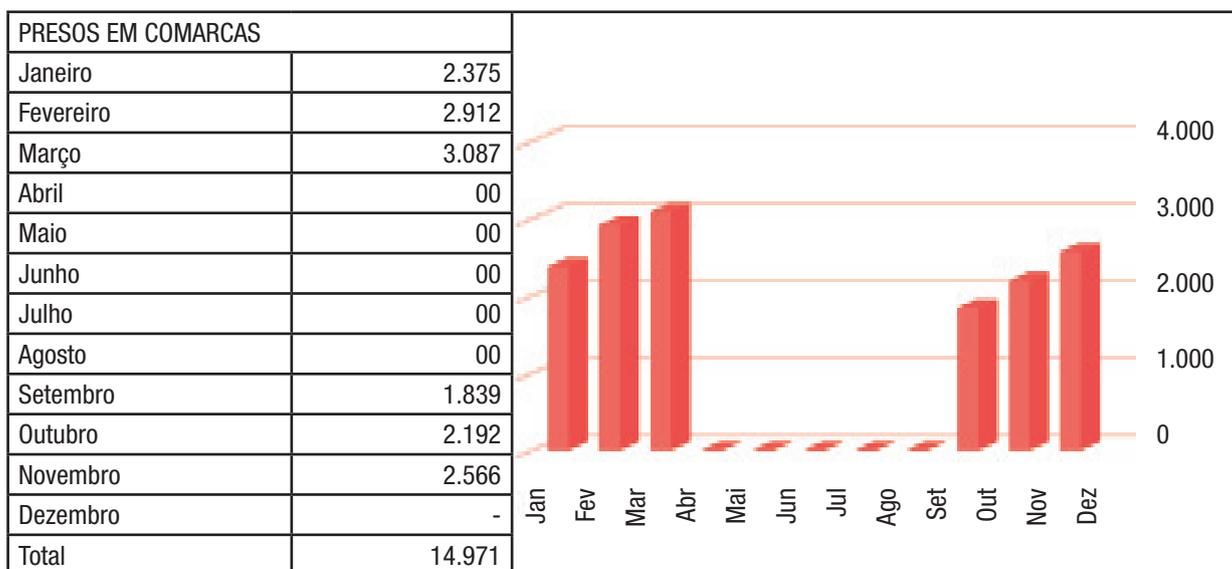
ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO EXTERNO

Policiamento da área externa do TJERJ, diga-se, entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários. Como apoio logístico, são utilizados 04(quatro) veículos elétricos e 03 (três) SEGWAY fornecidos pelo TJERJ.

Contamos também com uma viatura policial militar, durante o período de 24 horas por dia com a qual são atendidas as ocorrências de prisão geradas pelo nosso efetivo policial e demais demandas inerentes ao PJERJ.

MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS NA CARCERAGEM





DIVISÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – DICIN

Atribuições

- a) Executar ações preventivas e corretivas de prevenção a incêndios
- b) Efetuar, diariamente, varredura anti-bomba recorrendo a esquadrão especializado, em caso de necessidade
- c) Ministras, periodicamente, para Magistrados e Serventuários, treinamento para o cumprimento de procedimentos necessários em caso de suspeita de incêndio ou foco detectado
- d) Prestar o primeiro combate a foco de incêndio, avisando imediatamente à unidade do Corpo de Bombeiros mais próxima, e auxiliando no combate ao fogo e na retirada de pessoal das instalações
- e) Acompanhamento físico, controle e fiscalização dos contratos de Brigada de Incêndio e Manutenção de Extintores e Mangueiras de Incêndio

Contratos

1) Contrato: 003/0191/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BRIGADA DE INCÊNDIO

CONTRATADA: Atac-Fire Extintores Comércio e Serviços Ltda.

INÍCIO: 01/05/2020 TÉRMINO: 30/04/2021

NÚMEROS DE POSTOS (EDIFICAÇÕES ATENDIDAS): 10

NÚMERO DE PROFISSIONAIS: 48 bombeiros profissionais civis

OBS: Com a publicação do Decreto Nº 42/2018 (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico) e Portaria CBMERJ nº 1071, de 27 de agosto de 2019 (DOERJ nº 167, de 04.09.2019),

houve a redução de aproximadamente 68% no contrato devido à não obrigatoriedade de bombeiros profissionais civis em todos os tipos de edificações.

2) Contrato: 003/0080/2020

OBJETO: PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA EM EXTINTORES DE INCÊNDIO E MANUTENÇÃO EM MANGUEIRAS DE INCÊNDIO

QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS: 8.374 (oito mil, trezentos e setenta e quatro) extintores e 2.546 (duas mil e quinhentas e quarenta e seis) mangueiras de incêndio

CONTRATADA: Marvin Comércio de Extintores Ltda

INÍCIO: 05/03/2020 TÉRMINO: 04/03/2022

EDIFICAÇÕES ATENDIDAS: todas as edificações do TJRJ

PALESTRAS E EXERCÍCIOS SIMULADOS DE ABANDONO DE ÁREA, EXECUTADOS:			
ANO	ATO EXECUTIVO	EDIFICAÇÕES TREINADAS	PÚBLICO TREINADO
2020	03/2020	05	410
CURSO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO DE INCÊNDIO, MINISTRADOS:			
ANO	QUANTIDADE DE CURSOS		QUANTIDADE DE ALUNOS
2020	00		00

TIPO	2020		
Aviso de falso incêndio	28		
Auxílio Técnico	02		
Desabamento	0		
Escoamento	0		
Escapamento de Gás	0		
Resgate em elevador	13		
Salvamento em área contaminada	0		
Salvamento em edificação	31		
Salvamento em via pública	00		
Incêndio	01		
outros	05		
TOTAL DE ATENDIMENTOS	80		
17			
01			
159			
ANO	PÚBLICO TREINADO		
2020	410		
ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS		
2020	PREVISTO: 01	0	

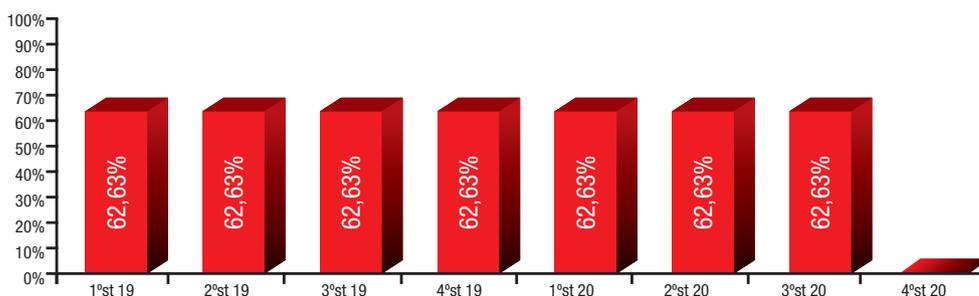
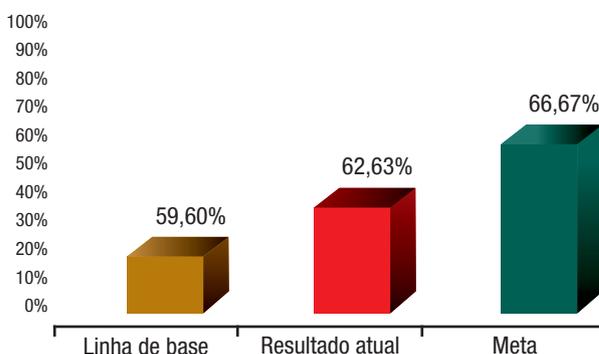
EFETIVO	2020
BOMBEIRO MILITAR	12
TAJ	1
TERCEIRIZADOS	2

PLANILHA DE INDICADORES DO PROJETO ESTRATÉGICO

UNIDADE ORGANIZACIONAL	DGSEI	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE							
TEMA	ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES E EDIFICAÇÕES								
INDICADOR	UNIDADES COM SEGURANÇA ARMADA E/OU ELETRÔNICA			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE									
FINALIDADE	MENSURAR O GRAU COM QUE AS UNIDADES JUDICIÁRIAS DISPÕEM DE SEGURANÇA ARMADA E/OU ELETRÔNICA						CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	STATUS					
PERIODICIDADE	TRIMESTRAL	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE						
FÓRMULA	(TOTAL DE UNIDADES CONSIDERADAS SEGURAS * / TOTAL DE UNIDADES) X 100						INDICADOR DE DESEMPENHO	MM					
META	AUMENTAR PARA 66,67% O ÍNDICE DE UNIDADES SEGURAS ATÉ 31/12/2020			ORIGEM DOS DADOS	PROJETO: APRIMORAR A SEGURANÇA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO PJERJ COM A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO		UNIDADE DE MEDIDA	PORCENTAGEM					
EVOLUÇÃO DO INDICADOR 2019/2020				1ºTRIM 2019	2ºTRIM 2019	3ºTRIM 2019	4ºTRIM 2019	1ºTRIM 2020	2ºTRIM 2020	3ºTRIM 2020	4ºTRIM 2020	Δ% 2019/2020	
UONSEG - UNIDADES CONSIDERADAS NÃO SEGURAS				37	37	37	37	37	37	37	37		-100%
UOSEG - UNIDADES CONSIDERADAS SEGURAS				62	62	62	62	62	62	62	62		
TOTAL DE UNIDADES				99	99	99	99	99	99	99	99		
ÍNDICE DE UNIDADES COM SEGURANÇA ARMADA E/OU ELETRÔNICA				62,63%	62,63%	62,63%	62,63%	62,63%	62,63%	62,63%	62,63%		

* Segurança eletrônica, entendida como controle de acesso com detector de metais e raios x e câmeras de vigilância nas áreas de circulação

Resultado no período	
Linha de base	59,60%
Resultado atual	62,63%
Meta	66,67%



Análise crítica

O atual indicador estratégico é alimentado pelo Projeto Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso. De 2019 até o momento foi implementado o controle de acesso em 62 unidades do PJERJ. A meta estabelecida é de implementar o controle de acesso em mais cinco unidades, perfazendo um total de 67 Unidades do PJERJ (Comarcas e Regionais).

Ações gerenciais

Orientar equipe do projeto, a fim de dar continuidade às ações previstas e deixar o maior número possível de unidades do PJERJ prontas para o recebimento do serviço de controle de acesso.

COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

12. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Valorização da Informação como Mecanismo de Efetividade Jurisdicional

PROJETO ESTRATÉGICO:

Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento

Para ampliar os mecanismos de apoio aos processos de tomada de decisão das atividades jurisdicionais e administrativas, e com o auxílio de ferramentas tecnológicas que permitam fomentar, coletivamente, a criação de conhecimento, a sua retenção e o seu compartilhamento, foi estabelecido o projeto estratégico “Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento”, que visa o “incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil”, e traz em seu escopo “Disponibilizar, no Portal do Conhecimento do Tribunal de Justiça, as ferramentas de colaboração virtual existentes na plataforma Liferay, a fim de propiciar um ambiente virtual dinâmico para criação, retenção e compartilhamento de conhecimento”. Nesse sentido, foram propostas as seguintes ações: o desenvolvimento de jogos para o público infanto-juvenil, comunidade de práticas, wiki e vídeos com conteúdo que tenham relação com a missão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação aos jogos, foram elaborados dois tipos: um no formato Quiz e um jogo da memória. O Quiz é uma forma de aprendizado por meio de perguntas e respostas estruturadas no formato de múltipla escolha, sendo que o objetivo principal não é medir o conhecimento prévio dos alunos a respeito do tema, mas disseminar o entendimento de qual é o papel do Poder Judiciário na sociedade. O jogo da memória advém de uma parceria entre o DGCOM-DECCO, o setor Educativo do CCMJ e a DGTEC. Foi desenvolvido tendo como referência uma visita virtual e/ou presencial no Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. O propósito desse jogo é fazer com que o público infanto-juvenil conheça um pouco da história do Poder Judiciário, por meio de seus principais símbolos, assim como o espaço arquitetônico do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário.

No tocante à “Comunidade de Práticas” (CoP), que tem como principal propósito facilitar a cooperação, o compartilhamento de conhecimentos e o registro de boas práticas, referindo-se a um grupo de indivíduos que se reúnem periodicamente por possuírem um interesse comum no aprendizado e na aplicação do que foi aprendido. Nesse sentido, foi concebida uma CoP para a implantação do Sistema GRP (Government Resource Planing), que teve como objetivo identificar os hiatos entre as necessidades dos usuários e as funcionalidades de um novo sistema, de forma a reduzir o tempo normalmente dispendido em sua homologação/implantação, em especial, dos sistemas que se caracterizam por uma grande heterogeneidade entre seus usuários. Como resultado, cabe destacar as alterações realizadas pela consultoria no sistema para atender às necessidades dos usuários e a publicação do “Guia de Boas Práticas – Sistema GRP”.

Quanto à utilização de vídeos, foi definido o uso do canal do YouTube do PJERJ para a divulgação de conteúdos que, mesmo que de forma indireta, venham a contribuir com a missão do nosso Tribunal de Justiça. Optou-se por inserir, inicialmente, vídeos tutoriais dos sistemas de consulta disponibilizados no Portal do Conhecimento, como o da “Pesquisa Seleccionada” e dos “Precedentes”. Ainda serão postados os tutoriais dos sistemas das “Sentenças Seleccionadas” e das “Ações Coletivas”. Também estão sendo editados

para o formato do YouTube, a fim de serem inseridas no Portal, algumas lives realizadas pelo TJRJ na rede social Instagram.

No momento, aguarda-se a disponibilização do ambiente colaborativo pela Diretoria Geral de Tecnologia (DGTEC), que resultará em um leiaute novo para o Portal do Conhecimento, para que possam ser feitas algumas modificações conforme figuras abaixo:

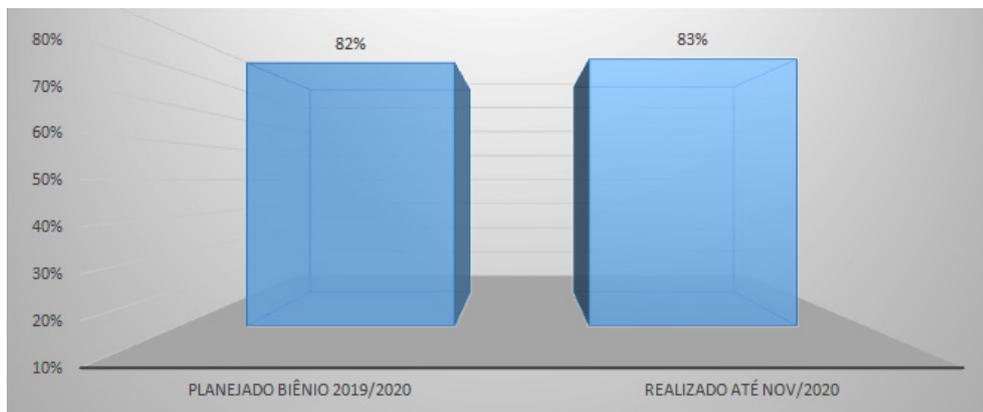


Será inserida uma seção com botões para acesso aos diversos ambientes de colaboração:



Ao longo do biênio, o projeto atingiu o percentual de 83%, percentual superior ao total planejado de 82%.

Acompanhamento do Projeto Estratégico: Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento



Comunicação e Cultura

PROJETO ESTRATÉGICO:

Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ

O presente projeto visa a ampliação das atividades de conservação e restauro de documentos e objetos de valor histórico do Poder Judiciário fluminense acumulados ao longo de mais de 250 anos, desde o período colonial, e decorrentes de atividades judiciais e administrativas.

O seu objetivo é resguardar itens documentais e objetos de grande interesse para a história social e da justiça no Estado do Rio de Janeiro. Esse material se encontra em diversos níveis de degradação física, daí a importância desse projeto no intuito de se evitar perdas irreparáveis para a pesquisa histórica.

Em 2020, o projeto foi interrompido pela Administração Superior, após 40% de realização, em virtude das prioridades estabelecidas em decorrência da pandemia da Covid-19, devendo ser reapresentado para continuidade na próxima gestão.

Público participante das atividades do CCMJ

PLANILHA DE INDICADORES																																																																																																																																																																			
ATENÇÃO: A data impressa a partir da Internet não é o conteúdo.																																																																																																																																																																			
UNIDADE ORGANIZACIONAL	DODM/CCMJ		INDICADORES DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADORES DE PROJETO		INDICADORES DE PROCESSO DE TRABALHO		X	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE																																																																																																																																																									
TEMA	Comunicação Institucional				OBJETIVO ESTRATÉGICO		Incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil																																																																																																																																																												
INDICADOR	Público participante das atividades do CCMJ				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Gerir as ações do CCMJ																																																																																																																																																												
FINALIDADE	Promover a reflexão sobre valores de justiça e cidadania, incentivar o interesse pela história e pelo funcionamento do judiciário e aproximar o cidadão das diversas manifestações artísticas e da produção de conhecimento estimulando e aproximando da sociedade com o Judiciário.									CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Status																																																																																																																																																								
PERIODICIDADE	Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		INDICADORES DE DESEMPENHO		X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE																																																																																																																																																									
FÓRMULA	[(# pesquisadores atendidos APJ-Rio)] + [(# pesquisadores atendidos Virtuais)] + [(# visitantes espontâneos APJ-Rio)] + [(# visitantes espontâneos APJ-Virtual)] + [(# participantes Agenda Cultural) APJ-Rio] + [(# participantes Agenda Cultural) APJ-Virtual] + [(# participantes Agenda Cultural) Virtuais]									SENTIDO DE MELHORIA			Maior é melhor																																																																																																																																																						
META	15.000									ORIGEM DOS DADOS			Banco de dados CCMJ	UNIDADE DE MEDIDA	Pessoas																																																																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="12">Resultados</th> </tr> <tr> <th>Jan-19</th> <th>Fev-19</th> <th>Mar-19</th> <th>Abr-19</th> <th>Mai-19</th> <th>Jun-19</th> <th>Jul-19</th> <th>Ago-19</th> <th>Sep-19</th> <th>Out-19</th> <th>Nov-19</th> <th>Dez-19</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2019</td> <td>592</td> <td>819</td> <td>1.354</td> <td>1.420</td> <td>2.160</td> <td>1.178</td> <td>2.492</td> <td>2.291</td> <td>2.450</td> <td>2.354</td> <td>2.097</td> <td>1.230</td> <td>24.299</td> </tr> <tr> <td>2020</td> <td>279</td> <td>499</td> <td>899</td> <td>116</td> <td>20.698</td> <td>6.424</td> <td>8.402</td> <td>15.464</td> <td>7.626</td> <td>5.327</td> <td>8.423</td> <td>0</td> <td>74.797</td> </tr> <tr> <td>Agenda Cultural - APJ-Rio</td> <td>529</td> <td>121</td> <td>652</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>1.302</td> </tr> <tr> <td>Agenda Cultural - APJ-Virtual</td> <td>53</td> <td>68</td> <td>24</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>145</td> </tr> <tr> <td>Meta mes espontânea APJ-Rio</td> <td>124</td> <td>77</td> <td>72</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>273</td> </tr> <tr> <td>Meta mes espontânea APJ-Virtual</td> <td>53</td> <td>68</td> <td>24</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>145</td> </tr> <tr> <td>Resultado mes Atendida - APJ-Rio</td> <td>20</td> <td>22</td> <td>9</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Resultado mes Atendida - Virtual</td> <td>200</td> <td>142</td> <td>58</td> <td>102</td> <td>172</td> <td>24</td> <td>246</td> <td>290</td> <td>1.042</td> <td>222</td> <td>267</td> <td>0</td> <td>3.077</td> </tr> <tr> <td>Agenda Cultural - Virtual</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>12</td> <td>10.515</td> <td>6.290</td> <td>8.156</td> <td>15.074</td> <td>6.584</td> <td>5.005</td> <td>8.056</td> <td>0</td> <td>69.803</td> </tr> </tbody> </table>													Ano	Resultados												Jan-19	Fev-19	Mar-19	Abr-19	Mai-19	Jun-19	Jul-19	Ago-19	Sep-19	Out-19	Nov-19	Dez-19	2019	592	819	1.354	1.420	2.160	1.178	2.492	2.291	2.450	2.354	2.097	1.230	24.299	2020	279	499	899	116	20.698	6.424	8.402	15.464	7.626	5.327	8.423	0	74.797	Agenda Cultural - APJ-Rio	529	121	652	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.302	Agenda Cultural - APJ-Virtual	53	68	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	145	Meta mes espontânea APJ-Rio	124	77	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	273	Meta mes espontânea APJ-Virtual	53	68	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	145	Resultado mes Atendida - APJ-Rio	20	22	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	Resultado mes Atendida - Virtual	200	142	58	102	172	24	246	290	1.042	222	267	0	3.077	Agenda Cultural - Virtual	0	0	0	12	10.515	6.290	8.156	15.074	6.584	5.005	8.056	0	69.803
Ano	Resultados																																																																																																																																																																		
	Jan-19	Fev-19	Mar-19	Abr-19	Mai-19	Jun-19	Jul-19	Ago-19	Sep-19	Out-19	Nov-19	Dez-19																																																																																																																																																							
2019	592	819	1.354	1.420	2.160	1.178	2.492	2.291	2.450	2.354	2.097	1.230	24.299																																																																																																																																																						
2020	279	499	899	116	20.698	6.424	8.402	15.464	7.626	5.327	8.423	0	74.797																																																																																																																																																						
Agenda Cultural - APJ-Rio	529	121	652	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.302																																																																																																																																																						
Agenda Cultural - APJ-Virtual	53	68	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	145																																																																																																																																																						
Meta mes espontânea APJ-Rio	124	77	72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	273																																																																																																																																																						
Meta mes espontânea APJ-Virtual	53	68	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	145																																																																																																																																																						
Resultado mes Atendida - APJ-Rio	20	22	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32																																																																																																																																																						
Resultado mes Atendida - Virtual	200	142	58	102	172	24	246	290	1.042	222	267	0	3.077																																																																																																																																																						
Agenda Cultural - Virtual	0	0	0	12	10.515	6.290	8.156	15.074	6.584	5.005	8.056	0	69.803																																																																																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">RESULTADOS NO PERÍODO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>URNA DE BASE (Resultado Anterior)</td> <td>24.299</td> </tr> <tr> <td>RESULTADO ATUAL</td> <td>74.797</td> </tr> <tr> <td>META 2020</td> <td>15.000</td> </tr> </tbody> </table>													RESULTADOS NO PERÍODO		URNA DE BASE (Resultado Anterior)	24.299	RESULTADO ATUAL	74.797	META 2020	15.000																																																																																																																																															
RESULTADOS NO PERÍODO																																																																																																																																																																			
URNA DE BASE (Resultado Anterior)	24.299																																																																																																																																																																		
RESULTADO ATUAL	74.797																																																																																																																																																																		
META 2020	15.000																																																																																																																																																																		
ANÁLISE CRÍTICA	Em novembro, o CCMJ atendeu 8.423 pessoas. Com a interrupção das atividades decorrentes da pandemia COVID-19, o CCMJ passou a atender o público apenas remotamente. A meta anual foi atingida devido a aceitação do público em relação ao conteúdo disponibilizado nas sessões de Literatura, Artes, Visitas Virtuais, Música, Documentários, Enfrentamento à Violência, Exposições e atendimento dos pesquisadores. A variação de público entre os meses decorre do tipo de audiovisual oferecido, da quantidade de produções novas disponibilizadas e dos canais de divulgação ofertados. Em destaque, uma programação especialmente dedicada ao Mês da Consciência Negra, com Literatura, Sertão, países, História Oral e a estreia de Bopção Café, Riqueza e Bicrevidão: A Insurreição de Menel Congo na versão virtual. Houve, também, a participação de concerto realizado no São Nobre do APJ-Rio em parceria com o programa Música no Museu no Rio (Wind's Festival), divulgando a agenda cultural e o cenário do CCMJ para mais de 1.300 pessoas no Brasil e Exterior.																																																																																																																																																																		
AÇÕES GERENCIAIS	Atender remotamente o público até o retorno das atividades e disponibilizar programas audiovisuais. Acompanhar a evolução do indicador e consolidar os dados necessários para projeção de próxima meta anual.																																																																																																																																																																		
Responsável pela análise do relatório: Sergio Ricardo von Sydow Responsável (aprovação e divulgação): Sergio Ricardo von Sydow Data: 02/12/2020																																																																																																																																																																			

O Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário recebeu/atendeu 74.797 pessoas até novembro de 2020, sendo este, apesar de parcial, o melhor resultado encontrado na série histórica desde a sua primeira medição em 2017, ano em que houve a criação da nova estrutura, unificando o antigo Museu da Justiça e o CCPJ-Rio, dando sequência a uma tendência crescente iniciada em 2019.

Esse resultado superou os dos anos anteriores e se deve, principalmente, ao processo de inovação implementado para superar a crise instalada pela pandemia mundial da Covid-19, que impossibilitou o recebimento de público no CCMJ, a partir da segunda quinzena de março de 2020.

Durante mais de nove meses sem público presencial, a solução encontrada foi atender os pesquisadores por meio eletrônico, criar uma programação virtual e transformar programas que originalmente eram presenciais em versões on-line. Assim nasceu o **CCMJ com Você**. O mesmo portal do CCMJ em que era divulgada a programação mensal da Agenda Cultural do PJERJ, passou a disponibilizar e hospedar a programação virtual, com acesso aos programas transmitidos “ao vivo”, como também gravados, proporcionando ao público acesso de casa ou de qualquer outro lugar, bastando ter um celular.

O desafio do **CCMJ com Você** era gerar inovação de forma rápida e sem custos adicionais para o PJERJ. Para isso, contamos apenas com a equipe do CCMJ, com o apoio da Assessoria de Imprensa do TJRJ e parcerias.

No final, o resultado foi excepcional, permitindo, assim, que no futuro, as práticas virtuais atualmente implementadas possam conviver com a programação presencial, ampliando o campo de atuação do CCMJ.

A seguir, algumas atividades realizadas na versão virtual:



**Café, Riqueza e Escravidão:
A Insurreição de Manoel Congo**

MOSTRA DE DOCUMENTOS JUDICIAIS

L Estreia 1º de novembro, domingo
Para visitar, acesse: ccmj.tjrj.jus.br

ESTÁDIO PARAÍBA (SP) - JERONIMO DUTRA CALIXTO

O cartão de divulgação apresenta um fundo com uma pintura de uma fazenda histórica, provavelmente a fazenda de Manoel Congo, com edifícios de tijolos e telhados de telha, cercados por muros e cercas, em um cenário de colinas e montanhas sob um céu azul com nuvens brancas. No canto inferior direito, há uma pequena inscrição vertical: 'ESTÁDIO PARAÍBA (SP) - JERONIMO DUTRA CALIXTO'.

A mostra virtual “**Café, Riqueza e Escravidão: A Insurreição de Manoel Congo**” aborda uma das maiores rebeliões escravas da então província do Rio de Janeiro. Com auxílio de processos históricos restaurados, é possível mergulhar no ambiente senhorial e escravagista do início do século XIX e “resgatar” um dos símbolos da resistência negra contra a opressão.

CCMJ | HISTÓRIA ORAL

Des. Giuseppe Ítalo Brasilino Vitagliano
 DESEMBARGADOR DO TJRJ
 ENTREVISTADO EM 12/06/2013
 COORDENADOR DO PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL:
 Des. Ronald Valladares (COMEMO)

Estreia **31** de janeiro, domingo

Para assistir, acesse:
www.youtube.com/pjerjoficial

CCMJ com você

O Programa de **História Oral do Poder Judiciário** nasceu de um projeto criado em 1998 pelo desembargador Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva (1925-2011) cujos objetivos eram resgatar, preservar e divulgar a história recente do Poder Judiciário através do testemunho de seus próprios agentes. Os sumários dos depoimentos estão disponibilizados no portal do CCMJ, e sua íntegra pode ser solicitada ao SEATA.

CCMJ | PERSONALIDADES - Alexandre Pinhel

CCMJ | PERSONALIDADES

MORE VIDEOS

O programa **Personalidades** é um espaço para interagir e compartilhar ideias com pessoas ligadas ao meio artístico e cultural que, de alguma forma, participam da programação do CCMJ, seja nos brindando com sua arte, seja na curadoria de algum programa.

CCMJ | EXPO

Absurdos Insustentáveis:
 A Arte como Agente Transformador
 na Preservação do Meio Ambiente

Estreia **11** de outubro

Para visitar acesse:
<http://ccmj.tjrj.jus.br/>

CCMJ com você

A versão virtual da exposição **“Absurdos Insustentáveis – a Arte como Agente Transformador na Preservação do Meio Ambiente”** reúne obras criadas pelo artista Alexandre Pinhel a partir de resíduos sólidos, com curadoria de Isabela Francisco.



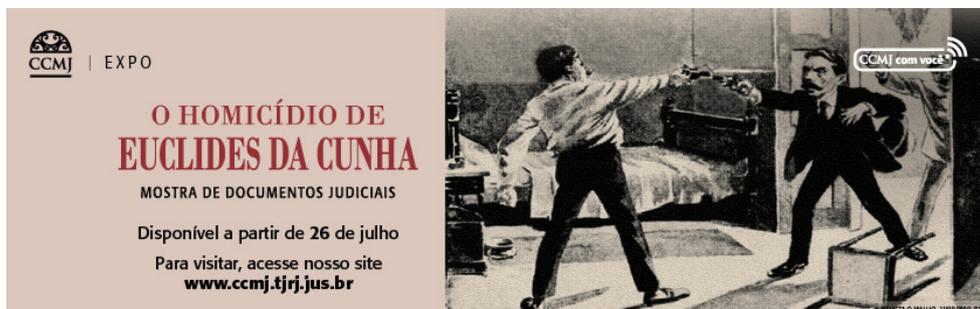
Programas Parceiros: para tratar de um tema de saúde pública, no mês que traz a importância da prevenção ao suicídio, o DEAPE e o CCMJ apresentaram, em formato virtual, a palestra “A Força do UM”, do jornalista André Trigueiro, realizada em setembro de 2019 no Salão Histórico do I Tribunal do Júri do Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro.



O programa **CCMJ Música** apresentou concertos gravados nos espaços históricos do AP-J-Rio em parceria com o programa Música no Museu e convidados. Dois concertos selecionados participaram dos festivais internacionais RioHarpFestival e RioWindsFestival, divulgando o acervo do CCMJ não só para o Brasil, mas também para o mundo todo.



Uma série de **documentários** retrata, no 1º episódio, como se desenvolveram o Direito e a Organização Judiciária no Brasil, tomando por base os três períodos consagrados pela historiografia: Colônia, Império e República. O 2º episódio conta a história do Antigo Palácio da Justiça do Rio de Janeiro.



O Homicídio de Euclides da Cunha: a mostra virtual conta com a consulta aos processos de homicídio e de inventário pertencentes ao acervo histórico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e restaurados pela equipe técnica do CCMJ.



Visita Virtual: o primeiro vídeo apresenta o hall de entrada do Antigo Palácio de Justiça do Rio de Janeiro, abordando sua história e os detalhes arquitetônicos, museológicos e culturais. O segundo mostra o Salão Histórico do I Tribunal do Júri, e o terceiro, o Tribunal Pleno.



Fazendo Arte por Toda Parte - Encontros Virtuais: curso livre de pintura sob a orientação da servidora e artista plástica Isabela Francisco, em que os alunos acessam às aulas virtuais, ministradas toda semana no Youtube.

O Programa “**Do Direito à Literatura – Encontros Literários Interdisciplinares**” visa, especialmente, aproximar o Direito das demais Humanidades (Literatura, Filosofia, Sociologia, Psicologia, História etc.). Nele, há sessões do Clube de Leituras e do Sarau das Musas, que realça a noção do museu como casa das musas (entidades às quais, na Antiguidade Clássica, era atribuída a capacidade de inspirar a criação artística). O objetivo é resgatar a história e atualizar a forma das tradicionais **reuniões literárias e musicais cariocas**, em particular, e brasileira, em geral, tão ao gosto da Belle Époque e do Rio Antigo, em que os apreciadores de poesia e música se reuniam para dizer e ouvir poemas e canções de sua preferência.



CCMJ | DO DIREITO À LITERATURA | MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Leituras no Palácio

Neste encontro, conversaremos sobre a edição da “Trilogia do Confinamento”, de Aldri Anuniação, e discutiremos, entre outras, as seguintes questões: racismo, identitarismo e autoritarismo.

23 de novembro, segunda-feira, às 17h

Para participar, acesse:
bit.ly/leiturasnopalacioconvida

Informações por e-mail:
ccmj.educativo@tjrj.jus.br

CCMJ com você

12



CCMJ | DO DIREITO À LITERATURA

Sarau das Musas

POESIA NA JUSTA MEDIDA

Em comemoração ao Dia do Servidor Público, 28 de outubro. Com a presença de autores/servidores do TJERJ.

28 de outubro, quarta-feira, às 17h

Para participar, acesse:
bit.ly/saraudasmusas

Informações por e-mail:
ccmj.agendacultural@tjrj.jus.br

CCMJ com você

12



CCMJ | EXPO

CENTENÁRIO DO

Palácio da Justiça de Niterói

Estreia 6 de dezembro, domingo

Para visitar, acesse: ccmj.tjrj.jus.br

CCMJ com você

L

Exposição virtual “**Centenário do Palácio da Justiça de Niterói**” foi realizada para comemorar os cem anos de construção da sede do Judiciário do antigo Estado do Rio de Janeiro. Por meio de textos, imagens e documentos, rememora-se a história do prédio, com julgamentos de ampla repercussão e os tribunais que nele funcionaram, relacionando-a à evolução urbana da antiga capital fluminense.



CCMJ | EXPO | 17ª SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

NUNCA ME CALAREI

FOTOGRAFIAS DE MARCIO FREITAS

Imagens de rostos de mulheres que sofreram algum tipo de assédio, tentativa ou abuso sexual

Estreia 16 de agosto

Para assistir, acesse ccmj.tjrj.jus.br

14

CCMJ com você

“**Nunca me calarei**” é uma mostra fotográfica de rostos de mulheres brasileiras que sofreram alguma forma de assédio, tentativa ou abuso sexual. As fotos expõem nos olhares de cada uma das vítimas, dor, medo, mágoa e raiva, dando voz a quem durante muito tempo se manteve calada, devido a bloqueios sociais ou emocionais. A exposição teve uma versão presencial e uma virtual.



CCMJ | CONVERSAS | MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Reflexões e ações no enfrentamento à violência: Racismo e Violência

María Augusta Fischer PSICÓLOGA | CRP 05/10016
Educativo CCMJ

19 de novembro, quinta-feira, às 17h

Para participar, acesse: bit.ly/ccmjconversas
Informações pelo e-mail ccmj.educativo@tjrj.jus.br

14

CCMJ com você

O programa “**Conversas: reflexões e ações no enfrentamento à violência**” foi criado como um espaço para promover o debate, a aproximação e a sensibilização das pessoas sobre este tema atual e de suma importância. A proposta do encontro ocorre de forma lúdica, seguida por conteúdos importantes sobre o tema da violência.



CCMJ

Lançamento Digital

CATÁLOGO DE DESEMBARGADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

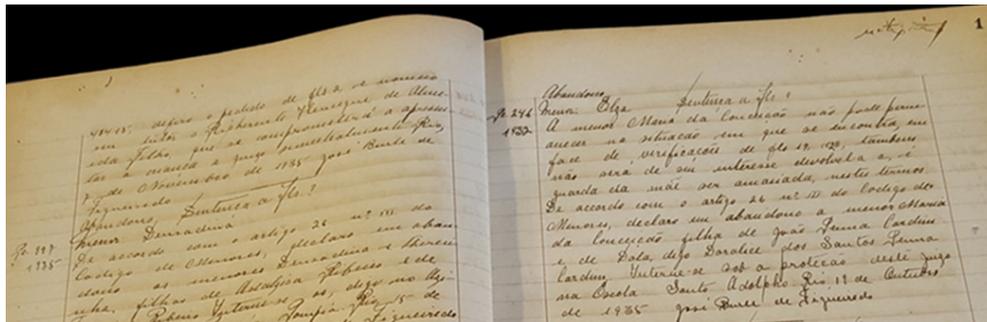
REPÚBLICA - PARTE I: 1891 A 1946

8 de maio, sexta-feira
Portal do CCMJ
<http://ccmj.tjrj.jus.br/>

Publicação virtual do segundo volume do **Catálogo de Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro** (República – Parte1: 1891 a 1946). O livro é parte do projeto desenvolvido pela equipe de pesquisa histórica a pedido da COMEMO e traz as composições dos diferentes tribunais que funcionaram no território que hoje corresponde ao Estado do Rio de Janeiro, com informações biográficas dos magistrados de segundo grau que os integravam. O volume 1 abarca os Tribunais dos períodos Colonial e Imperial e foi lançado em 2018. Já estão na fase final as pesquisas para a elaboração do volume 3 (1946 a 1975).

Atendimento virtual aos pesquisadores. Com o fechamento para o público externo, a equipe passou a atender pesquisadores de forma remota. Num esforço de logística, passou a anotar os pedidos em ordem cronológica para tratamento, digitalização e disponibilização da cópia digital no terminal de consulta, localizado no portal do CCMJ. Desse modo, cumprimos com o disposto no Ato Normativo nº4/2020 sem que houvesse interrupção no atendimento aos pesquisadores, que buscam as fontes históricas sob a guarda do CCMJ para elaboração de suas monografias, teses, livros e trabalhos diversos. De março a novembro, foram 2.693 acessos a documentos digitalizados.

Além da programação virtual, no primeiro trimestre foram realizadas as seguintes atividades presenciais em destaque:



Teatro na Justiça: esquete “Acidente” é um solo narrativo inspirado em fatos reais sobre “ser” e “estar” mulher. Entre música e dança, uma mulher é envolvida por histórias de sua família até descobrir e reconhecer os desafios e conflitos de sua própria existência. Temas como negação do abuso e normatização da violência são trabalhados em um universo lúdico e descontraído. Interpretado por Ludimila D’Angelis, atriz e arte educadora do CCMJ, foi seguido de debate com Maria Augusta Fischer e Dr^a Evelin Gomes Esperandio.



TEATRO NA JUSTIÇA

Acidente

ESQUETE COM TEXTO E ATUAÇÃO DE LUDIMILA D'ANGELIS
DIREÇÃO E ILUMINAÇÃO LILIAN CORRÊA | COLABORAÇÃO MARIA AUGUSTA FISCHER

APÓS A APRESENTAÇÃO, DEBATE COM A PSICÓLOGA MARIA AUGUSTA FISCHER
E A DR^a EVELIN GOMES ESPERANDIO

12 de março, quinta-feira, às **19h**
90min | Senhas distribuídas às 18h30
Entrada franca | 60 lugares | Sala Multiuso | API-Rio

Roda de conversa com Dr^a Adriana Ramos de Mello e Dr^a Cristina Fernandes, abriu a 16^a Semana pela Paz em Casa. Foram abordados aspectos, aplicações e mudanças na Lei Maria da Penha.

16ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

RODA DE CONVERSA

DEBATE

14 ANOS
DA LEI MARIA DA PENHA

AVANÇOS, CASO
E CRÍTICAS

Roda de conversa com Dr^a Adriana Ramos de Mello.
Presença da psicóloga Dra. Cristina Fernandes
e da Procuradora de Justiça Dra. Carla Araújo



11 de março,
quarta-feira, às **18h30**
90min | 30 lugares
Sala Multiuso | API-Rio
Senhas distribuídas às 18h
Entrada franca

14

Projetos Parceiros

Lançamento dos livros “**Anjos na Escuridão – Desmascarando a Pedofilia**”, com prefácio do Desembargador Claudio de Mello Tavares, e “**Anjos – Pedofilia: aprender para se defender!**”, ambos de Maura de Oliveira.



Exposição “**Nossa Luta: a perseguição aos negros durante o Holocausto**”. A proposta da exposição é levar novas narrativas aos educadores, apresentando o contexto e a crescente privação dos negros desde o período Colonial alemão (incluindo o genocídio de hereros e namaquas, na atual Namíbia), passando pela República de Weimar, até o Nazismo consolidado. Destaque também para curtas biografias de afrogermânicos que sobreviveram à perseguição nazista. A exposição foi inaugurada, mas teve que ser suspensa no início da pandemia.



APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS INSTITUCIONAIS

PROJETO ESTRATÉGICO:

Avaliação e Descarte de Processos Administrativos

O projeto estratégico “Avaliação e Descarte de Processos Administrativos” é sucessor de projetos estratégicos anteriores cuja finalidade principal é a Racionalização do Acervo Arquivístico do PJERJ.

Tendo em vista a existência de grande quantidade de processos administrativos físicos com destinação final “ELIMINAÇÃO”, que cumpriram prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade de Documentos, mas que permanecem armazenados sob a responsabilidade do DEGEA, gerando custos, sem que exista módulo no sistema ARQGER que os identifique, o projeto em referência tem como objetivo o desenvolvimento, homologação e produção de funcionalidade no sistema ARQGER que irá permitir o descarte de proces-

tos administrativos sob a responsabilidade do DEGEA, observando os prazos previstos na Tabela de Temporalidade, iniciativa que irá redundar em redução de custos no contrato de prestação de serviços de guarda física do acervo arquivístico do PJERJ.

O cronograma do projeto obteve 50% de execução em 2019/2020 (até novembro), permanecendo pendente, por parte da DGTEC, a finalização do desenvolvimento dos módulos no sistema ARQGER, bem como a devida aprovação e implementação dos módulos, ações previstas para estarem concluídas em dezembro de 2020.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em razão das medidas de isolamento social adotadas desde março de 2020, o trabalho de Comunicação Institucional se concentrou em atender às necessidades do público interno para se adaptar ao trabalho remoto e informar à população, através de diferentes canais e da mídia, sobre as normatizações e novas regras de funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Foram realizados workshops on-line para Magistrados e Servidores sobre Office 365, Teams, Planner, One Drive, Outlook, ambiente digital seguro e acessibilidade e também lives sobre como usar corretamente os Equipamentos de Proteção Individual e orientações de cuidados para evitar a contaminação pelo coronavírus. Ao todo, foram realizadas 15 lives e três transmissões ao vivo pelo Instagram, seis transmissões ao vivo pelo Youtube e 11 palestras via Teams.

Em relação à comunicação externa, utilizamos nossos perfis nas redes sociais para divulgar as campanhas e trabalhos desenvolvidos, além da publicação de notícias na página oficial do TJRJ e do envio de releases para a imprensa. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça, começamos a divulgar também no site do PJERJ, semanalmente, a produtividade do Judiciário fluminense. Criamos e começamos a monitorar, a partir de março de 2020, um novo indicador com o índice de atendimento aos usuários das redes sociais do TJRJ.

Incentivo à Comunicação Interna e com a Sociedade Civil

PROJETO ESTRATÉGICO:

Fortalecimento da Comunicação com o Público Interno

O projeto foi encaminhado, ainda em 2019, à Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados para o desenvolvimento do aplicativo “Meu TJ”.

Aprimoramento da Comunicação com a Mídia

PROJETO ESTRATÉGICO:

Aprimoramento da comunicação com a sociedade

Fizemos a contratação, novamente, do serviço de mailing com o objetivo de manter a efetividade da divulgação de releases, pautas e notas produzidas pelo Departamento de Comunicação Institucional em função do término do contrato anterior. Paralelamente, tivemos

que realizar uma nova licitação para a prestação do serviço de clipping. Nas redes sociais, desenvolvemos campanhas e aprimoramos a comunicação com o público. Concluímos integralmente o cronograma planejado.

INDICADORES DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

De janeiro a dezembro de 2020, o Departamento de Comunicação Institucional (Assessoria de Imprensa) produziu 544 releases, prestou 2.032 atendimentos ao público interno e 3.890 à imprensa e alcançou 3.998 inserções institucionais na mídia. Foram publicadas ainda na imprensa, nesse mesmo período, 13.251 matérias institucionais positivas e 545 negativas, totalizando um índice de 96% de matérias positivas. Vale destacar que, embora a equipe tenha trabalhado exclusivamente de forma remota, entre março e junho, e esteja cumprindo as normas estabelecidas de retorno gradual com escala de equipe reduzida presencialmente, o número de atendimentos em 2020 superou em 13% o de 2019, com um total de 5.922 somando os atendimentos ao público interno e à imprensa. Em 2019, foram 5.236. De março a novembro de 2020, totalizamos 1.757 atendimentos aos usuários das redes sociais do TJRJ.

Em 2020, ano em que as pessoas estiveram mais conectadas à internet, as redes sociais se tornaram boas aliadas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Através delas, dúvidas de seguidores sobre o funcionamento dos fóruns e o atendimento das serventias, assim como sobre os serviços prestados pelo TJRJ durante o período de isolamento, foram esclarecidas, agregando mais um canal de comunicação com a sociedade.

Com mais de 150 mil seguidores, as mídias sociais do TJRJ também serviram como ferramentas de apoio a trabalhos inéditos, caso das transmissões das sessões do Tribunal Especial Misto, responsável pelo julgamento do processo de impeachment do governador afastado Wilson Witzel. As sessões estão sendo transmitidas ao vivo pelo canal do PJERJ no Youtube e assistidas por pessoas de diversas regiões do país e do mundo.

ESTATÍSTICAS MÍDIAS SOCIAIS EM 2020

Instagram

SEGUIDORES:	78.614	(Aumento de 14,8%)
TOTAL DE POSTAGENS:	413	
ALCANCE DAS POSTAGENS:	3.819.546	(Aumento de 110%)
PÚBLICO:	IDADE entre 25 a 44 anos	
	GÊNERO 63% feminino e 37% masculino	
PRINCIPAIS CIDADES:	Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo	

Facebook

SEGUIDORES:	59.300	(Aumento de 11%)
TOTAL DE POSTAGENS:	400	
ALCANCE:	3.900.591	(Queda de -32%)
PÚBLICO	IDADE entre 25 a 44 anos	
	GÊNERO 54% feminino e 46% masculino	
PRINCIPAIS CIDADES:	Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo	

Twitter

SEGUIDORES:	9.708	(Aumento de 31,9%)
TOTAL DE TWEETS:	151	
ENGAJAMENTO:	1.767	(Crescimento 12%)

Youtube

SEGUIDORES:	4.165	(Aumento de 33%)
VÍDEOS POSTADOS:	27	
TOTAL DE VISUALIZAÇÕES:	34.300	

Produção Fotográfica e Audiovisual

No ano de 2020, o Departamento de Comunicação Institucional produziu 54 vídeos, como o que registrou o funcionamento da Central de Custódia de Benfica, em atendimento às demandas de diferentes setores do TJRJ. Também foram realizadas coberturas fotográficas de 55 pautas presenciais. No total, a produção fotográfica foi de 1.508 fotos, incluindo pautas e demandas do departamento para fins de registro e/ou ilustração. Esse material foi utilizado no site e nas mídias sociais (Facebook e Instagram) do Tribunal, além de disponibilizado para a mídia externa (sites, jornais e revistas) e enviado para outras diretorias, quando solicitado.

Em 2020 também buscamos dinamizar o uso do Flickr, através de conta paga, o que permitiu a ampliação da disponibilidade de imagens e, assim, também a formação de maior banco de imagens interno e externo. No total, foram nove álbuns, com 408 fotos. E 1.994 visualizações com possibilidade de download externo.

ALGUMA DAS MATÉRIAS PUBLICADAS

Coronavírus: novo Ato Normativo Conjunto disciplina o funcionamento do TJRJ

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 16/03/2020 21:04

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Claudio de Mello Tavares, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Bernardo Garcez, assinaram nesta segunda-feira (16/3) o Ato Normativo Conjunto 05/2020, disciplinando o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) nos próximos dias, devido ao agravamento da pandemia Covid-19 e às medidas de prevenção tomadas pelo Governo do Estado contra o coronavírus.

TJRJ vai realizar audiências de custódia por videoconferência durante período de medidas protetivas contra o coronavírus

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 17/03/2020 09:00

As audiências de custódia, de réu preso, e de apresentação de adolescentes em conflito com a lei, serão realizadas através de videoconferência até o fim do período das medidas protetivas contra o avanço do coronavírus determinadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no Ato Normativo Conjunto TJ / CGJ No 04/2020.

A manutenção das audiências está disciplinada em novo Ato Administrativo Conjunto assinado pelo presidente do TJRJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Bernardo Garcez (Ato Normativo Conjunto TJ / CGJ No 07/2020).

TJRJ publica ato sobre o funcionamento do plantão judiciário de 17 a 31 de março

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 18/03/2020 10:02

Importante salientar que todas as informações concernentes ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro serão divulgadas através de aviso na página oficial do TJRJ e/ou publicação no Diário de Justiça eletrônico, devendo ser desconsideradas quaisquer outras fontes de informação.

Será publicado nesta quinta-feira (19/3), no Diário de Justiça eletrônico, o Ato Normativo Conjunto 06/2020, que regulamenta a forma e o funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 31 de março deste ano, período de vigência do estado de emergência instituído pelo Ato Normativo Conjunto 05/2020, já publicado.

No uso de suas atribuições, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Bernardo Garcez, determinam que, no período citado, juízes e desembargadores observarão a escala de RDAU estabelecida para apreciar exclusivamente as medidas de urgência e dar cumprimento às determinações oriundas dos Tribunais Superiores.

Vara de Execuções Penais do TJRJ anuncia medidas visando reduzir risco do coronavírus no sistema prisional

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 18/03/2020 19:53

A Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu, nesta quarta-feira (18/3), que, pelo período de 30 dias, todos os apenados do sistema prisional do Estado beneficiados com o trabalho extra-muros não precisam retornar para suas unidades, sendo autorizados a permanecer em suas residências. A VEP também concedeu o benefício de prisão albergue domiciliar a todos os apenados em cumprimento de pena em regime aberto.

A decisão é do juiz Rafael Estrela, titular da VEP, que atendeu ao requerimento da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, considerando o Decreto estadual nº 46.970/2020, dispondo sobre a adoção de medidas temporárias de prevenção ao contágio e propagação do novo coronavírus (COVID19) e o Decreto estadual nº 46.973, reconhecendo ser imprescindível a adoção de medidas de prevenção da doença no sistema presidiário.

Atenção! O Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) se fará de forma exclusivamente eletrônica a partir de hoje (20/3)

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 20/03/2020 08:33

A partir desta sexta-feira (20/3), os requerimentos do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico através do portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Para acessar o sistema é necessário abrir o navegador no site oficial do TJRJ (www.tjrj.jus.br) e clicar no link Processo Eletrônico localizado em Destaques na parte inferior da página. Em seguida, deve-se clicar no botão Processo Eletrônico acima do texto. O sistema exibirá a página para autenticação no site e deverão ser preenchidos os campos usuário e senha.

Novos atos regulamentam presença física de servidores (1º e 2º graus e administrativos) e terceirizados no TJRJ

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 20/03/2020 15:08

Em razão dos decretos publicados pelo Governo do Estado e da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o rodízio dos servidores de 1º e 2º graus de jurisdição - previsto no artigo 5º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto 05/2020, durante a vigência do Regime Diferenciado do Atendimento de Urgência (RDAU) - será em sistema de sobreaviso.

Os servidores devem ficar trabalhando de casa cientes de que podem ser convocados a comparecer ao seu local de trabalho a qualquer momento, sempre que necessário.

Plantões extraordinários diurnos estão atendendo os casos urgentes

NOTÍCIA NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 02/04/2020 19:33

Quais casos urgentes podem ser analisados pelos plantões extraordinários diurnos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro até o dia 30 de abril? Seguimos as determinações do Ato Normativo 09/2020, assinado pelo presidente do TJRJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, nos termos da Resolução 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Tecnologia em tempos de quarentena: magistrados usam videoconferência para fazer audiências

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 03/04/2020 22:45

Já utilizada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a videoconferência se tornou, em tempos de quarentena contra a pandemia causada pelo novo coronavírus, recurso de primeira hora em auxílio ao trabalho de magistrados. Nesta semana, por exemplo, a juíza Vanessa Cavalieri, da Vara da Infância e da Juventude da Capital, e o juiz André Tredinnick, da 1ª Vara de Família do Fórum Regional da Leopoldina, conseguiram, através da tecnologia disponível, realizar audiências importantes por videoconferência.

Em 18 dias de Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência, TJRJ registra quase 2 milhões movimentações processuais

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 04/04/2020 11:19

A adoção do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em razão da quarentena contra a pandemia do novo coronavírus não reduziu o ritmo de trabalho do tribunal estadual apontado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por dez anos consecutivos, como o mais produtivo do Brasil. Entre 17 de março e 3 de abril, foram realizadas 1.932.042 movimentações processuais nas primeira e segunda instâncias entre sentenças, decisões, despachos e audiências, entre outros atos.

Desde a entrada em vigor do Regime Diferenciado, no dia 17 de março, até esta sexta-feira (3/4), foram proferidas 100.918 sentenças na primeira instância. Também foram registradas 86.305 decisões, 228.471 despachos, 402 audiências, 40.850 tombamentos e 42.569 arquivamentos. Os servidores realizaram 1.347.663 movimentações processuais.

Já na segunda instância, de 16 a 27 de março, foram totalizadas 84.864 movimentações, tendo sido proferidos 4.560 acórdãos e decisões monocráticas, 9.076 despachos e 71.198 atos cumpridos por servidores

Através de live no Instagram do TJRJ, desembargador esclarece dúvidas do consumidor em tempos de quarentena

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 06/04/2020 22:41

Como honrar os compromissos financeiros em tempos de quarentena contra a pandemia do novo coronavírus, causador da doença Covid-19? Como ficam as mensalidades escolares, dos planos de saúde e os aluguéis de imóveis? Os fornecimentos de gás e luz serão cortados se o cliente não conseguir pagar as contas? Será preciso recorrer à Justiça?

Para o desembargador Werson Rego, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Defesa do Consumidor, o momento é de cautela. Ele sugere a todos que busquem negociar os seus compromissos financeiros, diretamente com os credores ou através dos diversos canais de mediação ou conciliação, antes de buscar a alternativa da judicialização de possíveis conflitos.

Justiça Itinerante: quarentena não paralisa projeto

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 07/04/2020 13:18

A quarentena necessária ao controle da pandemia causada pelo coronavírus freou os pneus dos ônibus do Programa Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Mas não o projeto. Desde o início do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) já foram realizados mais de 200 atendimentos por telefone, além de pelo menos outros 50 por e-mail.

O chefe de serviço da Divisão de Justiça Itinerante e Acesso à Justiça, Rodrigo Pimentel (foto), explica que a forma de continuar o atendimento do programa através do número fixo foi resolvida com a adoção do sistema Siga-me, que permite o redirecionamento de chamadas. Dessa forma, as ligações foram direcionadas para o seu celular e para o da diretora da Justiça Itinerante, Marinete Tani. Ele conta, ainda, que a divisão de tarefas entre os membros da equipe combinada por grupos de whatsapp e e-mails institucionais foi fundamental para o bom andamento das atividades neste período.

Vítimas de violência doméstica da capital têm atendimento especial durante toda a quarentena

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 08/04/2020 16:53

Os sete juizados de Violência Doméstica e Familiar da capital passam, a partir desta quarta-feira (8/4), a atender vítimas de violência doméstica em regime especial, nos dias úteis, das 11h às 18h. O anúncio foi feito pela juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard, em exercício no VI Juizado, durante live transmitida na conta do TJRJ do Instagram.

A iniciativa vai se prolongar durante todo o período do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), que está em vigor no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro por determinação do presidente do TJRJ, desembargador Claudio de Mello Tavares.

A transformação digital do TJRJ com o Office 365

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 15/04/2020 16:40

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), em continuidade ao processo de transformação digital voltado para todos os servidores e magistrados, lança uma campanha para o uso das ferramentas do pacote Office 365 da Microsoft que apresentará novas oportunidades e vantagens para o Regime de Teletrabalho Externo simplificado - RETE/homeoffice.

A primeira delas é a possibilidade de usar a ferramenta remotamente, de qualquer dispositivo e em qualquer lugar. As ferramentas do Office 365 vão facilitar processos, integrar os trabalhos, oferecer mais segurança e proteção às informações, compartilhar documentos, fazer reuniões on-line por áudio ou vídeo, se comunicar melhor em equipe e muito mais. O objetivo é melhorar toda a comunicação dos servidores e magistrados com os recursos para mensagens de voz, chat on-line, videoconferência e gravação de reuniões em tempo real. As equipes de trabalho poderão otimizar a colaboração com o compartilhamento seguro de arquivos on-line e edição de arquivos e documentos ao mesmo tempo. A ideia da campanha é otimizar a produtividade com o uso de recursos modernos e de fácil utilização.

Um das ferramentas que mais serão usadas nesse processo de mudança é o Microsoft Teams, um hub de trabalho em equipe que permite integrar todos esses recursos com outros aplicativos de tecnologia da Microsoft, como o Outlook, OneDrive, Yammer, Word, Excel, Power Point, entre outros.

Cartilha orienta vítimas de violência doméstica durante a pandemia

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 04/05/2020 18:46

O distanciamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus não deve impedir o enfrentamento da violência familiar e doméstica contra a mulher. Para orientar as vítimas de agressão e maus-tratos durante o período da quarentena, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) lança a cartilha “Covid-19: confinamento sem violência”.

A publicação traz as principais informações para que a mulher possa se proteger e buscar ajuda em casos de violência de gênero, principalmente durante o período de distanciamento social, quando as ruas ficam mais vazias e as vítimas possuem menos contato com demais familiares e amigos.

Ao longo de 24 páginas, é possível conhecer os tipos de violência doméstica (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). A cartilha também explica a função dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e traça um plano de segurança para a vítima utilizar em situações de emergência. Além disso, disponibiliza os telefones e e-mails de toda a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

TJRJ cria plano de contingência para pagamento de precatórios

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 08/05/2020 19:41

Para atender quem aguarda o pagamento de precatórios em tempos de pandemia, a Divisão de Precatórios (DIPRE) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) elaborou um plano de contingência para garantir o benefício.

Os mandados de pagamento foram redefinidos devido a processos de trabalho junto ao Banco do Brasil que eram realizados de forma presencial, sendo expedidos pela DIPRE de maneira física, não estando inseridos na categoria eletrônica. Para que as limitações impostas pelas medidas de distanciamento necessárias ao combate ao novo coronavírus não prejudicassem o atendimento, a diretora da DIPRE, Jaqueline Brito, destacou que cerca de 500 precatórios foram publicados em ato ordinatório para cumprimento.

Gabinete Web: agilidade, mobilidade e portabilidade para magistrados e servidores

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 12/05/2020 18:56

Nova plataforma de trabalho na rede vai facilitar gestão de gabinetes, acelerar movimentação de processos e aprimorar trabalho em equipe

Até pouco tempo atrás não era possível pensar que a engrenagem do Judiciário fluminense - com mais de 10 milhões de processos - poderia ser movimentada remotamente por magistrados e servidores. Mas, se toda crise gera uma oportunidade, a pandemia do novo coronavírus provocou uma espiral de inovações na gestão processual. No último dia

9, e nesta terça-feira (12/05), juízes e desembargadores, respectivamente, e servidores participaram de videoconferências que reuniram um total de mais de 2,7 mil pessoas. Foi apresentada a todos a nova ferramenta que vai gerenciar gabinetes de magistrados, o Gabinete Web.

Adoção: distanciamento social não impede a formação de novas famílias

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 19/05/2020 20:48

O distanciamento social provocado pela pandemia não interrompeu o atendimento das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso em todo o estado. No mês passado, período em que a transmissão do coronavírus seguiu em grande escalada, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) concedeu mais de 20 das 319 sentenças de adoção registradas desde o início do ano. O aumento do número de casos da Covid-19 não foi empecilho para a formação de novas famílias. Desde o início do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) algumas audiências estão sendo realizadas através de videoconferência.

O presidente da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (Cevij), juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, explicou que a forma de continuar o atendimento está trazendo resultados positivos.

Boletim Covid-19 reúne decisões relacionadas à pandemia do novo coronavírus

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 21/05/2020 14:20

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro publicou o Boletim Especial Covid-19 sobre decisões judiciais que tratam de limitação de circulação e lockdown, funcionamento de atividades e serviços, proibição de corte de serviços por inadimplência, processos licitatórios, ano letivo e atividades educacionais, entre outros temas relacionados às medidas de prevenção à transmissão do novo coronavírus que vêm sendo adotadas desde março. A publicação está disponível para consulta do Portal do Conhecimento do TJRJ (http://conhecimento.tjrj.jus.br/documents/5736540/7232834/BOLETIMCOVID-19_TJRJ.pdf).

TJRJ dá início ao processo de expansão do PJe para os Juizados Especiais Cíveis

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 02/06/2020 22:00

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro iniciando o processo de expansão do PJe para os Juizados Especiais Cíveis começa, nessa sexta-feira (5/6), o treinamento do sistema para magistrados e servidores. O curso contará com as participações do juiz auxiliar da Presidência do CNJ Dr. Bráulio Gusmão, do juiz auxiliar da Presidência do TJRJ Dr. Fábio Ribeiro Porto e da juíza titular do Juizado Especial Cível da Comarca de Maricá Criscia Curty de Freitas Lopes, primeira serventia a trabalhar com o PJe e que foi piloto da implantação no Tribunal.

Começa nesta segunda (29/6) plano de retorno às atividades presenciais no TJRJ

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 29/06/2020 10:20

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) retoma as atividades presenciais nesta segunda-feira (29/06). Para garantir a segurança das pessoas que transitam pelos fóruns diariamente, o TJ elaborou uma série de medidas visando evitar o contágio pelo novo

coronavírus. O Ato Normativo Conjunto nº 25, publicado no dia 11 de junho no Diário da Justiça, regulamenta o Plano de Retorno às atividades físicas do Tribunal de Justiça do Rio.

O retorno será gradual e escalonado, de acordo com as leis e resoluções em vigor, respeitando as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e informações técnicas de órgãos públicos como Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Secretaria Estadual de Saúde.

Hall dos Elevadores ganha piso tátil e é adaptado às normas de segurança sanitária

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 13/07/2020 14:44

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, inaugurou, nesta segunda-feira (13/7), a obra de reforma do hall das Lâminas I, II e Central, no térreo do Fórum Central. Entre as intervenções, destacam-se: a reestruturação das instalações elétricas, de telefonia, sonorização e vigilância (câmeras de segurança); nova iluminação; instalação de pisos táteis, propiciando a inclusão social através da acessibilidade a portadores de necessidades especiais; designação de um elevador privativo para advogados e membros do Ministério Público, da Defensoria e das Procuradorias, liberando mais espaço nos outros elevadores para a população em geral; adequação de espaços e mobiliários em atendimento às orientações e medidas impostas pela pandemia de Covid-19.

TJRJ pontua pela primeira vez no Ranking da Transparência do CNJ

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 14/07/2020 19:09

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro irá pontuar, pela primeira vez, no Ranking da Transparência, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, realizado anualmente e que tem o objetivo de valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada.

De acordo com o resultado preliminar da 3ª Edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2020, o TJRJ atingiu 71,43% do total da pontuação estabelecida, somando um total de 60 pontos, conforme o art. 7º, I, da Portaria CNJ nº 88/2020 (que institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2020). Os resultados do Tribunal de Justiça do Rio nos anos de 2018 e 2019 foram 55,92% e 58,82%, respectivamente.

TJRJ realiza primeira sessão do Órgão Especial por videoconferência

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 14/07/2020 20:41

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro realizou, nesta segunda-feira (13/7) a primeira sessão do Órgão Especial por videoconferência. Presidida pelo desembargador Claudio de Mello Tavares, presidente do TJRJ, a sessão marcou o reencontro dos magistrados membros efetivos da principal instância do Judiciário Fluminense, composta pelos 25 desembargadores, desde a implantação do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), instituído em 16 de março em razão da pandemia da Covid-19.

A retomada das sessões do Órgão Especial foi possível devido aos avanços e aos investimentos na área tecnológica realizados pelo TJRJ com objetivo de seguir prestando atendimento jurisdicional e, assim, cumprir o seu papel junto à sociedade. Até a realização da sessão por videoconferência, que permite o debate, o trabalho no O.E. também estava sendo realizado virtualmente, com os desembargadores julgando os processos e enviando seus votos remotamente, de forma on-line.

Presidente do TJ do Rio mantém liminares que obrigam o Estado a entregar alimentos aos alunos

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 22/07/2020 19:33

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Claudio de Mello Tavares, indeferiu nesta quarta-feira (22/7) o pedido de suspensão das liminares que obrigam o Governo do Estado a garantir o fornecimento de alimentação aos alunos da rede pública estadual durante a pandemia da Covid-19.

As decisões, tomadas originalmente pela 1ª Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Capital, determinam que a medida seja cumprida com a distribuição de gêneros alimentícios ou com a transferência de renda e proíbe a abertura das escolas para a entrega de merenda. A ordem se estende também às escolas da rede municipal do Rio.

Novo Processo Administrativo Eletrônico – SEI será implantado no dia 27

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 23/07/2020 14:25

Garantia da autenticidade, confiabilidade, integridade e segurança das informações, além de transparência, simplicidade e celeridade no andamento processual. Estas são algumas das vantagens do novo Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio - SEI, que será implantado na próxima segunda-feira (27/7). As informações relativas ao sistema estão disponíveis no Ato Normativo TJ nº 19/2020, publicado no último dia 7.

A partir da sua implantação, o cadastro e a tramitação de documentos e informações das áreas administrativas do TJRJ serão realizados exclusivamente pelo SEI, com algumas exceções, como os processos iniciados pelas unidades administrativas que resultem em cobrança.

Para se cadastrarem no SEI, magistrados e servidores devem encaminhar solicitação à Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) pelo e-mail dgtec.seiatendimento@tjrj.jus.br. No caso de terceirizados ou estagiários, o pedido deve ser encaminhado pela chefia da unidade na qual estejam prestando serviço.

TJRJ começa a atender o público externo a partir das 14h; defensores públicos devem voltar na segunda quinzena de agosto

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 27/07/2020 17:58

Os usuários externos que precisarem de atendimento presencial nos fóruns do estado já podem ser atendidos no novo horário de funcionamento, das 14h às 19h. Nesta segunda-feira, 27/7, o Tribunal de Justiça do Rio entrou em sua terceira etapa de retorno às atividades presenciais, com um percentual máximo de 50% do quadro da respectiva

unidade judiciária ou administrativa e expediente interno das 13h às 19h. O Ato Normativo Conjunto 25/2020 recomenda ainda os atendimentos realizados remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis.

As pessoas que desejarem atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro nos espaços ocupados pelo órgão nas dependências dos fóruns da Justiça Fluminense devem acompanhar as informações da Defensoria. O atendimento presencial começa no dia 17 de agosto, mas com agendamento prévio. Os contatos estão disponíveis no site <https://coronavirus.rj.def.br/>. O atendimento remoto continuará sendo prioritário para a Defensoria Pública, segundo a assessoria de imprensa da instituição.

Tribunal de Justiça do Rio amplia horário de atendimento ao público externo em todo o estado

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 07/08/2020 18:54

Em Ato publicado nesta sexta-feira (7/8), o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Claudio de Mello Tavares, determinou que o acesso do público externo aos fóruns do estado seja realizado das 13h às 19h, mesmo horário em que está sendo realizado o expediente interno do tribunal. Fora deste horário, somente serão realizados atos processuais integralmente virtuais, não sendo permitida a entrada de público externo nos prédios, ainda que haja agendamento judicial prévio.

O objetivo da ampliação do horário é continuar atendendo com segurança o público externo, permitindo um maior espaçamento dos horários dos atos processuais, contribuindo com a prevenção da aglomeração de pessoas.

Magistrados e servidores do TJRJ são os mais produtivos do país

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 26/08/2020 18:02

Pelo 11º ano consecutivo, magistrados e serventuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) são os mais produtivos do país. Os resultados do Judiciário fluminense, no ano passado, estão no relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgados nesta terça-feira (25/8).

O TJRJ ocupou a primeira posição nacional do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), que é calculado pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados e servidores que atuaram durante o ano na jurisdição.

De acordo com o relatório, o IPM dos magistrados fluminenses foi de 4.281, 61% maior que o Judiciário paulista, segundo colocado entre os tribunais de grande porte, conjunto que inclui os tribunais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Resultados do 1º grau do TJRJ são destaque no Justiça em Números

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 26/08/2020 18:32

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) alcançou, em 2019, resultado máximo de produtividade, registrando 100% de eficiência, segundo o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus). Os dados constam na 16ª edição do Relatório Justiça em Números, divulgado nesta terça-feira, dia 25, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O IPC-Jus calcula o número de processos que tramitaram no período, dados sobre recursos humanos e financeiros e quantidade de processos baixados. O resultado de 100% significa que o TJRJ foi capaz de baixar mais processos, comparado com os demais tribunais estaduais, utilizando recursos semelhantes. Os tribunais com melhor resultado são considerados eficientes e se tornam referência para os demais. A média geral de eficiência do IPC-Jus na Justiça Estadual em 2019 foi de 85%.

Justiça em Números revela eficiência do TJRJ

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 27/08/2020 16:31

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mais uma vez, se destaca positivamente no Relatório Justiça em Números, divulgado terça-feira (25/8) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesta 16ª edição anual do documento, uma espécie de raio-x do Judiciário brasileiro no ano de 2019, o Judiciário fluminense conquista posições dianteiras em uma série de tópicos, comprovando o seu histórico bom desempenho entre os cinco tribunais estaduais de grande porte: TJRJ, TJSP, TJRS, TJMG e TJPR.

De acordo com o relatório, o TJRJ foi, em sua categoria, o que apresentou o menor percentual de gastos com cargos e funções comissionadas comparado à despesa total com pessoal: um índice de apenas 3% em relação a cargos em comissão e de 6,1% no que se refere a funções comissionadas, ocupadas exclusivamente por servidores.

TJ do Rio sorteia os cinco desembargadores que julgarão impeachment de Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 28/09/2020 17:18

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) sorteou nesta segunda-feira (28/9) os cinco desembargadores que integrarão o Tribunal Especial Misto responsável pelo julgamento do processo de impeachment do governador Wilson Witzel por crime de responsabilidade. Foram sorteados os desembargadores Teresa Castro Neves, Maria da Glória Bandeira de Mello, Inês da Trindade, José Carlos Maldonado e Fernando Foch.



Os magistrados foram sorteados entre 177 nomes possíveis – três desembargadores não foram incluídos no sorteio porque estão afastados de suas funções por determinação do Conselho Nacional de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. Os desembargadores Ricardo Rodrigues Cardozo e Myriam Medeiros da Fonseca Costa foram sorteados, mas declararam suspeição de natureza íntima, o que fez com que outros dois desembargadores fossem sorteados.

A sessão extraordinária foi comandada pelo presidente do TJ do Rio, desembargador Claudio de Mello Tavares, com a participação presencial de outros 18 desembargadores no plenário do Tribunal Pleno, enquanto os demais participaram por videoconferência. A sessão foi aberta aos profissionais da imprensa e transmitida em tempo real através da plataforma Cisco Webex, e também pelos canais do TJRJ no YouTube, no Facebook e no Instagram.

Tribunal Especial Misto sorteia relator e aprova rito de processo de impeachment contra Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 01/10/2020 18:20

O relator do processo de impeachment do governador afastado Wilson Witzel será o deputado Waldeck Carneiro (PT). O nome dele foi sorteado na sessão inaugural do Tribunal Especial Misto (TEM), realizada nesta quinta-feira (1º/10), sob a presidência do desembargador Claudio de Mello Tavares, que preside tanto o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto o TEM.

Realizada no Tribunal Pleno, a sessão também definiu o roteiro do processo. Proposto pelo desembargador Claudio de Mello Tavares, o rito teve a aprovação unânime dos membros do TEM: desembargadores Teresa Castro Neves, Maria da Glória Bandeira de Mello, Inês da Trindade, José Carlos Maldonado e Fernando Foch e deputados estaduais Alexandre Freitas (Novo), Chico Machado (PSD), Waldeck Carneiro (PT), Dani Monteiro (PSol) e Carlos Macedo (REP).

Sala de sessões do Órgão Especial passa por retrofit e Galeria dos Presidentes do TJ ganha maior visibilidade

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 05/10/2020 17:36



A nova Galeria dos Presidentes do TJ e a reforma da sala de sessões do Órgão Especial foram inauguradas, no início da tarde desta segunda-feira (5/10), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares. Por causa do distanciamento recomendado devido a pandemia da Covid-19, apenas a esposa do presidente Glaycianne Sereno de Mello Tavares, poucos magistrados e servidores acompanharam de perto a cerimônia de descerramento das placas.

TEM realiza sessão para deliberar sobre produção de provas no processo de Wilson Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 01/12/2020 22:23

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do Tribunal Especial Misto, desembargador Claudio de Mello Tavares, marcou para a próxima sexta-feira (4/12), às 11h, no Tribunal Pleno, nova sessão do TEM. Dessa vez, os cinco desembargadores e os cinco deputados que integram o colegiado formado para julgar o governador afastado do Rio de Janeiro Wilson Witzel por crime de responsabilidade vão deliberar quanto à produção de provas pleiteada.

Em sua última sessão, realizada em 5 de novembro, o Tribunal Especial Misto aceitou, por unanimidade, a denúncia contra Witzel pelo crime de responsabilidade e decidiu pela continuidade do processo de impeachment. Na sessão, também foi decidido que Witzel, já na condição de denunciado e com a determinação para ficar afastado do cargo até o fim do processo, deveria deixar a residência oficial do Palácio das Laranjeiras e ter os vencimentos reduzidos em um terço. Também foi referendado na sessão que a chefia interina do Governo do Rio será exercida pelo vice-governador Cláudio Castro.

TJRJ é o primeiro tribunal a implantar Juízo 100% Digital

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 27/10/2020 18:03

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) é a primeira Corte brasileira a implantar o Juízo 100% Digital para a execução de atos processuais exclusivamente por meio eletrônico. Em um primeiro momento, 13 unidades jurisdicionais do estado vão participar do projeto. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (27/10) pelo presidente do tribunal, desembargador Claudio de Mello Tavares. O Juízo 100% Digital é um dos projetos prioritários do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que estabeleceu o incentivo à Justiça Digital como um dos cinco eixos da sua gestão.

Nas varas onde o Juízo 100% Digital for implantado, as audiências e sessões serão realizadas por videoconferência, com valor jurídico igual ao dos atos processuais realizados presencialmente. As audiências de mediação e conciliação também poderão ser realizadas pela internet. Todos os atos processuais ocorrerão por meio eletrônico, inclusive citação, notificação e intimação de partes determinadas pelo magistrado, conforme já previsto nos artigos 193 e 246 do Código de Processo Civil (CPC). A inovação preservará a publicidade dos atos e todas as prerrogativas que cabem à advocacia e às partes envolvidas.

Tribunal Especial Misto decide pela continuidade do processo de impeachment de Wilson Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 05/11/2020 19:07

Por unanimidade, o Tribunal Especial Misto (TEM) aceitou nesta quinta-feira (5/11) a denúncia por crime de responsabilidade contra o governador afastado do Rio de Janeiro Wilson Witzel e decidiu pela continuidade do processo de impeachment. A sessão, que durou cerca de cinco horas, foi comandada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do TEM, desembargador Claudio de Mello Tavares, e contou com a presença de todo o colegiado - cinco desembargadores e cinco deputados estaduais.

Com a decisão, Witzel passa à condição de denunciado e ficará afastado do cargo enquanto durar o processo; perderá um terço de seus vencimentos até a sentença final - no caso de absolvição, o governador afastado receberá o montante subtraído - e terá dez dias, após a publicação do acórdão, para deixar o Palácio Laranjeiras. Na questão da desocupação do palácio, a votação não foi unânime: os desembargadores Fernando Foch e Maria da Glória Bandeira de Mello e os deputados Chico Machado e Alexandre Freitas votaram pela permanência de Witzel na residência oficial. Também foi referendado na sessão que a chefia interina do Governo do Rio será exercida pelo vice-governador Cláudio Castro.

TJRJ inaugura obra de readequação do Centro Administrativo

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 09/11/2020 15:08



O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, inaugurou nesta segunda-feira (9/11) a obra de readequação do Centro Administrativo do Poder Judiciário fluminense. Áreas devolvidas pelo Município ao Tribunal foram reestruturadas nos padrões do PJERJ com reforma elétrica, no sistema de climatização e nas divisórias.

Pandemia: Órgão Especial mantém decisão do presidente do TJ sobre flexibilizações no estado

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 23/11/2020 20:43

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio negou nesta segunda-feira (21/11) recurso do Ministério Público e da Defensoria Pública contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, que manteve a flexibilização das medidas de distanciamento social prevista em decretos municipais e estaduais.

Para o desembargador Claudio de Mello Tavares, cabe ao Executivo, não ao Judiciário, definir as políticas públicas de combate à pandemia, ressaltando que este entendimento já foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Novos membros da Administração para o próximo biênio: três vice-presidentes, diretora-geral da Emerj, integrantes do Órgão Especial e do Conselho de Magistratura

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 30/11/2020 16:05

Três vice-presidentes eleitos



O desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho foi eleito, com 106 votos, para a 1º vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) no biênio 2021/22. A eleição, a primeira virtual na história do TJRJ, por causa da pandemia de Covid-19, foi realizada nesta segunda-feira (30/11).

Integrante da 1ª Câmara Cível, Maldonado é magistrado desde 1988 e desembargador há 17 anos. Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho, é mestre em Direito e Evolução Social pela Estácio.

A primeira vice-presidência é responsável pela distribuição dos processos cíveis aos relatores e Órgãos Julgadores. De acordo com o regimento interno do TJRJ, compete também ao 1º Vice-Presidente indeferir a distribuição de recursos, bem como as ações e outras medidas de competência originária do Tribunal, quando manifestamente inadmissíveis no que concerne à tempestividade, preparo e ausência de peças obrigatórias, e, ainda, declarar a deserção e homologar pedidos de desistência ou renúncia.

– Agradeço a confiança dos meus colegas e farei tudo o que me comprometi a fazer durante a campanha. Vou fazer o possível para engrandecer nosso Tribunal, afirmou o desembargador.

O 2º vice-presidente eleito é o desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio, da 1ª Câmara Criminal. Ele foi candidato único. Ex-defensor público, é formado em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tornou-se juiz em 1988, e, desde 2005, atua na segunda instância. É professor emérito da Escola de Magistratura do Rio (Emerj) e criou, em 2017, o Comitê de Enfrentamento à Superpopulação Carcerária.

É de competência da 2ª vice-presidência distribuir processos criminais aos Órgãos Julgadores, receber os pedidos de desaforamento e decidir sobre pedidos de desistência de recurso, antes da distribuição.

- A 2ª vice-presidência terá atribuições novas e estou preparado para isso. Vou exercer ao máximo tudo o que eu havia prometido. Agradeço a confiança dos colegas - disse Marcus Basílio.

O desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos, da 17ª Câmara Cível do TJRJ, foi eleito 3º vice-presidente. Ele também foi candidato único para essa vaga. Vasconcelos ingressou na magistratura em 1984 e é desembargador desde 2002. Graduado em Direito pela Uerj, fez mestrado, doutorado e pós-doutorado na Faculdade de Direito de Lisboa. Edson de Vasconcelos foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) em 2015 e é vice-presidente do Fórum Permanente de Ciência Política e Teoria Constitucional.

A terceira vice-presidência é responsável por processar e julgar a admissibilidade de recursos excepcionais, agravos e eventuais incidentes processuais.

- Vou me empenhar ao máximo para engrandecer a nossa instituição. Estou emocionado com a deferência que os amigos desembargadores fizeram ao consagrar meu nome como candidato, comemorou.

Diretoria Geral da Emerj

A desembargadora Cristina Tereza Gaulia foi eleita Diretora-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) para o biênio 2021/2022. A magistrada concorreu com o desembargador Fábio Dutra recebendo 101 dos 170 votos. Ela substituirá o desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, atual diretor-geral, em fevereiro.

Integrante da 5ª Câmara Cível, Cristina Gaulia é desembargadora do TJRJ desde outubro de 2006. Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ), é mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá /RJ e especialista em Gestão Judiciária. Na Emerj, é vice-diretora do Conselho Consultivo e presidente do Fórum Permanente de Direito Constitucional, Administrativo e de Políticas Públicas, além de ter participado da criação do Curso de Vitaliciamento de Magistrados entre 2001 e 2004. Coordena, ainda, os Programas de Acesso à Justiça do TJRJ Justiça Itinerante e Justiça Cidadã.

Órgão Especial

O Tribunal Pleno elegeu ainda cinco membros de carreira efetivos para o Órgão Especial. São eles os desembargadores Denise Vaccari Machado Paes (105 votos); Jacqueline Lima Montenegro (97 votos); Luiz Felipe Miranda de Medeiros Francisco (96 votos); Maria Helena Pinto Machado (91 votos) e Carlos Santos de Oliveira (49 votos).

Para suplentes, foram eleitos os desembargadores César Felipe Cury (103 votos); Marcos Alcino de Azevedo Torres (96 votos); Augusto Alves Moreira Junior (88 votos); Murilo André Kieling Cardona Pereira (77 votos) e Flávio Marcelo de Azevedo Horta Fernandes (57 votos).

Para a vaga de membro efetivo oriundo do Ministério Público foi eleita a desembargadora Marília de Castro Neves Vieira. Para a vaga de membro efetivo oriundo da Ordem dos Advogados do Brasil foi eleito o desembargador Benedicto Abicair. Eles foram candidatos únicos para as vagas.

O presidente eleito, Henrique Figueira, anunciou os cinco novos membros do Conselho da Magistratura: os desembargadores Ana Maria Pereira de Oliveira, Paulo de Oliveira Lanzillota Baldez; Myriam Medeiros da Fonseca Costa; Marcelo Castro Anátocles da Silva e Mauro Pereira Martins.

Desembargador Henrique Figueira é eleito para presidir o TJ do Rio no biênio 2021/2022

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 30/11/2020 18:02

O desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJRJ) para o biênio 2021/2022, em votação realizada durante sessão do Tribunal Pleno nesta segunda-feira (30/11). O magistrado recebeu 95 votos (53,67%) contra 78 (44,07%) do desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto, atual corregedor-geral da Justiça. Foram registrados quatro votos brancos e nulos (2,26%). O presidente eleito vai suceder ao desembargador Claudio de Mello Tavares, que deixará o cargo em fevereiro do próximo ano. Henrique Figueira é carioca de Laranjeiras, botafoguense e católico.

Por causa da pandemia de Covid-19, o Tribunal de Justiça adotou um sistema de votação integralmente eletrônico, e a sessão, que começou as 11h, foi transmitida pelos canais oficiais do TJRJ. O desembargador Claudio de Mello Tavares, que conduziu a votação, comemorou a participação recorde dos magistrados. Todos os 177 habilitados votaram, um deles, inclusive, votou do hospital, onde está internado com Covid. Outros três desembargadores não votaram por estarem afastados.

Tribunal Misto aprova produção de provas testemunhais e documentais em processo de impeachment de Wilson Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 04/12/2020 17:39



O Tribunal Especial Misto (TEM) aprovou, em sessão realizada nesta sexta-feira (4/12) e conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do TEM, desembargador Claudio de Mello Tavares, a produção de provas testemunhais e documentais suplementares no processo de impeachment do governador afastado Wilson Witzel. As perícias contábeis e de engenharia foram rejeitadas pela maioria do colegiado, formado por cinco desembargadores e cinco deputados estaduais.

Durante a sessão e após os votos dos integrantes do TEM com base no parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, o presidente Claudio de Mello Tavares reafirmou que o julgamento do impeachment de Wilson Witzel por crime de responsabilidade é técnico e garantiu que o Tribunal Especial Misto vai manter os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Tribunal Especial Misto ouviu testemunhas do processo de impeachment contra o governador afastado Wilson Witzel

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 17/12/2020 19:05

O Tribunal Especial Misto (TEM), presidido pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, marcou para o próximo dia 28 de dezembro, às 9h, a continuação da audiência de instrução e julgamento do processo de impeachment do governador afastado Wilson Witzel. Na nova data, serão ouvidas seis testemunhas que não compareceram nesta quinta-feira (17/12), primeiro dia de depoimentos, e logo após será realizado o interrogatório de Witzel, que inicialmente estava marcado para esta sexta-feira (18/12).

O primeiro dia de depoimentos começou às 9h e terminou às 22h desta quinta-feira. Ao longo de 13 horas de duração, foram ouvidas 16 testemunhas. Antes do início, a defesa do réu tentou adiar seu interrogatório, marcado para esta sexta-feira (18/12), alegando não ter tido tempo de ler documentos anexados ao processo na véspera, mas não teve o pleito acatado pelo colegiado do TEM – formado por cinco desembargadores e cinco deputados estaduais.

Prazos do TEM são suspensos e quatro testemunhas são ouvidas em sessão nesta segunda-feira (28/12)

NOTÍCIA PUBLICADA POR ASSESSORIA DE IMPRENSA EM 28/12/2020 20:44



O Tribunal Especial Misto (TEM) realizou nesta segunda-feira (28/12), nova sessão do processo de impeachment do governador afastado do Rio Wilson Witzel. Foram ouvidas quatro testemunhas de defesa na audiência de instrução, mas o interrogatório de Witzel, previsto para a data, não aconteceu por força de liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes em atendimento à defesa do réu. Por conta da decisão, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e do TEM, desembargador Claudio de Mello Tavares, decidiu suspender, com a concordância do Colegiado do Tribunal Misto, os prazos do julgamento – 120 dias – e do afastamento do governador – 180 dias.

ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Eventos realizados em 2020

MÊS	DIA	EVENTO
Janeiro	30	Solenidade de posse de Juízes promovidos e removidos
Fevereiro	7	Solenidade de posse da nova administração da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro - AMAERJ, para o biênio 2020/2021
Julho	13	Cerimônia de inauguração da obra de reforma do Hall das Lâminas I, II e Central
Agosto	10	Cerimônia de inauguração do retrato da Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção na Galeria de Retratos dos Primeiros Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
	17	Cerimônia de inauguração do retrato da Desembargadora Maria Augusta Vaz na Galeria de Retratos dos Terceiros Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Outubro	5	Cerimônia de inauguração da nova Galeria de Retratos dos Presidentes do Tribunal de Justiça
Novembro	9	Cerimônia de inauguração da obra de readequação do Centro Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Dezembro	7	Cerimônia de instalação da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas da Comarca da Capital - Vepema
	8	Comemoração do Dia da Justiça
	14	Cerimônia de entrega dos Termos de Compromisso para Repasse de Verbas Oriundas das Prestações Pecuniárias
		Entrega da Comenda do Colar do Mérito Judiciário, realizada pelo Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho, 1º Vice-Presidente do TJRJ, ao servidor Claudio Suassey
		Entrega da Comenda do Colar do Mérito Judiciário, realizada pelo Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa ao servidor Décio Nascimento Guimarães
16	Entrega da Comenda do Colar do Mérito Judiciário, realizada pela Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção, 3ª Vice-Presidente do TJRJ, aos juízes e servidores agraciados pela 3ª Vice-Presidência.	



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO